



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

DEUSIMAR BATISTA DA SILVA

**O PERÍMETRO IRRIGADO DO CALDEIRÃO: MODERNIZAÇÃO, TRABALHO E
RESISTÊNCIA NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE (1970-1980)**

**TERESINA
2025**

DEUSIMAR BATISTA DA SILVA

**O PERÍMETRO IRRIGADO DO CALDEIRÃO: MODERNIZAÇÃO, TRABALHO E
RESISTÊNCIA NO SEMIÁRIDO PIAUENSE (1970-1980)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual do Piauí/ Campus Torquato Neto, como requisito para obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristiana Costa da Rocha
Coorientador: Prof. Me. Lucas Ramyro Gomes de Brito

**TERESINA
2025**

S586p Silva, Deusimar Batista da.

O perímetro irrigado do caldeirão: modernização, trabalho e resistência no semiárido piauiense (1970-1980) / Deusimar Batista da Silva. - 2025.

87f.: il.

Monografia (graduação) - Curso de Licenciatura em História, Universidade Estadual do Piauí, 2025.

"Orientador: Prof^a Dra. Cristiana Costa da Rocha".

"Coorientador: Prof. Me. Lucas Ramyro Gomes de Brito".

1. História. 2. História do Trabalho. 3. Agricultura Irrigada. 4. Políticas Públicas. 5. Campesinato. I. Rocha, Cristiana Costa da . II. Brito, Lucas Ramyro Gomes de . III. Título.

CDD 900

DEUSIMAR BATISTA DA SILVA

**O PERÍMETRO IRRIGADO DO CALDEIRÃO: MODERNIZAÇÃO, TRABALHO E
RESISTÊNCIA NO SEMIÁRIDO PIAUENSE (1970-1980)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual do Piauí/ Campus Torquato Neto, como requisito para obtenção do Título de Licenciado em História.

Data da aprovação: 18/ 11/ 2025.

BANCA EXAMINADORA

(Orientadora)

Prof.^a Dra. Cristiana Costa da Rocha (Orientadora)
Universidade Estadual do Piauí

(Membro)

Prof. Dr. Antonio Alexandre Isídio Cardoso
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

(Membro)

Prof.^a Dr. Alcebíades Costa Filho
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

(Membro)

Prof.^a Me. Lia Monnielli Feitosa Costa
Secretaria de Educação do Estado do Piauí (SEDUC – PI)

Dedico este trabalho aos meus pais, que, mesmo à distância, sempre estiveram comigo; à Ana Clara e Elissandra, pelo amor incondicional; aos meus irmãos e amigos, pelas palavras de apoio, e aos Trabalhadores Rurais do Perímetro Irrigado do Caldeirão, cujas histórias e memórias deram vida e sentido a esta pesquisa, iluminando cada página com coragem, perseverança e sabedoria, transformando o semiárido em um lugar de vida, dignidade, e de luta.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de muitas vozes, afetos e aprendizados que se entrelaçaram ao longo do tempo. Agradeço primeiramente, a Deus, pela vida, pela força e pelas bênçãos concedidas em cada etapa desta caminhada. Foi pela fé e pela convicção de que o esforço sempre traz aprendizado que este trabalho pôde ser concluído.

À minha família, que representa a base de todas as minhas conquistas, deixo minha mais profunda gratidão. Aos meus pais, João Vicente e Maria Elisabete, e à minha madrasta, Zilma Maria, pelas palavras de incentivo, conselhos e confiança em mim depositada ao longo da vida. Aos meus irmãos, Dihoni, Taisson e Tamara, pela presença constante, pelas palavras de apoio e pelo companheirismo em todos os momentos. E, de forma mais que especial, aos meus amores, Ana Clara e Elissandra, pelo amor incondicional, pela paciência e por cada gesto de carinho que me sustentou nos momentos difíceis. Sem o apoio e a compreensão de vocês, esta jornada teria sido muito mais árdua.

Aos amigos que caminharam comigo nos dias de entusiasmo e também nas horas de incerteza, registro meu sincero agradecimento. Cada conversa, cada risada e cada palavra de apoio foram essenciais para renovar as forças nos momentos de cansaço. Aos meus amigos Edson, Eliesio, Fracialdo e meu compadre Adailsom pelas discussões sobre política e História do Brasil no *Grupo dos Traíras*; aos amigos Erivan Fernandes, Diego Cerqueira, Laisa Medeiros, Crislane Sousa, Rikshele Soares, e também à toda a família Carvalho (que me acolheu carinhosamente ao longo desses anos), deixo meu reconhecimento especial pelo companheirismo, incentivo e generosidade, que tornaram possível a conclusão desta etapa.

Agradeço à Universidade Estadual do Piauí (UESPI), espaço onde um antigo desejo se transformou em realidade, onde concluir o curso de História representa a realização de um compromisso comigo mesmo feito há alguns anos atrás — muito antes de atuar em uma área profissional distinta. A UESPI foi mais do que uma instituição: foi um lugar de reencontro, amadurecimento, aprendizado e também de autoconhecimento, onde sonhos e saberes se tornaram experiência viva. Agradeço à Francisca Santos, pela amizade e pelo exemplo de persistência e resiliência; Pedro Moraes, por compartilhar uma pequena parcela do seu conhecimento e também do seu bom humor; à Sarah Emanuely, pela coragem e determinação; e ao Francisco Rafael, pela leveza e pelas excelentes conversas, sempre acompanhadas de um bom café no Terceiro Grau ao longo desses últimos quatro anos.

Aos colegas dos grupos de trabalho e também ao *Clube da Luta*, agradeço pelo acolhimento e pela parceria. À Maria Luiza, pela dedicação e entusiasmo; à Wanessa Estácio,

pela competência e comprometimento; à Carla Vaniele, pela alegria e criatividade; à Yasmin Nascimento, pela maturidade e equilíbrio; e aos amigos Renan Valadares e João Diógenes pela sabedoria e generosidade, pois, mais importante que números, é compreender que nunca é tarde para aprender e desenvolver novas habilidades. Afinal de contas, o *idadismo* é nada mais do que uma ideia que habita a cabeça das pessoas (e que ainda tem muito o que aprender!)

A todos os colegas da Licenciatura Plena em História – Turma 2021.2, inclusive àqueles que durante o trajeto, decidiram seguir novos caminhos e buscar novos objetivos (em especial Hellen Vytória, Luana Gomes, Fernanda Marcely e Washington Rafael), aos estudantes de História de outros períodos, e também de outros cursos do Campus Torquato Neto, deixo meu sincero reconhecimento pela convivência e pela contribuição ao meu crescimento acadêmico e pessoal. Expresso, ainda, aos que também chegaram ao final dessa jornada (Ana Castro, Ana Grazielle, Lucas Gabriel, Carlos Jorge, Carlos Manoel e Helem Rayane), meus agradecimentos e felicitações a todos pelo encerramento desta etapa, que marca não apenas um fim, mas também o início de uma nova jornada, na qual tenho convicção de que todos alcançarão êxito em suas trajetórias profissionais.

Aos professores do curso de Licenciatura Plena em História da UESPI, expresso minha sincera gratidão pelos ensinamentos e provocações intelectuais que ampliaram minha compreensão sobre o mundo em que vivemos — um mundo de embates, contradições e permanentes transformações, no qual o conhecimento histórico se revela essencial para compreender o presente e, principalmente, projetar o futuro. Cada disciplina, discussão e leitura foi fundamental para a construção do meu olhar crítico e para o amadurecimento da minha trajetória acadêmica. Ao professor Luís Carlos, pela acolhida no início do curso; ao professor Sérgio Brandim, pela presteza e resolutividade; ao professor Alcebíades Costa pela amizade e reflexões sobre História do Brasil; às professoras Viviane Pedrazani e Joseanne Marinho, pela paciência e empatia; à professora Patrícia Sadaike, cuja breve presença deixou marca significativa em nossa turma; ao professor Maurení Vaz, pelo companheirismo; à professora Ana Cristina, por ensinar que a História é feita de rupturas e continuidades, mostrando que compreender o passado requer sensibilidade diante das permanências e transformações que moldam a experiência humana; e à professora Clarice, pela firmeza, prudência e dedicação exemplar ao curso e aos seus alunos, conduzindo o processo de ensino e orientação com responsabilidade, sensibilidade e profundo compromisso com a formação intelectual e humana.

Sou igualmente grato ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UESPI) pelo incentivo à pesquisa e pela oportunidade de amadurecer academicamente a partir da prática investigativa. Estendo também meu agradecimento ao Núcleo de Estudos em

História Social do Trabalho (NEHST/ UESPI), onde através do seu espaço de diálogo, reflexão crítica e amizade, pude aprofundar discussões teóricas e compreender, de forma mais ampla, o papel social da pesquisa histórica. Registro, ainda, minha profunda gratidão a Geovana Moraes, Antonio Filho, Adyson Santos, Wanessa Estácio (mais uma vez) e Maria Eduarda pela companhia ao longo desses dois anos de PIBIC, Prof.^a. Me. Lia Monnielli pelos *insights* valiosos, Vitória Carvalho e Dona Socorro pela presteza, cuja convivência foi essencial para transformar o processo de pesquisa em uma experiência coletiva de aprendizado e partilha. Cada conversa, leitura e debate contribuiu significativamente para o fortalecimento deste trabalho e para o meu crescimento como pesquisador e ser humano.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Cristiana Costa da Rocha, deixo um agradecimento especial. Sua orientação foi mais do que um acompanhamento acadêmico: foi um exercício de escuta, paciência e confiança. A dedicação e o olhar crítico com que guiou esses últimos anos, tanto na Iniciação Científica como na orientação do presente Trabalho de Conclusão de Curso, foram essenciais para meu amadurecimento como pesquisador. Sob sua orientação, aprendi que fazer História é compreender as vozes que foram silenciadas, enxergar o outro e reconhecer as lutas e fatos que atravessam o tempo. Que cada linha aqui escrita, e a minha trajetória a partir daqui, carregue um pouco do que aprendi: que muito mais importante que enxergar os documentos e verificar as fontes, a História é feita principalmente por pessoas, vozes, afetos e de lutas que jamais devem ser esquecidas ou silenciadas. A ela, deixo o reconhecimento sincero por todo o incentivo, respeito e generosidade intelectual.

Também deixo registrado ao meu coorientador e amigo, Prof. Me. Lucas Ramyro Gomes de Brito, um agradecimento especial pela parceria, pela confiança e, sobretudo, pela amizade e entusiasmo pela pesquisa. Seus conselhos sempre ponderados e sua constante disponibilidade em contribuir em cada etapa deste trabalho (desde as idas ao DNOCS em busca de fontes historiográficas até a viagem a Piripiri, ao Povoado Caldeirão, para auxiliar nas entrevistas com os trabalhadores do Perímetro Irrigado e suas famílias), foram fundamentais para o êxito desta pesquisa. Este trabalho também carrega um pouco das conversas, das ideias, do bom humor e da capacidade de instigar novas reflexões, que fortaleceram esta caminhada e contribuíram para o meu amadurecimento como pesquisador.

Deixo ainda um agradecimento profundo aos trabalhadores e trabalhadoras do Perímetro Irrigado Caldeirão, em Piripiri/ PI, cujas histórias e memórias deram sentido a esta pesquisa. Cada relato e lembrança foi uma lição de resistência e dignidade. Essas vozes, muitas vezes esquecidas pelos discursos oficiais, são expressões vivas da força e da sabedoria popular. Dedico este trabalho a todos que transformaram (e ainda transformam) a dificuldade em

esperança e o trabalho em forma de resistência. Que estas páginas sirvam para reafirmar que a história do Perímetro Irrigado do Caldeirão é também parte de muitas outras sobre a história do Nordeste e também do Brasil: uma história feita de luta, coragem, resiliência e humanidade, ao mesmo tempo sem perder a esperança, e principalmente, a fé.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma maneira, contribuíram para a concretização desta pesquisa, com palavras de apoio, tempo dedicado, conselhos ou simples gestos de incentivo. Cada contribuição, por menor que pareça, foi essencial para que este trabalho ganhasse forma e significado.

A todos, o meu sincero e profundo agradecimento.

Nenhuma força fora capaz de quebrar o sistema opressor do latifúndio, que vem pesando há séculos, como uma fatalidade sobre a vida do camponês [...]

O homem do Nordeste ignora estas sutilezas dos sociólogos, estes brilhantes jogos de palavras nos quais se fala de fatores negativos agindo como causa e efeito dentro do processo social, mas sente na sua carne a realidade da miséria estagnante e vê sempre crescer diante dos seus olhos a riqueza descomunal dos que enriquecem cada vez mais à custa de sua fome [...]

E correndo sempre para o mar, a água deixa na miséria a terra seca do sertão, e na angústia, a alma ressequida do homem do Nordeste. Tão ressequida que, de vez em quando, esta alma vira pedra — a alma e o coração de pedra dos cangaceiros.

(Josué de Castro – Sete Palmos de Terra e um Caixão)

RESUMO

O presente trabalho analisa as contradições da modernização rural implementada pelo Estado no semiárido piauiense, a partir do estudo do Perímetro Irrigado Caldeirão, localizado no município de Piripiri (PI). Implantado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) nas décadas de 1970 e 1980, o projeto foi apresentado como símbolo do progresso agrícola e da superação dos efeitos da seca, mas acabou revelando os limites e as ambiguidades do modelo de desenvolvimento aplicado ao Nordeste. A pesquisa adota os pressupostos da História Social e articula análise documental, entrevistas orais e bibliografia especializada para compreender a experiência dos irrigantes e suas estratégias de sobrevivência frente às imposições do Estado. O estudo discute a seca, a pobreza e a fome como categorias sociais e políticas historicamente construídas, à luz das reflexões de Josué de Castro (1984), Bronislaw Geremek (1986), José de Souza Martins (1994), Milton Santos (2006), Manoel Domingos Neto (1987), Edward P. Thompson (1981, 1987, 1998) e James C. Scott (1985, 1998). Os resultados demonstram que a modernização técnica promovida nos perímetros irrigados, embora tenha introduzido novas formas de produção e infraestrutura, reproduziu relações de dependência, vigilância e exclusão, convertendo os camponeses em “irrigantes-modelo” submetidos a rígidos padrões de conduta e produtividade. A técnica, apresentada como instrumento de emancipação, operou como forma de controle sobre o território e sobre o trabalho, evidenciando o que Milton Santos define como o poder político do espaço técnico. Entretanto, a análise das narrativas orais dos irrigantes revela que, mesmo sob tutela institucional, persistiram formas de resistência cotidiana, solidariedade e recriação cultural que expressam a agência camponesa frente ao processo de modernização autoritária. Essas práticas silenciosas configuram o que James Scott denomina infrapolítica: gestos sutis de oposição e sobrevivência que escapam à legibilidade do Estado. Conclui-se que a experiência do Perímetro Caldeirão traduz, em escala local, o paradoxo da modernização rural no semiárido brasileiro: um projeto que prometeu emancipação, mas consolidou novas hierarquias técnicas, sociais e simbólicas. Ao mesmo tempo, as vozes e memórias dos irrigantes reafirmam que, mesmo em meio às contradições do progresso, a resistência camponesa e o sentido social do trabalho permanecem como forças de recriação da vida no sertão.

Palavras-Chave: Piripiri; Agricultura irrigada; Políticas públicas; Trabalhadores rurais; infrapolítica

ABSTRACT

This research analyzes the contradictions of rural modernization implemented by the Brazilian State in the semi-arid region of Piauí, through a study of the Caldeirão Irrigation Project, located in the municipality of Piripiri (PI). Implemented by the National Department of Works Against Droughts (DNOCS) during the 1970s and 1980s, the project was presented as a symbol of agricultural progress and a solution to the effects of drought, but ultimately revealed the limits and ambiguities of the development model applied to the Northeast. The study is grounded in the principles of Social History and combines documentary analysis, oral interviews, and specialized bibliography to understand the experience of the irrigators and their strategies of survival in the face of State intervention. It discusses drought, poverty, and hunger as social and political categories historically constructed, drawing on the reflections of Josué de Castro (1984), Bronislaw Geremek (1986), José de Souza Martins (1994), Milton Santos (2006), Manoel Domingos Neto (1987), Edward P. Thompson (1981, 1987, 1998), and James C. Scott (1985, 1998). The results show that the technical modernization promoted in the irrigation projects, although introducing new forms of production and infrastructure, reproduced relations of dependency, surveillance, and exclusion, turning peasants into “model irrigators” subjected to strict standards of behavior and productivity. The technique, presented as an instrument of emancipation, operated instead as a form of control over territory and labor, reflecting what Milton Santos defines as the political power of technical space. Nevertheless, the analysis of oral narratives reveals that, even under institutional tutelage, forms of everyday resistance, solidarity, and cultural recreation persisted, expressing peasant agency in the face of authoritarian modernization. These silent practices correspond to what James Scott calls infrapolitics: subtle gestures of opposition and survival that escape State legibility. It is concluded that the experience of the Caldeirão Project represents, on a local scale, the paradox of rural modernization in Brazil’s semi-arid region: a project that promised emancipation but consolidated new technical, social, and symbolic hierarchies. At the same time, the voices and memories of the irrigators reaffirm that, even amid the contradictions of progress, peasant resistance and the social meaning of labor remain as forces of life and renewal in the sertão.

Keywords: Piripiri; Irrigated agriculture; Public policies; Rural workers; Infrapolitics.

RESUMEN

Esta investigación analiza las contradicciones de la modernización rural implementada por el Estado brasileño en la región semiárida de Piauí, a partir del estudio del Proyecto de Riego Caldeirão, ubicado en el municipio de Piripiri (PI). Implementado por el Departamento Nacional de Obras Contra las Sequías (DNOCS) durante las décadas de 1970 y 1980, el proyecto fue presentado como un símbolo del progreso agrícola y de la superación de los efectos de la sequía, pero terminó revelando los límites y ambigüedades del modelo de desarrollo aplicado al Nordeste brasileño. El estudio se basa en los principios de la Historia Social y combina análisis documental, entrevistas orales y bibliografía especializada para comprender la experiencia de los regantes y sus estrategias de supervivencia frente a las imposiciones del Estado. Se discuten la sequía, la pobreza y el hambre como categorías sociales y políticas históricamente construidas, a la luz de las reflexiones de Josué de Castro (1984), Bronislaw Geremek (1986), José de Souza Martins (1994), Milton Santos (2006), Manoel Domingos Neto (1987), Edward P. Thompson (1981, 1987, 1998) y James C. Scott (1985, 1998). Los resultados demuestran que la modernización técnica promovida en los proyectos de riego, aunque introdujo nuevas formas de producción e infraestructura, reprodujo relaciones de dependencia, vigilancia y exclusión, transformando a los campesinos en “regantes modelo” sometidos a estrictos estándares de conducta y productividad. La técnica, presentada como instrumento de emancipación, funcionó en realidad como una forma de control sobre el territorio y sobre el trabajo, evidenciando lo que Milton Santos define como el poder político del espacio técnico. Sin embargo, el análisis de las narrativas orales revela que, incluso bajo tutela institucional, persistieron formas de resistencia cotidiana, solidaridad y recreación cultural, que expresan la agencia campesina frente al proceso de modernización autoritaria. Estas prácticas silenciosas corresponden a lo que James Scott denomina infrapolítica: gestos sutiles de oposición y supervivencia que escapan a la legibilidad del Estado. Se concluye que la experiencia del Proyecto Caldeirão representa, a escala local, el paradigma contradictorio de la modernización rural en el semiárido brasileño: un proyecto que prometió emancipación, pero consolidó nuevas jerarquías técnicas, sociales y simbólicas. Al mismo tiempo, las voces y memorias de los regantes reafirman que, aun en medio de las contradicciones del progreso, la resistencia campesina y el sentido social del trabajo permanecen como fuerzas de vida y renovación en el sertón.

Palabras clave: Piripiri; Agricultura de riego; Políticas públicas; Trabajadores rurales; Infrapolítica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Delimitação do Semiárido brasileiro.....	14
Figura 2. Distribuição dos Perímetros Irrigados pela a Região Nordeste	22
Figura 3. Mapa do município de Piripiri e localização do Perímetro Irrigado Caldeirão.....	35
Figura 4. Bacia hidrográfica do Rio dos Matos e seus rios afluentes, localização	36
Figura 5. Construção do Açude Caldeirão	37
Figura 6. Vista aérea do Açude Caldeirão no período de “sangria”	38
Figura 7. Vista aérea de parte do Açude Caldeirão	38
Figura 8. Vista aérea dos lotes do Perímetro Irrigado do Caldeirão	38
Figura 9. Planta do Perímetro da área total do Projeto com distribuição das culturas e o Núcleo residencial do Perímetro Irrigado Caldeirão	39
Figura 10. Irrigação por gravidade, com a utilização de canais, transportando a água	40
Figura 11. Valas no Perímetro Irrigado do Caldeirão	40
Figura 12. Irrigação por aspersão no Perímetro Irrigado do Caldeirão.....	40
Figura 13. Planta do Loteamento do Perímetro Irrigado Caldeirão, pomar e estradas de acesso.....	41
Figura 14. Planta do Plano do Núcleo residencial do Perímetro Irrigado Caldeirão.....	42
Figura 15. Moradias dos colonos do Perímetro Irrigado do Caldeirão.....	43
Figura 16. Planta do Centro de Serviço da Vila do Perímetro Irrigado Caldeirão	44
Figura 17. Fachada da Associação das Mulheres Artesãs e Agroecologistas do Caldeirão (ASMAAC).....	60
Figura 18. Fachada do antigo auditório “Luís Paulo do Nascimento”, do DNOCS, no Perímetro Irrigado Caldeirão	63
Figura 19. Antiga sede da Cooperativa dos Agricultores Irrigantes do Caldeirão	64
Figura 20. Casa de colono, preservando traços originais da ocupação	65

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASMAAC – Associação das Mulheres Artesãs e Agroecologistas do Caldeirão

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CAIC – Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes Do Caldeirão

CEPRO – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Piauí

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

GEIDA – Grupo Executivo para a Irrigação e Desenvolvimento Agrícola

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOCS – Instituto Federal de Obras Contra as Secas

INSA – Instituto Nacional do Semiárido

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

MINTER – Ministério Do Interior

NEHST – Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integrantes do Nordeste

PROHIDRO – Programa de Recursos Hídricos do Nordeste

PROINE – Programa de Irrigação do Nordeste

PRONI – Programa Nacional de Irrigação

PROVÁREAS – Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis

PPI – Programa Plurianual de Irrigação

PPP – Parceria Público-Privada

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFPI – Universidade Federal do Piauí

USAID – United States Agency for International Development (sigla em inglês para Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. A “INVENÇÃO” DO POLÍGONO DAS SECAS	11
1.1 Fome, pobreza e a construção do imaginário do semiárido.....	11
1.2 A Seca: entre a Natureza e o Estado.....	19
1.3 A chegada dos recursos hídricos: entre sonhos e possibilidades.....	23
2. O CALDEIRÃO: <i>DISCIPLINA E TRABALHO</i>.....	27
2.1 O projeto sonhado.....	27
2.2 O projeto implementado.....	34
2.3 O processo de seleção dos trabalhadores no Perímetro Irrigado Caldeirão.....	45
3. MODERNIZAÇÃO, EXCLUSÃO E RESISTÊNCIAS NO CALDEIRÃO.....	51
3.1 Modernização e exclusão social no Caldeirão.....	51
3.2 Resistências camponesas: entre a infrapolítica e a organização coletiva.....	55
3.3 Permanências, desdobramentos e o legado do Caldeirão.....	61
CONCLUSÃO.....	66
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

INTRODUÇÃO

A seca no Nordeste brasileiro consolidou-se como uma problemática histórica e política frequentemente associada a imagens de miséria e atraso, problematizada em obras como *A Invenção do Nordeste* do historiador Durval Muniz. Desde o final do século XIX, discursos oficiais e jornalísticos endossaram a figura do sertanejo como vítima de uma natureza hostil. Essa leitura naturalizante foi incorporada pelo Estado na efetivação de políticas públicas que, em vez de romper com a estrutura fundiária concentrada, a desigualdade econômica e social, reforçaram e naturalizaram aspectos de cunho preconceituoso e pejorativos atribuídos à região.

Intelectuais como Josué de Castro (1984), que escreveu a obra clássica *A Geografia da Fome* em 1946, demonstraram que a fome e a pobreza na região são frutos da má distribuição de renda, da concentração fundiária e da falta de políticas públicas inclusivas, desmistificando as explicações que culpavam os sertanejos pela própria situação, enquanto Manoel Domingos Neto (1987), pontua que a ampliação dos recursos hídricos através da construção de açudes, barragens e da implantação dos projetos de irrigação, beneficiou em grande parte as elites, em detrimento dos trabalhadores rurais.

Dessa forma, o Estado tentou responder à crise hídrica de diversas formas, entre elas transformando regiões áridas em polos de produção agrícola, especialmente por meio da irrigação. No entanto, ao longo da história esse processo foi permeado por contradições: com a ascensão do modelo capitalista e da industrialização por substituição de importações, a modernização do campo foi inspirada pela Revolução Verde¹, cujo foco técnico e produtivista desconsiderava o contexto social e ambiental local. Entende-se aqui o conceito de modernização utilizado nas análises de políticas públicas e projetos de desenvolvimento no Brasil, como sinônimo de progresso técnico, avanço econômico e superação do atraso. No entanto, José de Souza Martins (1994) adverte que esse uso linear e otimista encobre as contradições históricas que marcam a inserção desigual do país na modernidade capitalista.

Para Martins, o processo brasileiro não produziu uma modernidade autônoma ou emancipatória, mas uma “modernização dolorosa”, isto é, um tipo de modernização que convive e depende das estruturas arcaicas que deveriam superar, reproduzindo a desigualdade

¹ A Revolução Verde foi um conjunto de iniciativas e políticas desenvolvidas a partir da década de 1960, que visavam aumentar a produção agrícola com a introdução de novas tecnologias, como sementes melhoradas, fertilizantes químicos, pesticidas e técnicas de irrigação, além do uso de maquinário agrícola avançado. Essas mudanças transformaram a agricultura em várias partes do mundo, incluindo o semiárido brasileiro, promovendo a produção em larga escala e a monocultura.

sob novas formas. Em suas palavras, trata-se de uma modernização “que se realiza sem romper com as estruturas arcaicas que a sustentam, gerando exclusão e sofrimento social”.

Essa leitura rompe com a noção evolucionista de que o moderno substitui o tradicional de modo linear. Ao contrário, o “novo” nasce dentro e através do velho, num movimento de coexistência contraditória entre avanço técnico e atraso social. Essa modernização não é, portanto, um simples processo econômico, mas um mecanismo de poder e exclusão, que reorganiza o espaço e o trabalho mantendo intacta a base social da desigualdade.

No caso do semiárido nordestino, essa contradição se expressa de forma exemplar nos projetos de irrigação e na política do DNOCS, apresentados como instrumentos de progresso e combate à seca, mas que, de fato, reproduzem a histórica concentração de terra, o clientelismo político e a exclusão dos camponeses. Assim, o discurso da modernização técnica encobre uma permanência estrutural do atraso, transformando a promessa de desenvolvimento em mais uma forma de subordinação social.

O *Perímetro Irrigado Caldeirão*, em Piripiri (PI), criado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) no início da década de 1970, surgiu no contexto da ditadura civil militar em curso no Brasil, enquanto projeto de Estado voltado para o desenvolvimento das regiões afetadas pelo fenômeno da seca no Nordeste do País. O projeto foi anunciado como um dos símbolos do progresso, cujos ecos na História do Brasil remontam ao início do século XX, e de combate ao subdesenvolvimento, prometendo transformar pequenos agricultores em produtores de mercado por meio da irrigação tecnificada. No entanto, a experiência mostrou contradições profundas: exclusão de camponeses, clientelismo político, endividamento e disciplina rígida sobre os irrigantes². Assim, este trabalho tem como problema central investigar: *como a experiência dos irrigantes do Perímetro Caldeirão revela as contradições da modernização rural implementada pelo Estado no semiárido piauiense entre as décadas de 1970 e 1980?*

O objetivo geral é analisar a experiência dos trabalhadores irrigantes no Caldeirão, destacando como suas memórias e vivências expõem tanto os limites do projeto modernizador

² Utilizam-se aqui os termos *camponês*, *trabalhador rural*, *irrigante* e *colono* de forma relacional. O *camponês* designa a identidade social e histórica dos trabalhadores do semiárido, marcada pela tradição, pela agricultura de subsistência e pela marginalização estrutural. O *trabalhador rural*, por sua vez, refere-se ao sujeito inserido nas relações de trabalho assalariadas ou dependentes, decorrentes da reestruturação produtiva do campo. Já o *irrigante* constitui uma categoria administrativa criada pelo DNOCS, na qual o trabalhador rural participa de um processo seletivo para atuar nos projetos de irrigação; uma vez selecionado, é enquadrado nos perímetros irrigados e passa a integrar o sistema produtivo desses projetos. Assim, o irrigante representa o *camponês transformado pelo Estado em produtor tecnificado*, sem, contudo, romper com sua condição de subalternidade. Por fim, o termo *colono* remete às experiências de colonização agrícola, públicas ou privadas, em que famílias camponesas foram assentadas sob supervisão institucional, frequentemente perdendo parte de sua autonomia tradicional.

quanto às formas de resistência construídas diante dele. Como objetivos específicos, busca-se compreender a construção histórica das categorias seca, pobreza e fome como dispositivos políticos no Nordeste; analisar a implantação do Perímetro Irrigado Caldeirão, relacionando técnica, natureza e trabalho; identificar os mecanismos de exclusão social presentes no projeto e suas consequências para os irrigantes; e examinar as formas de resistência silenciosas e organizadas, desenvolvidas pelos trabalhadores rurais.

O interesse pelo tema se deu a partir da experiência de Iniciação Científica, no âmbito do *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-UESPI/CNPq)*, o qual fui bolsista e desenvolvi pesquisas no âmbito do projeto “Por uma História do Trabalho e Trabalhadores: trabalho e campesinato nas fontes do DNOCS (1930-1970)”, vigência 2024-2025, sob a orientação da Professora Doutora Cristiana Costa da Rocha e colaboração do Professor Mestre Lucas Ramyro Gomes de Brito, que conduziu e supervisionou bolsistas no desenvolvimento de pesquisas vinculadas ao NEHST (Núcleo de Estudos e Documentação em História, Sociedade e Trabalho/ UESPI) e na sede do DNOCS em Teresina, possibilitando a consolidação das bases teóricas e metodológicas que fundamentaram este Trabalho de Conclusão de Curso.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão histórica sobre os projetos de desenvolvimento da região do semiárido e seus impactos sociais em diálogo multi e interdisciplinar, considerando que boa parte da literatura relacionada ao tema se encontra em áreas como Engenharia, Ciências Agrárias/ Econômicas e Geografia, entre outras. Os perímetros irrigados implantados pelo DNOCS no Estado do Piauí (e em específico o Caldeirão), embora de pequena escala em comparação a outros perímetros, representam um microcosmo das contradições que marcaram a política de irrigação no Nordeste. Ao valorizar a memória dos irrigantes, este estudo contribui para uma historiografia que reconhece os trabalhadores não apenas como vítimas, mas como agentes históricos, capazes de resistir e reinterpretar a realidade.

Metodologicamente, a investigação combina análise documental (relatórios, periódicos, publicações, dossiês e outros documentos produzidos e acessados no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Cartas CEPRO, Ministério do Interior – MINTER e demais fontes historiográficas salvaguardadas pelo Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho da Universidade Estadual do Piauí – NEHST/ UESPI). A articulação entre fontes oficiais e memórias permitiram problematizar a narrativa

estatal e dar voz às experiências silenciadas. O referencial teórico apoia-se nas ideias de fome como categoria política de Josué de Castro (1984), pobreza como construção histórica de Bronislaw Geremek (1986), modernização dolorosa de José de Souza Martins (1994), técnica e espaço de Milton Santos (2006), resistência cotidiana de James Scott (1985; 2013) e “Agência” histórica e Economia moral, de Edward Palmer Thompson (1987a; 1987b; 1998).

As fontes orais foram reunidas a partir de entrevistas realizadas com trabalhadores e trabalhadoras vinculados direta ou indiretamente ao Perímetro Irrigado Caldeirão, localizado no município de Piripiri (PI). Ao todo, foram entrevistadas quatro pessoas, entre homens e mulheres, com idades variando entre 55 e 82 anos. O grupo de entrevistados incluiu irrigantes selecionados pelo DNOCS quanto antigos camponeses e trabalhadores rurais do projeto, abrangendo diferentes perspectivas sobre o projeto agrícola implantado na região. Essa diversidade permitiu captar múltiplas narrativas, desde as experiências de inclusão até as de exclusão, resistência e adaptação ao novo modelo produtivo. As entrevistas foram realizadas em 22 e 23 de agosto de 2025, na comunidade situada no entorno do perímetro, no Povoado Caldeirão. As conversas ocorreram em ambiente informal, geralmente nas residências ou locais de trabalho dos participantes, com duração média de 40 a 60 minutos.

A análise da experiência dos trabalhadores rurais do Perímetro Irrigado Caldeirão apoia-se na História Oral, que privilegia a escuta e interpretação das memórias dos sujeitos como fonte central para a construção da narrativa histórica. Mais do que recolher informações, essa abordagem busca compreender os significados que os trabalhadores atribuem às suas vivências. As contradições, silêncios e afetos presentes nas narrativas não devem ser interpretados como falhas da memória, mas como elementos centrais de um processo simbólico pelo qual os narradores reinterpretam o passado e produzem sua própria verdade. Portanto, a escuta dessas vozes permite não apenas reconhecer o direito à memória dos trabalhadores, mas também compreender o Caldeirão como um espaço de disputa social e simbólica, em que se articulam trabalho, terra e dignidade, indo além da visão puramente técnica do projeto de irrigação.

Este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro discute a invenção do Polígono das Secas e a construção histórica das categorias seca, pobreza e fome, ao analisar as políticas públicas desenvolvidas para enfrentar as secas no semiárido nordestino, e como essas mesmas políticas favoreceram principalmente os grandes proprietários de terra e adotaram uma abordagem tecnocrática, sem considerar as especificidades das populações locais. Neste primeiro capítulo, trata-se da questão da ‘invenção’ do Polígono das Secas, mostrando como a seca, a fome e a pobreza foram construídas historicamente não apenas como fenômenos

naturais, mas como problemas sociais e políticos. Desde o período colonial, os relatos enfatizavam os impactos sobre a pecuária e a agricultura, e, com a Grande Seca de 1877, consolidou-se um imaginário de calamidade que, além de inspirar políticas estatais de caráter paternalista, também alimentou obras literárias marcantes.

Nesse processo, a intervenção estatal passou a ser legitimada pelo discurso técnico da chamada “solução hidráulica”, que, embora se apresentasse como resposta social, favoreceu sobretudo as elites agrárias, marginalizando pequenos produtores e trabalhadores rurais. A delimitação do Polígono das Secas em 1951 e a sua redefinição como Semiárido Brasileiro, reforçam essa territorialização da emergência como normalidade, vinculando seca, pobreza e fome a disputas de poder e controle social. No tópico 1.1, “*Fome, pobreza e a construção do imaginário do semiárido*”, discute-se a utilização da fome como instrumento de dominação, questão amplamente abordada por Josué de Castro em sua obra *Geografia da Fome* (1984), cuja primeira edição foi publicada em 1946. A relevância de sua contribuição ultrapassou o contexto nacional, levando-o a ocupar, em 1952, a presidência do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Em suas análises, Josué de Castro comprehende a fome não como resultado da escassez natural de alimentos, mas como uma condição socialmente construída e politicamente tolerada. Assim, mais do que a expressão da insuficiência produtiva, a fome revela a persistência de uma estrutura fundiária excluente, a desigual distribuição de renda e a ausência de políticas públicas voltadas à promoção da autonomia camponesa.

A questão apresenta diálogo também com Bronislaw Geremek (1986), ao mostrar como a pobreza foi historicamente criminalizada, moralizada e usada como forma de controle social, o que ajuda a compreender práticas repressivas no Nordeste, como os campos de concentração de retirantes durante as secas. Assim, a miséria e a fome deixaram de ser vistas como fatalidades climáticas para se afirmarem como categorias políticas, resultantes de escolhas estatais e da exclusão histórica dos pobres. Já o tópico 1.2, *A Seca: entre a Natureza e o Estado*, apresenta a política de irrigação como exemplo de como a técnica foi mobilizada a serviço de interesses econômicos. Intensificada na Ditadura Militar, a irrigação serviu tanto à inserção do Brasil no mercado internacional quanto ao fortalecimento do capital monopolista, contando com financiamento externo e expertise estrangeira.

Projetos conduzidos pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS e pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, organizaram os perímetros irrigados, assentando famílias ou atraindo grandes empresas, mas sempre

subordinando os trabalhadores a novas formas de organização do trabalho que, inspirados em modelos estrangeiros, redefiniram o espaço do semiárido, transformando-o em zona produtiva, mas também em território de dependência, no qual a técnica foi usada como instrumento de dominação e controle sobre o território, o trabalho e a vida dos sertanejos.

E, por fim, no tópico 1.3, *A chegada dos recursos hídricos: entre sonhos e possibilidades*, analisa-se o caso do Piauí, onde, a partir da década de 1970, a irrigação ganhou centralidade nos discursos de reorganização agrária promovida pelo Estado. Projetos como Caldeirão, Lagoas do Piauí, Gurguéia, Platôs de Guadalupe e Tabuleiros Litorâneos representaram tanto promessas de progresso quanto arenas de disputa entre diferentes modelos de desenvolvimento. A imprensa e autoridades políticas difundiram uma narrativa otimista, mas a prática revelou desigualdades no acesso à terra, à água e aos insumos. Assim, os perímetros irrigados expressam ao mesmo tempo a promessa de inclusão produtiva e os limites de um projeto tecnocrático que manteve trabalhadores em condições de dependência e vulnerabilidade, reafirmando a contradição entre o sonho da abundância hídrica e a realidade da exclusão social.

O segundo capítulo analisa a formação do município de Piripiri (PI) e a relevância do Açude Caldeirão no município e para o desenvolvimento regional. Para enfrentar os efeitos das secas através da irrigação agrícola na região, a partir de 1970, o Estado brasileiro, por meio do DNOCS e do Ministério do Interior, implantou o “Projeto de Planejamento Integral – Assentamento Agrícola Caldeirão”, visando desenvolver uma agricultura *tecnificada* e irrigada, articulando técnica, natureza e trabalho a partir da experiência dos colonos. No segundo capítulo, *O Caldeirão: Trabalho e Disciplina*, apresenta-se a chegada dos grandes projetos hídricos ao sertão nordestino como promessa de superação da fome, da seca e da pobreza, despertando expectativas de autonomia, cidadania e dignidade entre os trabalhadores rurais. No Piauí, o Projeto Caldeirão simbolizou esse horizonte de transformação, mas também revelou a distância entre o discurso modernizador do Estado e a realidade vivida pelas populações camponesas, submetidas a modelos tecnocráticos que ignoravam seus saberes e experiências.

O tópico 2.1, *O projeto sonhado* mostra como a água foi concebida não apenas como recurso físico, mas como símbolo de esperança social. A perspectiva de irrigação, assentamentos organizados e cooperativas alimentava o imaginário popular, criando horizontes de expectativas em contraste com a experiência de vulnerabilidade herdada da seca e da exclusão estrutural. Porém, ao lado da promessa de desenvolvimento, prevaleceram

contradições: ausência de participação comunitária, desenvolvimento desigual e dependência crescente em relação ao Estado e ao mercado.

Já o tópico 2.2, *O projeto implementado* detalha a construção do Açude Caldeirão, desde os primeiros estudos em 1930 até sua conclusão em 1945 e posterior uso para irrigação planejada a partir de 1971. O perímetro irrigado, com lotes agrícolas padronizados e uma vila residencial completa com escola, cooperativa, centro gerencial e assistência técnica, foi estruturado como um modelo de colonização agrícola. Inspirado em experiências estrangeiras, previa transformar camponeses de subsistência em produtores voltados ao mercado, integrados a um sistema cooperativo e disciplinado, mas que na prática reforçou a dependência de insumos externos e a perda de autonomia dos agricultores.

E, por último, o tópico 2.3, *Processo de seleção dos trabalhadores do Perímetro Caldeirão* evidencia como a escolha dos colonos foi rigidamente controlada pelo DNOCS. A seleção combinava critérios técnicos, sociais e comportamentais, exigindo idade, estado civil, filhos dependentes, saúde adequada e até participação em cursos de treinamento. Mais do que definir produtores aptos à irrigação, o processo buscava moldar um “colono ideal”: disciplinado, produtivo e adaptado ao modelo tecnocrático. A vida no perímetro implicava vigilância constante, normas rígidas e vínculos frágeis de permanência, revelando a tentativa do Estado de impor uma modernização autoritária. Ainda assim, os colonos elaboraram resistências sutis e estratégias próprias para manter formas de vida e valores tradicionais, mostrando que a experiência do Caldeirão foi marcada tanto por dominação quanto por agência camponesa.

O terceiro e último capítulo examina as contradições da modernização. Embora apresentadas como projetos de progresso e emancipação rural, tais ações impuseram técnicas alheias à realidade camponesa e marginalizaram trabalhadores destacando os mecanismos de exclusão e as formas de resistência, silenciosas e organizadas, como práticas tradicionais de cultivo e redes de solidariedade, além de mobilização por meio de sindicatos, mostrando que apesar da promessa desenvolvimentista, não somente prevaleceram desigualdades estruturais, mas também persistiram agência, criatividade e identidade coletiva camponesa. No tópico 3.1, *Modernização e exclusão social no Caldeirão*, observa-se que o controle da produção e da água se tornou instrumento de poder e exclusão, marginalizando comunidades tradicionais. Como evidenciam os relatos de Sebastião e Dona Francisca, a irrigação trouxe uma “democracia dura”, em que os agricultores eram vigiados, impedidos de plantar livremente e submetidos a uma modernização “dolorosa”, que destruiu laços comunitários e impôs uma lógica

tecnocrática e disciplinadora. A água, símbolo de vida, transformou-se em ferramenta de controle social, e o “trabalhador beneficiário” substituiu o “flagelado” da seca, mantendo o poder estatal sobre os pobres sob novas formas de dependência e sujeição.

No tópico 3.2, *Resistências camponesas: infrapolítica e organização coletiva*, os camponeses do Perímetro Irrigado Caldeirão resistiram às imposições do DNOCS e à modernização agrícola estatal por meio de formas silenciosas de resistência, interpretadas à luz da “infrapolítica” de James Scott e da “agência histórica” de E. P. Thompson. Mesmo submetidos ao controle produtivo, os agricultores mantiveram práticas autônomas, desafiando simbolicamente a dominação e revelando o embate entre a economia moral camponesa e a racionalidade burocrática estatal, que transformava o trabalho em mera vitrine de produtividade. Com o tempo, a ausência de apoio estatal e o declínio das cooperativas geraram novas formas de resistência e protagonismo, representando a continuidade da agência camponesa (voltada à autonomia, à solidariedade e à afirmação social), frente à negligência e ao autoritarismo das políticas públicas.

Por fim, no tópico 3.3, *Permanências, desdobramentos e o legado do Caldeirão*, o relato de Dona Fátima sobre o Perímetro Irrigado Caldeirão revela uma visão crítica e, ao mesmo tempo, esperançosa: embora reconheça falhas estruturais, falta de apoio governamental e o subaproveitamento do potencial local, ela considera que o projeto valeu a pena por oferecer condições melhores que em outras comunidades. Sua fala expressa consciência sobre a contradição entre abundância de recursos e ausência de políticas eficazes, evidenciando tanto resistência quanto pertencimento. O Caldeirão, implantado pelo DNOCS como vitrine da modernização agrícola, deixou um legado de dependência do Estado, exclusão social e técnica usada como instrumento de controle, mas também de memória, solidariedade e luta camponesa. As experiências dos irrigantes revelam uma modernização incompleta, na qual persistem desigualdades, mas também emergem práticas de resistência, organização comunitária e afirmação da identidade camponesa, sendo lembrado como espaço simbólico de luta, esperança e reinvenção no semiárido piauiense. Por fim, as considerações finais retomam os achados da pesquisa, destacando as contribuições historiográficas e apontando caminhos futuros de investigação.

1. A “INVENÇÃO” DO POLÍGONO DAS SECAS

1.1 Fome, pobreza e a construção do imaginário do semiárido

Desde o período colonial até o início da República, as secas no semiárido nordestino provocavam desordem social e econômica, afetando a pecuária, o cultivo de algodão e a agricultura de subsistência. O Padre Fernão Cardim, no século XVI, foi um dos primeiros a relatar os impactos das secas nas regiões interiores do Nordeste (Alves, 1982). Com a ocupação dos sertões e a expansão da pecuária, a política colonial passou a focar na fixação dos colonos e na manutenção da produção, enquanto os relatos sobre a seca enfatizaram as suas consequências para os colonizadores e para as fazendas de gado (Silva, 2006).

A seca na região semiárida passou a ser considerada um problema relevante no século XIX, enfatizando a calamidade da fome e os prejuízos sofridos pelos colonizadores e pelas fazendas de gado, onde a perda de lavouras e a morte de animais, juntamente com a falta de água e a fome, aumentavam proporcionalmente à ocupação da região. Em 1877, com a *Grande Seca*³, as políticas governamentais de combate aos efeitos das secas foram dispersas e incompletas, resultando em intervenções descompassadas, pontuais e paternalistas. Nesse contexto, foi criada a *Comissão Imperial de Inquérito*, com o objetivo de construir estradas e barragens para armazenamento de água, com foco na ampliação da oferta de água na região a partir da construção de grandes reservatórios, complementados por açudes menores e outras iniciativas relacionadas ao uso dos recursos hídricos armazenados (Velloso, 2000).

As secas no Semiárido estão profundamente encravadas na cultura regional, fazendo parte da história, da cultura, da música, da literatura e da religiosidade, consolidando um imaginário coletivo sobre o sertão. Artistas como Luiz Gonzaga, fizeram da seca o seu tema predominante; poetas populares imortalizaram as secas do Nordeste em seus poemas, como Patativa do Assaré (Magalhães, 2016), assim como nas obras *Os retirantes* (1879), de José do Patrocínio, *A fome* (1890), de Rodolfo Teófilo, *Luzia-Homem* (1903), de Domingos Olímpio, *A Bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida, e *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz, ainda que, marcadas por diferentes estilos e posicionamentos ideológicos, contribuíram para estabelecer sentidos compartilhados e recorrentes sobre o sertão nordestino (Cândido, 2023).

³ A chamada *Grande Seca* se arrastou por três anos e provocou 500 mil mortes em oito províncias, tanto por sede e fome quanto por doenças. O número representou 5% da população do Império, que na época rondava os 10 milhões de habitantes. Nenhuma outra calamidade matou uma parcela tão grande da população do país. Proporcionalmente, a Grande Seca foi 17 vezes mais mortífera do que a pandemia de COVID-19 (Westin, 2021). Depois de 1877, outras grandes secas se seguiram: 1900, 1915, 1919, 1932, 1958, 1979-83, 1987, 1990, 1992-93, 1997-98, 2002-03, 2010-15, para citar as principais (Magalhães, 2016).

Essa primeira fase de intervenção governamental no Nordeste voltada para o combate aos efeitos das secas, foi conhecida como “fase hidráulica ou de concepção de engenharia” devido à construção de muitas barragens. Embora essas intervenções tenham sido muito criticadas na primeira metade do século XX (Carvalho, 2014), elas foram reconhecidas por suas contribuições, transformando-se em uma as principais ferramentas do estado para a gestão do problema das secas, destacando-se a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) em 1909, que posteriormente se transformou em 1919 na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). E em 1945, se transformou no atual DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), executando a política de açudagem e avançando no conhecimento da realidade do Semiárido (Magalhães, 2016).

Ao longo de seus quase 115 anos de existência, o DNOCS tem exercido papel relevante no desenvolvimento agrícola da Região Nordeste, atuando como um braço executor na implantação das políticas públicas do Governo Federal, contribuindo para um desenvolvimento econômico e social sustentável das áreas em que atua. Neste sentido, sua atuação está alicerçada na implantação e gestão administrativa de projetos públicos de irrigação (DNOCS, 2023, p. 61).

O trecho destacado a partir de um documento institucional, revela um discurso que promove o DNOCS como responsável pelo “desenvolvimento econômico e social sustentável” no Nordeste, construindo uma imagem positiva do Estado e legitimando a sua intervenção como solução para os problemas regionais. Contudo, a ideia de desenvolvimento apresentada reduz-se apenas a critérios técnicos e administrativos, ocultando contradições históricas, como o favorecimento das elites agrárias e a exclusão dos trabalhadores rurais. Manoel Domingos Neto, em *Seca Seculorum* (1987), reforça esse ponto de vista. Para ele, a chamada “solução hidráulica” (ou a política do estado de enfrentar a seca no Nordeste por meio de obras como açudes, barragens e poços), serviu à criação de gado e valorização de fazendas, favorecendo os grandes proprietários e não atacando as causas estruturais da seca, como concentração de terra e exploração do trabalhador rural, propondo um olhar crítico sobre a gestão pública e a responsabilidade social frente às adversidades naturais.

Desmoralizada pela vida, a “solução hidráulica” revela o conteúdo ideológico subjacente à intervenção do Estado, na medida em que sempre propiciou, de formas múltiplas e variadas, o atendimento aos interesses da grande propriedade. Não foi, portanto, uma intervenção inócuia nem de caráter paliativo. Até o momento, a política de armazenamento/ampliação dos recursos hídricos não interferiu positivamente nas condições da pequena produção agrícola, mas representou apoio substancial à criação de gado e valorizou a infraestrutura das fazendas (Domingos Neto, 1987, p. 97).

O Estado, ao invés de promover uma verdadeira transformação social, utilizou essas políticas como ferramentas de controle e manutenção do poder. As comunidades rurais, que deveriam ser as principais beneficiárias dessas iniciativas, acabam sendo marginalizadas e excluídas do processo de tomada de decisão, onde a falta de participação efetiva das populações locais na elaboração e execução das políticas públicas resultaram em soluções que não atendem às suas reais necessidades. No contexto piauiense, essa abordagem revelou uma ideologia vinculada aos interesses do monopólio fundiário, pois, apesar da relativa abundância de água no estado, a política concentrou-se na ampliação de sua oferta, sem investimentos na conservação ou no aproveitamento sustentável dos recursos hídricos existentes.

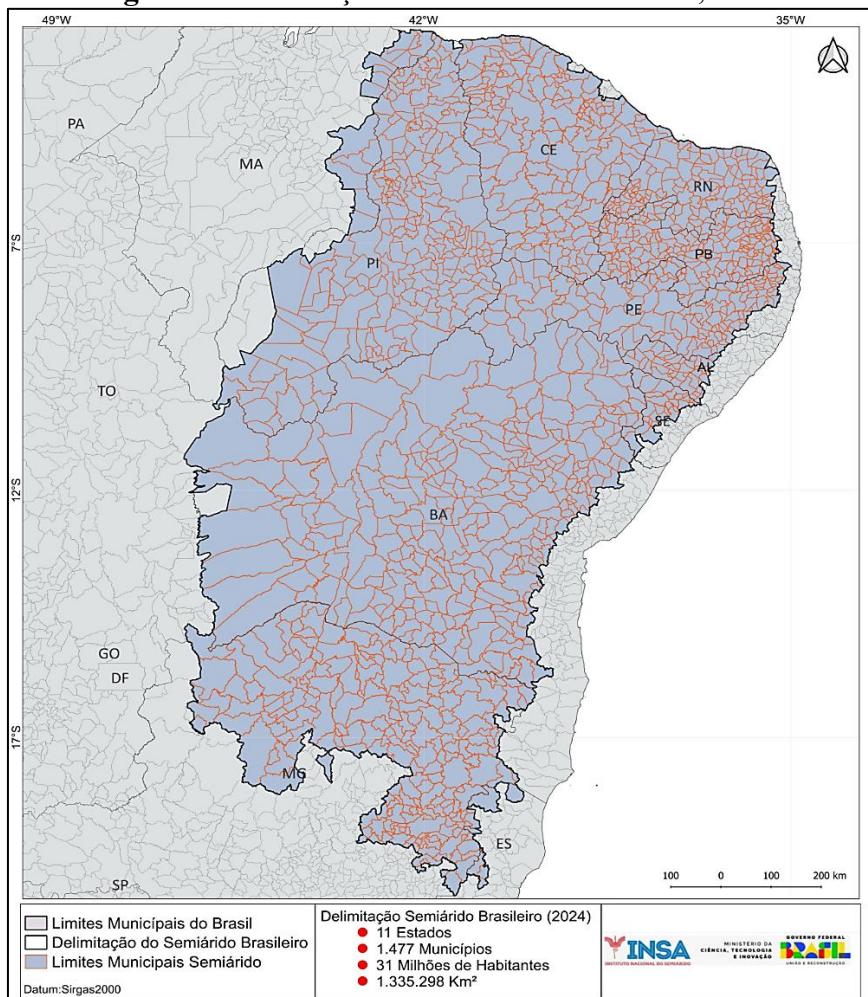
No Nordeste do Brasil, a região conhecida como Polígono das Secas, passou a ser área de atuação do DNOCS a partir de sua delimitação pela Lei nº 1348 de 10 de fevereiro de 1951. A partir de convenções internacionais, como a Conferência Internacional das Nações Unidas para o Combate à Desertificação em Nairóbi, no Quênia, em 1977, o Polígono das Secas passou a ser denominado de Semiárido Brasileiro. Atualmente, essa região abrange uma área de 1.335.298 Km², e compreende 1.477 municípios distribuídos entre os nove estados do Nordeste e a região norte de Minas Gerais e do Espírito Santo (conforme figura 1) segundo dados do Instituto Nacional do Semiárido – INSA (2024), caracterizada pelos baixos índices pluviométricos, irregularidade das chuvas e elevada evaporação.

No contexto da região de semiárido, a seca é utilizada como justificativa para práticas emergenciais, clientelistas e centralizadoras, ao invés de promover a democratização da terra e do conhecimento técnico. Josué de Castro (1984), recusa a explicação moralizante da pobreza, comum nos discursos oficiais da época, ao denunciar o uso político da fome como instrumento de dominação e controle. Em *Geografia da Fome*, Castro desmonta a ideia de que a fome decorre da escassez de alimentos. Ele mostra que a fome no Brasil (particularmente na região Nordeste), está diretamente ligada à estrutura fundiária excludente, à má distribuição de renda, ao abandono das populações rurais e à ausência de políticas sustentáveis de desenvolvimento voltadas para a autonomia dos camponeses. Para Castro, a fome não é apenas um estado biológico, mas uma condição socialmente construída e politicamente tolerada.

Um dos pontos centrais na obra de Josué de Castro é a sua crítica a um modelo de desenvolvimento econômico que, embora signifique progresso, cria desequilíbrios e prejuízos ao bem-estar social. O autor remete ao dilema "Pão ou Aço", no qual alerta para os riscos de uma política que privilegia a industrialização a qualquer custo ("aço") em detrimento da agricultura destinada à produção de alimentos ("pão"), comprometendo não apenas os recursos

naturais, mas também a estrutura fundiária ao promover a expropriação dos pequenos agricultores de suas terras e instrumentos de trabalho. O efeito dessa política é intensificação da miséria e o agravamento das desigualdades sociais. Dessa forma, a fome e a seca no Nordeste deixaram de ser vistos como fatalidades climáticas para se afirmar como categorias políticas, marcadas por disputas de interesses e processos históricos que vinculam pobreza, gestão seletiva da escassez e controle sobre território, trabalho e vida dos sertanejos.

Figura 1. Delimitação do Semiárido Brasileiro, 2024.



Fonte: INSA, 2024.

Embora parte de um contexto europeu, Bronislaw Geremek (1986) oferece subsídios essenciais para compreender como a pobreza foi socialmente construída e ideologicamente manipulada por meio de discursos morais, religiosos, jurídicos e políticos. Segundo o autor, a pobreza é uma categoria social e histórica, construída nas relações econômicas, políticas e morais de cada época. Em sua análise sobre a Europa medieval e moderna, o autor mostra que a pobreza deixou de ser apenas uma condição material para tornar-se também um espelho das

atitudes sociais diante do trabalho, da moral e da ordem. A sociedade oscilava entre a caridade cristã e a repressão punitiva aos pobres, considerados ora dignos de compaixão, ora perigosos à estabilidade social.

Assim, a pobreza revela mais sobre quem a define do que sobre quem a vive, funcionando como mecanismo de exclusão e de controle social, em diferentes momentos históricos, a pobreza foi criminalizada, higienizada ou moralizada pelas elites, legitimando políticas de controle social. Essa leitura é bastante útil para refletir sobre a forma como, no Brasil, onde os “retirantes da seca” foram representados como ameaça à ordem e, simultaneamente, transformados em objeto de práticas filantrópicas e repressivas. Ou seja, a pobreza nordestina foi enquadrada por discursos que legitimavam tanto a caridade quanto o controle, revelando uma ambiguidade: o pobre como vítima e como problema.

Um exemplo emblemático são os campos de concentração de flagelados no Ceará durante a seca de 1932, como destaca Rios (2006; 2014), onde os retirantes foram contidos, vigiados e impedidos de acessar os centros urbanos, sendo uma medida extrema de controle social para manter a ordem pública e controlar a migração de trabalhadores deslocados pela seca. No nordeste brasileiro, sobretudo nos campos de concentração criados no Ceará durante as grandes secas de 1877–1879 e de 1932, o discurso oficial de proteção sanitária e auxílio, submetiam os retirantes à vigilância e à disciplina, representando-os como ameaça à ordem urbana, evidenciando a permanência de mecanismos de repressão e estigmatização da pobreza, nos quais os pobres foram tratados menos como vítimas da seca e mais como alvo de políticas de contenção.

Em 1932, a prática de manter a cidade dos ricos afastada (ou parcialmente afastada) da miséria concretizou-se na construção de locais para o aprisionamento dos flagelados, bem como em frentes de trabalho e em políticas de emigração forçada para outros Estados. Nesta seca, o poder público isolou parte dos sertanejos em sete Campos de Concentração, distribuídos em lugares estratégicos para garantir o encerramento de um maior número de retirantes no Sertão do Ceará (Rios, 2014).

Tal como observado por Geremek (1986) e Rios (2014), e aplicando à problemática da seca, os pobres nordestinos foram tratados como um problema público a ser resolvido por meio do confinamento ou da “domesticção”, e não como sujeitos de direitos. Outro aspecto destacado, é a transformação da noção de trabalho em dever social e a consequente repressão à ociosidade através da preocupação em distinguir os “mendigos honestos” dos “desonestos” (ou aqueles capazes de trabalhar, mas que preferiam viver da mendicância). Essa concepção revela que, para os pobres, não bastava sobreviver à seca: era necessário provar sua utilidade social.

O sofrimento por si só não garantia o direito à assistência; apenas o trabalho e a disposição para o trabalho, tornava o indivíduo digno de compaixão e amparo. No contexto nordestino, essa moralidade do trabalho converteu-se em instrumento de controle.

Uma das estratégias do Estado para enfrentar a perda de população rural, e ao mesmo tempo garantir a estabilidade da força de trabalho urbana através de novos meios de legitimação (já que o coronelismo não garantia mais o apoio necessário), foi a criação das frentes de emergência⁴ que, diferente de outras iniciativas, procurou manter os trabalhadores no campo durante as secas, e não em obras públicas. Segundo Marcel Bursztyn (2007), em "O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste", o objetivo era melhorar propriedades privadas para reduzir os efeitos das secas, empregando mão de obra ociosa, como pequenos proprietários e trabalhadores sem-terra em obras como construção de açudes, armazéns e cercas, mantendo os trabalhadores em seus municípios, em vez de emigrar, revelando a verdadeira intenção de favorecer a grande propriedade.

As frentes de emergência, reativadas com vigor durante as secas de 1979 e 1983, exemplificam essa lógica. Longe de serem respostas solidárias ao sofrimento, tornaram-se mecanismos para conter o êxodo rural e preservar a ordem agrária, empregando trabalhadores pobres na construção de infraestrutura voltada à valorização da grande propriedade, como destaca a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no livro *O Genocídio do Nordeste* (1988). A obra sistematiza denúncias feitas durante as secas de 1979 a 1983, e mostra que a fome foi deliberadamente tolerada (e em alguns casos, incentivada), como forma de governar os corpos e administrar os pobres.

A delimitação do Polígono das Secas, nesse período, reforça a territorialização da emergência como normalidade. Ao transformar o semiárido em zona de exceção, o Estado legitimava políticas de controle social e omissão democrática, podendo ser compreendida à luz do conceito de *legibilidade*, conforme formulado por James Scott em seu livro *Seeing Like a State* (1998), que é o processo de simplificação e padronização de uma realidade complexa para que o Estado possa enxergá-la, categorizá-la e controlá-la, frequentemente à custa da destruição de práticas e saberes locais. O Polígono das Secas é um exemplo de “legibilidade” no sentido de James Scott: o Estado criou um território cartograficamente simplificado, tecnicamente manejável e politicamente controlável, a partir de uma realidade complexa e socialmente

⁴ As frentes de emergência (ou frentes de serviço) de combate aos efeitos das secas eram iniciativas governamentais criadas para gerar emprego, renda e garantir o fornecimento de água durante períodos de seca, envolvendo a realização de obras públicas, como a construção de açudes, barragens e estradas, empregando mão de obra local, especialmente pequenos proprietários e trabalhadores sem-terra, para mitigar os impactos da seca e melhorar a infraestrutura das regiões afetadas.

diversa. Essa “legibilidade” favoreceu o controle e a administração, mas também apagou formas locais de lidar com a seca e reforçou estruturas de dominação. Ao traçar nos mapas um polígono que representaria a região semiárida do Nordeste, o Estado brasileiro reduziu a diversidade ecológica, climática e sociocultural do sertão a uma unidade territorial homogênea, produzindo um território “visível” para a burocracia estatal, facilitando a implementação de políticas de combate à seca com base em soluções técnicas uniformes (como a construção de açudes e barragens, as frentes de trabalho e os sistemas de irrigação).

Com a mobilização da população rural do Brasil para os grandes centros urbanos a partir da segunda metade do século XX, impulsionada pela mecanização da agricultura, pela concentração fundiária, além da precariedade das condições de vida no campo e o estímulo da industrialização acelerada nas regiões Sudeste e Sul, algumas regiões começaram a enfrentar a falta de trabalhadores rurais, levando o governo a adotar estratégias para concentrar os trabalhos nas frentes de trabalho, especialmente na melhoria e construção de infraestrutura nas propriedades durante os períodos de emergência.

Brito (2024a; 2024b) evidencia que, entre as décadas de 1970 e 1990, as frentes de emergência no Meio-Norte brasileiro configuraram-se como respostas paliativas, incapazes de enfrentar as causas estruturais da seca e da pobreza. Em muitos casos, beneficiaram sobretudo os grandes proprietários de terra, reforçando práticas clientelistas e consolidando a chamada “indústria da seca”, ou o conjunto de políticas, obras, instituições e discursos do Estado e de interesses privados destinados a enfrentar a seca no Nordeste, mas que acabam servindo mais a interesses políticos e econômicos do que às populações afetadas, incluindo a construção de açudes, barragens e outras obras hidráulicas, a distribuição de ajuda emergencial e a promoção de narrativas que naturalizam o sofrimento do sertanejo. Em vez de atacar as causas estruturais da pobreza, como a concentração de terra e a exploração do trabalho rural, essas medidas reproduzem a dependência, fortalecendo elites locais e mantendo a população vulnerável, transformando a seca em um mecanismo político e econômico.

Na historiografia cultural, o termo "invenção" refere-se à construção simbólica e discursiva de realidades sociais, e não a uma falsificação. Em *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* (2011), Durval Muniz de Albuquerque Júnior argumenta que o Nordeste não é apenas uma região geográfica ou econômica, mas uma identidade historicamente produzida como o "outro" do Brasil moderno (associada à seca, à miséria, ao atraso e à excepcionalidade). Essa imagem foi consolidada a partir do final do século XIX por meio de discursos de intelectuais, cientistas sociais, políticos e da mídia, que atribuíram sentidos negativos à região, atendendo a

interesses políticos e ideológicos, naturalizando desigualdades e legitimando práticas clientelistas e excludentes. Como aponta o autor, o Nordeste passou a ser visto como um espaço "parado no tempo", sujeito a olhares e políticas especiais, reforçando sua posição subordinada no imaginário nacional.

A região Nordeste se construiu como um dos principais momentos de recusa da modernidade no país, no qual o avanço da sociedade de consumo, de moda, da sociedade de massas, é obstaculizado pela convivência com interesses corporativistas, com o imobilismo dos interesses particularistas e das vantagens adquiridas, aprofundando o próprio atraso, à medida que as positividades da modernidade e do capitalismo parecem a ser sistematicamente bloqueadas. Bloqueando o ímpeto de mudança nas relações sociais, surgem as lutas para a conquista ou defesa de vantagens muito particularizadas; surge a pulverização da própria consciência ou ideologia das classes dominantes e a preponderância do egoísmo categorial sobre a busca de um processo social conjunto (Albuquerque Jr, 2011, p. 349).

A historiografia regional tem desempenhado papel fundamental na problematização das secas, deslocando a visão tradicional que as reduzia a fenômenos naturais inevitáveis. Há uma consolidada tradição de pesquisas, vinculadas a grupos e programas de pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Estadual do Ceará (UECE)⁵, que se dedicam ao estudo da seca como questão social, política e cultural. Tais pesquisas exploram desde a experiência dos campos de concentração de flagelados até as práticas de controle social, revelando como as elites locais e o Estado utilizaram o discurso da estiagem para legitimar intervenções e consolidar poder.

No Piauí, ainda que a produção historiográfica sobre a seca seja menos volumosa, há importantes iniciativas desenvolvidas em instituições como a Universidade Federal do Piauí (UFPI), e a Universidade Estadual do Piauí (UESPI)⁶, sobretudo por meio do programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura, e o Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho – NEHST, que tem como principal interesse o desenvolvimento de projetos de pesquisas acadêmicas, no intuito de fomentar a inserção e o envolvimento de pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação, que através do trabalho de digitalização e salvaguarda de fontes historiográficas, de pesquisas e seu acervo, vem ampliando os debates acerca do semiárido. Nessas instituições, grupos de pesquisa têm

⁵ Os pesquisadores vinculados à Universidade Federal do Ceará (UFC) e à Universidade Estadual do Ceará (UECE), com produção acadêmica de destaque sobre a história das secas como questão social, política e cultural incluem *Frederico de Castro Neves, Tyrone Apolo Cândido, Lara de Castro e Kênia Sousa Rios*, entre outros.

⁶ No Piauí, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) conta com a atuação da pesquisadora *Cristiana Costa da Rocha*, cuja produção também contribui de forma significativa para o estudo das políticas de combate à seca, das relações de poder no semiárido e das dinâmicas históricas envolvendo trabalhadores rurais e projetos estatais.

abordado a relação entre seca, políticas de racionalização da agricultura, migrações e transformações no mundo rural, aproximando-se da História Social e dando voz a experiências de camponeses e trabalhadores rurais.

Torna-se evidente que a seca, a pobreza e a fome, mais do que fenômenos climáticos ou econômicos, são expressões históricas de desigualdade social e de disputas simbólicas sobre o lugar do sertão na nação brasileira, onde essas categorias foram construídas em meio a conflitos, interesses e estratégias de poder, atravessadas pelas experiências cotidianas daqueles que as vivenciaram. E mediante o exposto, torna-se imperativo compreender essas condições, para recuperar as vozes, os corpos e as lutas desses sujeitos historicamente marginalizados, onde essa desigualdade estrutural e suas disputas simbólicas não permanecem apenas no campo das ideias, mas se traduzem em políticas concretas que moldam o acesso aos recursos e estruturam a vida social no semiárido.

1.2. A Seca: entre a Natureza e o Estado

Um exemplo dessa articulação entre desigualdade social e intervenção estatal é a política de irrigação no Nordeste, intensificada durante a Ditadura Civil Militar (1964–1984). Mais do que uma medida de enfrentamento à seca, a irrigação serviu aos interesses do capital monopolista e à inserção da produção brasileira no mercado internacional, se intensificando nas décadas de 1970 e 1980 por meio de iniciativas governamentais que buscavam adaptar a agropecuária às exigências do capitalismo (MINTER, 2008; ANA, 2017).

Com isso, grupos e agentes internos e externos forneceram empréstimos para políticas públicas no setor agropecuário, focando em estudos, pesquisas, infraestrutura e extensão rural, oriundos de fundos, programas e projetos governamentais, além do financiamento externo direto e indireto de bancos e empresas, como o Banco Mundial (BM)⁷, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁸, a *United States Agency for International Development* (USAID)⁹,

⁷ O Banco Mundial (BM), é uma instituição financeira internacional que efetua empréstimos a países em desenvolvimento. É o maior e mais conhecido banco multilateral de desenvolvimento no mundo, com estatuto de observador no Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas e no G-20.

⁸ O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com sede em Washington D.C. (EUA), fundado em 1959, é uma das principais fontes de financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe. Desempenha também um papel fundamental na integração regional. Os dois principais objetivos do BID, como parte de sua estratégia institucional, são a redução da pobreza buscando a equidade social e o crescimento sustentável do ponto de vista ambiental.

⁹ A USAID, sigla para Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development*), é a agência humanitária do governo americano que coordenava e distribuía ajuda externa para outros países. Criada em 1961, a agência historicamente ajudou a aliviar a pobreza, responder a desastres naturais e combater doenças, além de apoiar o desenvolvimento econômico. Em 2025, a agência foi dissolvida e seus programas foram transferidos para o Departamento de Estado dos EUA.

*Fundação Ford*¹⁰ e *Fundação Rockefeller*¹¹, entre outros. A abordagem do BM visava integrar os países subdesenvolvidos ao mercado global, o que levou ao abandono das culturas alimentícias locais para atender às demandas do Norte (Viaja Junior, 2021). A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), era a principal instituição brasileira responsável pelo fomento da agricultura irrigada no país, seguida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (CODEVASF).

Nos anos 1960 e 1970, o Estado adotou novas políticas¹² para a irrigação no Nordeste, entre eles, o GEIDA em 1968 e o Programa Plurianual de Irrigação (PPI)¹³ em 1971, durante o “milagre brasileiro”. O objetivo era irrigar 40 mil hectares até 1980, onde estudos indicaram que um terço do território nacional era propício à irrigação, sendo a região Nordeste subdividida em duas áreas: A (sob a responsabilidade do DNOCS), e B (Vale do São Francisco: sob a responsabilidade da CODEVASF), conforme Dourado (2015). Bursztyn (2008), sustenta que a partir dessa divisão, a política de irrigação no semiárido nordestino divide-se em dois eixos: a promoção de assentamentos familiares sob o DNOCS (que teve como meta transformar camponeses em produtores capitalistas), e a instalação de grandes empresas no Vale do São Francisco patrocinadas pela CODEVASF (voltadas ao grande capital). Especialmente no caso do DNOCS, os projetos familiares mostraram que, em certo momento do desenvolvimento capitalista no Nordeste, o Estado procura transformar a realidade da região. Assim, a nova organização do território, marcada pela geometria dos canais e perímetros irrigados, passou a simbolizar a fronteira entre o “moderno” e o “arcaico”. Assim, o Semiárido foi dividido institucionalmente entre a atuação do DNOCS e da CODEVASF.

¹⁰ A Fundação Ford é uma das maiores fundações privadas dos Estados Unidos, sem fins lucrativos, criada para reduzir a desigualdade, promover a democracia e o bem-estar humano através de doações e investimentos. Ela financia projetos e organizações inovadoras que combatem a pobreza e a injustiça, apoiam a liberdade de expressão e desenvolvem a inclusão em áreas como educação superior e justiça social.

¹¹ A Fundação Rockefeller é uma organização filantrópica americana fundada em 1913 por John D. Rockefeller com o objetivo de promover o bem-estar da humanidade, usando ciência e tecnologia para resolver problemas complexos. Sua missão original incluía a promoção da saúde pública, educação, pesquisa e filantropia.

¹² Entre elas destacamos a criação o Programa de Integração Nacional - PIN (1970); o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE (1974); o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste – PROJETO SERTANEJO (1976); o Programa de Recursos Hídricos do Nordeste - PROHIDRO (1979); o Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis – PROVÁRZEAS (1981), o Programa Nacional de Irrigação – PRONI (1986) e o Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE (1986), entre outros.

¹³ Em 1971, o GEIDA (Grupo Executivo para a Irrigação e o Desenvolvimento Agrícola), divulgou o Programa Plurianual de Irrigação (PPI), estabelecendo metas e diretrizes nacionais para a política de irrigação no país, representando um marco na mudança de orientação do Estado brasileiro em relação à agricultura irrigada e resultando na elaboração de diversos estudos de viabilidade técnica e econômica.

Uma das empresas multinacionais que atuaram nesse período foi a Sociedade Israelense de Planificação Hidrológica (TAHAL)¹⁴, sociedade público-privada de Israel. Em 1957, tal empresa havia atuado na elaboração do Plano Geral para o Desenvolvimento da Irrigação; em 1970-71 operou como credora e elaboradora consorciada do Programa Plurianual de Irrigação, e nos anos seguintes continuou a desenvolver operações de crédito e outras ações na área de irrigação e abastecimento de água das cidades, posicionando-a como uma das credoras dos maiores empréstimos concedidos ao Brasil em toda a história do país.

As medidas facilitaram a integração do estado ao mercado nacional, atraindo empresários e investidores, criando condições para que o capital transnacional pudesse produzir *commodities* agrícolas, modernizando o setor agrícola com a produção em larga escala, monocultura e uso de máquinas e insumos modernos. No Nordeste, especialmente no semiárido, esses projetos tecnocráticos incluíram a criação de Perímetros Irrigados em áreas delimitadas pelos estados, com o objetivo de expandir a produção agrícola, aproveitando recursos como água, solos férteis e clima favorável, além de contar com a força de trabalho local, favorecendo a produtividade agrícola (Pontes, 2013).

Mendonça (2010), pontua em sua dissertação, que o modelo de irrigação dos perímetros irrigados por colonização, criado pelo DNOCS, foi inspirado em experiências como a irrigação no deserto da Califórnia e as técnicas israelenses desenvolvidas nos *Kibutz*¹⁵. O modelo criado assentou famílias em pequenas propriedades (6 a 14 hectares), localizadas em áreas com reservatórios de água para irrigação. O objetivo era transformar esses assentados em produtores capitalistas, com o uso de tecnologias modernas como defensivos e adubos, além de permitir a produção tradicional em áreas de sequeiro¹⁶. Em seguida, o DNOCS preparava o solo, construía

¹⁴ A Sociedade Israelense de Planificação Hidrológica (*TAHAL Consulting Engineers Ltd.*) é uma empresa de engenharia e desenvolvimento de infraestrutura, com experiência em projetos de água, saneamento, agricultura e meio ambiente. Foi estabelecida em 1952 pelo governo israelense com o objetivo principal de enfrentar o desafio da escassez de água no país, sendo responsável pelo planejamento do Sistema Hídrico Nacional de Israel, desempenhando papel crucial na transformação de terras áridas em áreas férteis, atuando como consultora nacional para a Autoridade Governamental de Água e Esgoto de Israel.

¹⁵ Os *kibutzim* (plural de *kibutz*), são comunidades agrícolas coletivas criadas em Israel no início do século XX por imigrantes judeus inspirados em ideais socialistas e sionistas. Baseados na propriedade comum dos meios de produção, trabalho coletivo e na autogestão democrática, organizaram-se como experimentos sociais voltados à igualdade e à cooperação, onde todos os membros participam das atividades produtivas e de decisões comunitárias. O modelo incluía a educação coletiva das crianças, a distribuição igualitária dos recursos e a ausência de remuneração individual, gerido de forma comunal. Muitos *kibutzim* passaram por processos de privatização e flexibilização, sendo uma referência de sistema agrícola devido a sua organização e planejamento.

¹⁶ Em terras secas como a do sertão nordestino, a prática da agricultura pode representar um desafio. Uma das técnicas para superar este impasse é a chamada *agricultura de sequeiro*, que tem por princípio aproveitar a água da chuva em locais com baixa pluviosidade. A expressão “sequeiro” deriva da palavra seco, que faz contraponto com a chamada agricultura de brejeiro, técnica que é realizada em solo firme. Essa modalidade agrícola visa atingir eficiência em terras áridas através da escolha de espécies de cultivo, que não necessitem de irrigação constante, podendo suportar os períodos de estiagem entre uma chuva e outra.

canais e dividia as áreas em lotes compatíveis com o trabalho das respectivas famílias, para em seguida, realizar a instalação da infraestrutura básica (como casas, energia, escolas, comércio etc.), finalizando com a etapa mais delicada, que era a escolha das famílias que ocuparão os lotes. Esses novos produtores, chamados de “colonos” ou “irrigantes¹⁷”, já seriam diferenciados dos agricultores tradicionais. A pecuária e a piscicultura também foram incentivadas para complementar a renda familiar, e o acesso ao crédito foi viabilizado por meio do apoio do DNOCS e cooperativas, que administravam o sistema, garantindo que os irrigantes seguissem as orientações técnicas e práticas relacionadas à produção, educação e hábitos saudáveis. Atualmente, o DNOCS é responsável pela gestão operacional de 37 (trinta e sete) Projetos Públicos de Irrigação, que estão distribuídos por 7 (sete) Estados do Nordeste, tendo uma abrangência de mais de 124 mil hectares de áreas irrigáveis. Os projetos de irrigação se distribuem conforme imagem a seguir:

Figura 2. Distribuição dos Perímetros Irrigados pela a Região Nordeste.



Fonte: DNOCS (2024).

Os projetos públicos de irrigação no semiárido nordestino, implementados pelo DNOCS, não podem ser compreendidos sem o devido exame da complexa condição social dos irrigantes e da lógica estrutural do atraso que permeia tais iniciativas. Nesse sentido, a obra de José de Souza Martins oferece contribuições fundamentais para a análise crítica da realidade social e política desses territórios. Em *Fronteira* (1997), Martins explora a fronteira rural como

¹⁷ Conforme já indicado na nota 2, entende-se *irrigante* como a categoria técnico-administrativa criada pelo DNOCS para enquadrar camponeses nos projetos de irrigação da década de 1970.

um espaço simbólico e social de exclusão e dominação, no qual o trabalhador rural, aqui associado ao irrigante, é constituído como “outro”, um sujeito negado e suspenso entre o velho e o novo, entre tradição e modernidade. Conforme o autor, essa condição de “homem incompleto” é marcada por uma ambivalência que impede a plena inserção social e a autonomia desses sujeitos, enquanto em *O Poder do Atraso* (1994), o autor oferece um olhar estrutural sobre o atraso no campo brasileiro, defendendo que ele não deve ser interpretado como uma mera deficiência, mas como um poder estratégico que assegura a manutenção das desigualdades socioeconômicas: um instrumento ativo de dominação nas formas de reestruturação do campo adotada pelo Estado, tal como os projetos de irrigação do DNOCS.

A política estatal de irrigação, analisada sob a ótica de Milton Santos (2006) em *A Natureza do Espaço*, evidencia que a técnica não é um elemento neutro ou meramente funcional, mas um instrumento carregado de intencionalidade, vinculado a um sistema social, econômico e político que molda o território e sustenta relações de poder. As ações do DNOCS no semiárido nordestino, especialmente por meio dos perímetros irrigados, ilustram esse processo: mais do que combater as secas, essas intervenções promoveram uma profunda reorganização do espaço geográfico, inserindo a região em um projeto de tecnificação crescente, materializado em canais, bombas, pivôs centrais e agroindústrias, redefinindo as relações entre trabalho, natureza e produção, impondo aos territórios locais novos padrões de uso do solo e de organização socioespacial, reproduzindo as velhas relações de dependência e subalternidade.

Dessa forma, as políticas públicas voltadas ao semiárido, acabaram reproduzindo estruturas históricas, mantendo os irrigantes numa condição de precariedade e vulnerabilidade: apesar do acesso a novas tecnologias e recursos, continuavam sujeitos a processos que limitam sua autonomia e capacidade emancipatória, compreendendo os projetos do DNOCS não como soluções neutras ou técnicas para o problema da seca, mas como estratégias político-econômicas de reorganização territorial que transformaram o semiárido em zona produtiva à custa da autonomia social e produtiva das populações locais.

1.3 A chegada dos recursos hídricos: entre sonhos e possibilidades

N Piauí da segunda metade do século XX, a urgência de um desenvolvimento rural não se restringiu às esferas burocráticas ou aos relatórios técnicos produzidos pelo Estado: essa pauta ultrapassou os limites da administração oficial e ganhou amplitude no espaço público, manifestando-as páginas de jornais, nos discursos proferidos em palanques e nos

pronunciamentos de autoridades. Tal movimento deve ser compreendido à luz do contexto histórico em que o Nordeste, marcado pela persistência da seca, pela pobreza estrutural e pela concentração fundiária, passou a ser alvo de uma série de políticas estatais voltadas à reorganização agrária. Nesse cenário, o discurso sobre o “desenvolvimento” assumiu um caráter político, funcionando como promessa de transformação social e como instrumento de legitimação das ações do Estado e de suas alianças com setores das elites regionais.

Segundo Bandeira (1994), até o final da década dos anos 60, o Piauí ainda não tinha experimentado um processo mais consequente de modernização¹⁸, embora muitos estados (principalmente do Sul e Sudeste, e inclusive alguns nordestinos como Bahia e Pernambuco), já passavam por importantes mudanças quanto a uma maior integração com a indústria, seja a processadora de produtos agrícolas, seja a produtora de insumos químicos e máquinas agrícolas. O setor rural piauiense inverte as tendências observadas entre 1950 e 1970 (quando predominava o latifúndio e a pequena produção de subsistência, caracterizados por baixos índices técnicos) e, com os novos programas, esses projetos tornaram-se instrumentos para reverter esse quadro, provocando mudanças significativas que configuraram um processo em curso, atingindo todas as regiões do estado.

Pode-se explicar essa movimentação pela ação de vários programas governamentais que se implantaram no período (sobretudo o POLONORDESTE e projetos de irrigação nas várzeas). A troca de arrendatários por parceiros reflete maior interesse dos proprietários de terras por produtos com maior valor comercial, sendo também indicativo que esses proprietários passaram a se dedicar mais intensamente às suas unidades produtivas, sobretudo na melhoria das condições de produção, incentivados por maior acesso ao crédito, à assistência técnica e a melhores condições de escoamento de seus produtos, proporcionado pelas estradas implantadas (Bandeira, 1994, p. 49-50).

Embora essas transformações tenham ocorrido de forma desigual e em ritmos distintos, elas representaram uma tentativa de promover a reorganização das políticas de transformação rural em determinadas frações do território piauiense: uma região marcada por profundas desigualdades econômicas e sociais. No contexto do regime autoritário, as áreas que mais concentraram essas intervenções situavam-se nos cerrados, no extremo norte (várzeas) e nos

¹⁸ De acordo com Bandeira (1994), entende-se por modernização um conjunto de mudanças nos métodos de produção, na composição da produção agropecuária, nas relações de trabalho no sentido assalariamento, na estrutura fundiária, dessa forma permitindo a inserção funcional de uma região no sistema capitalista, reorganizando território, produção, instituições e papéis sociais; ela pode manifestar-se de forma parcial ou desigual, o que evidencia a persistência de atraso institucional ou social, mesmo quando a modernização econômica avança.

vales úmidos. Já no semiárido, devido à baixa fertilidade dos solos e à irregularidade climática, as mudanças ocorreram de maneira muito mais lenta e limitada.

Agindo como instrumento de legitimação das ações do Estado e propagando um discurso de transformação social, o Ministro do Interior, Mário Andreazza¹⁹, teve uma breve passagem pelo Piauí em março de 1980 para desempenhar um papel crucial na promoção dos projetos de irrigação do DNOCS, sendo acompanhado de perto pela imprensa piauiense, como relatado nas manchetes do Jornal da Manhã, um periódico publicado na cidade de Teresina/ PI. Andreazza, na ocasião, fez declarações otimistas de que a seca não afetaria a região, criando uma imagem de eficiência e progresso ao divulgar os projetos do governo.

Por isso, foram projetadas obras de caráter permanente, de grande alcance social, capazes de modificar as condições locais. Por outro lado, é preciso, e está sendo feito, um trabalho direto junto ao agricultor e ao criador, para que se modifique o sistema de trabalho no campo, saindo dos métodos completamente ultrapassados para outros modernos e eficientes, dentro das condições regionais (Jornal da Manhã, 30/ 05/ 1980. Ano I, nº 42, p. 05).

Ao analisar a reportagem veiculada no exemplar do *Jornal da Manhã*, percebe-se que, além de se tratar de um projeto de “obras de caráter permanente, de grande alcance social, capazes de modificar as condições locais”, também atuava como um agente de manipulação de interesses e promovia os supostos “avanços” do governo através da ideia do desenvolvimento econômico e do discurso de modernização, criando uma percepção de sucesso e com isso, construindo uma narrativa oficial favorável ao governo.

Segundo ele (o Ministro Andreazza), o Ministério vai continuar com os perímetros de irrigação do DNOCS, porque eles vêm dando uma resposta altamente positiva, a medir-se pelo que aconteceu na seca passada. Disse ele, com assessoria direta do diretor geral do DNOCS, José Osvaldo Pontes, que estava presente, que na seca passada, enquanto o Nordeste todo estava vivendo momentos de drama, no Projeto Caldeirão, por exemplo, no município de Piripiri, cada família de colono teve ali uma renda média anual de 92 mil cruzeiros, em 2,5 hectares explorados apenas em termos de agricultura (Jornal da Manhã, 30/ 05/ 1980. Ano I, nº 42, p. 05).

A análise das representações midiáticas sobre os projetos do Governo Federal voltados ao meio rural revela uma tensão entre duas perspectivas distintas: de um lado, a narrativa oficial,

¹⁹ Mário David Andreazza (1918 – 1988) foi um militar e político brasileiro. Foi ministro dos Transportes durante a Ditadura Militar nos governos Costa e Silva e Médici, tendo sido responsável por inúmeras obras realizadas, entre as quais a ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica. Ocupou o Ministério dos Transportes de 1966 até o fim do governo Médici, em 1974. Só voltou a ocupar um cargo público em 1979, quando se tornou ministro do Interior por convite do presidente João Baptista Figueiredo, que mais tarde o indicaria, embora sem êxito, como seu sucessor.

veiculada por meio da propaganda estatal, que enaltece o progresso e o desenvolvimento; de outro, uma visão crítica que destaca as falhas estruturais das políticas públicas e os impactos negativos sobre as populações locais. Durante o período de 1974 a 1989, a área de atuação da 1^a Diretoria Regional do DNOCS (PI), possuía seis desses projetos de irrigação sob sua jurisdição, representando uma das principais iniciativas para promover o projeto de reestruturação do campo:

Quadro 1. Perímetros irrigados no Piauí.

Perímetro Irrigado	Município	Início de implantação	Início da operação	Fonte hídrica	Área irrigável (Hectares)	Área implantada (Hectares)
Caldeirão	Piripiri	1969	1973	Açude Caldeirão	398	398
Morro dos Cavalos/ Fidalgo	Simplício Mendes	1969	1973	Aquífero Serra Grande (11 poços tubulares)	470	311
Lagoas do Piauí	Luzilândia	1972	1974	Lagoa do Cajueiro e Rio Parnaíba	2.335	469
Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	1975	1977	Aquífero Serra Grande (25 poços tubulares) / Rio Gurguéia	5.929	1.974
Platôs de Guadalupe	Guadalupe	1987	1993	Rio Parnaíba – lago da barragem de Boa Esperança	14.957	2.009
Tabuleiros Litorâneos	Parnaíba e Buriti dos Lopes	1989	1998	Rio Parnaíba	8.007	2.469

Fonte: Adaptado de PIAUÍ (2013, p. 131)

O Perímetro Irrigado *Vale do Fidalgo*, visava o aproveitamento hidrográfico de 580 hectares de área irrigável para assentar 260 famílias de colonos, abrangendo três perímetros de irrigação: Morro dos Cavalos, São Miguel e Paes Landim. O Projeto-Piloto *Morro dos Cavalos*, iniciado em 1969, destacou-se pelo grande potencial hídrico da região, tornando-se um dos perímetros do projeto. Os lotes irrigados, destinavam-se ao cultivo de hortaliças, banana, laranja, feijão, arroz, tomate, batatinha e uva, além da exploração de gado de leite e de corte (DNOCS, 1976, p. 224-226).

O Perímetro Irrigado *Lagoas do Piauí* visava ao desenvolvimento agropecuário da região, caracterizada por atividades primárias de baixa rentabilidade, utilizava métodos tradicionais de cultivo e regime de criação extensiva, resultando em baixa renda para a população local (DNOCS, 1976, p. 223-224). O Perímetro Irrigado *Gurguéia* visava o aproveitamento total dos recursos hídricos e a proteção contra enchentes para valorizar a área

agrícola, que sofria com a emigração e a baixa renda dos agricultores. Tinha como projeto também o cultivo de feijão, arroz, culturas hortícolas, frutícolas e forrageiras na área irrigada, e sorgo, pastagem e exploração de gado de leite e de corte na faixa seca, beneficiando diretamente cerca de 2.500 pessoas (DNOCS, 1976, p.223).

O Perímetro Irrigado *Tabuleiros Litorâneos do Piauí*, em sua concepção inicial, apresentou duas etapas de áreas irrigáveis realizadas pelo DNOCS, com a primeira iniciada no ano de 1989, enquanto a segunda etapa (1998), produz frutas orgânicas como: acerola, banana, coco, caju e melancia, onde também é referência na pecuária de leite e avicultura, enquanto o Perímetro Irrigado *Platôs de Guadalupe*, localizado à margem direita do lago formado pela Barragem da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, no rio Parnaíba, na região centro-oeste do estado do Piauí, conta com estruturas de captação e bombeamento, canal principal e suprimento elétrico, onde a sua primeira etapa conta com culturas variadas como banana, goiaba, maracujá, arroz, milho verde, feijão e uva. Atualmente, há negociações para concessão da segunda etapa de seu Projeto de irrigação, podendo envolver uma área total de 15.442 hectares, sendo 10.238 hectares de terras irrigáveis (DNOCS, 2022). Esses dois últimos projetos estão em trâmites para emancipação do DNOCS e/ou concessão de Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Nesse contexto, os perímetros irrigados localizados no Piauí representam não apenas empreendimentos técnicos voltados à produção agrícola, mas também espaços de disputa por modelos de desenvolvimento rural. Esse desenvolvimento desigual historicamente presente nas ações do DNOCS, revela as tensões entre o discurso oficial de progresso e as práticas cotidianas dos irrigantes, que enfrentam desafios como acesso desigual à terra, à água e aos insumos produtivos. Assim, a análise desses projetos permite compreender como o Estado atua na conformação do espaço agrário nordestino, ora promovendo inclusão produtiva, ora reforçando mecanismos de exclusão e dependência.

2. O CALDEIRÃO: *DISCIPLINA E TRABALHO*

2.1. O projeto sonhado

A chegada dos grandes projetos hídricos ao sertão nordestino foi anunciada como solução para a seca e a pobreza, despertando grandes esperanças entre os trabalhadores rurais. No Piauí, os grandes programas governamentais implementados a partir da década de 1970 provocaram profundas transformações no campo, revertendo o modelo agrário baseado no latifúndio e na agricultura de subsistência com baixos níveis técnicos e relações pré-capitalistas,

se concentrando em áreas de cerrados, várzeas e vales úmidos, enquanto o semiárido apresentou transformações mais lentas devido às limitações naturais.

A implantação de projetos hídricos e de irrigação no semiárido nordestino, especialmente nas regiões historicamente afetadas pela escassez de chuvas, provocou transformações não apenas materiais, mas também simbólicas nas populações locais. Para os trabalhadores rurais pobres, marcados por um histórico de exclusão estrutural e vulnerabilidade permanente, tais iniciativas representaram a possibilidade de uma inflexão na trajetória de miséria crônica, onde muitos deles sonhavam com autonomia, estabilidade e dignidade. A água, nesse contexto, assume um significado que extrapola a dimensão física: ela passa a constituir um símbolo de cidadania, de pertencimento e de esperança social, já que com a disponibilidade de água, poderiam cultivar suas terras de forma mais eficiente e garantir uma renda estável.

Conforme já apontado por Josué de Castro (1984), a fome no Nordeste brasileiro não é uma expressão da natureza, mas uma construção social e política, historicamente vinculada à concentração fundiária, à negligência do Estado e à ausência de políticas estruturantes. No semiárido, a chegada dos recursos hídricos e a presença do Estado por meio do DNOCS, da CODEVASF e de outros programas públicos sugeriu a viabilidade de inserção social por meio do trabalho na terra irrigada, percebida como um possível rompimento com esse ciclo. A perspectiva de acesso à terra irrigada e à produção agrícola regular era uma promessa de inclusão socioeconômica, pois alimentava o imaginário popular com expectativas de trabalho, renda e dignidade, onde a água representava a possibilidade de superar a condição histórica de “flagelado” e de ser reconhecido como sujeito de direitos.

A lógica tecnocrática dos perímetros, a ausência de participação comunitária nas decisões e a reprodução de formas de clientelismo político acabaram por reduzir o alcance emancipatório dessas políticas resultou em muitos casos, um sentimento de desencanto institucional, marcado pela distância entre as promessas iniciais e os efeitos concretos percebidos pelas comunidades beneficiadas. Como observa E. P. Thompson (1981, p.189-190), a experiência humana é o ponto de encontro entre as condições materiais e a consciência social, não se restringindo apenas ao campo das ideias, mas vivida como sentimento, expressando-se em valores, normas e reciprocidades aprendidas no cotidiano. No sertão nordestino, essas experiências afetivas e morais também foram moldadas pelos projetos hídricos, que transformaram o modo como os trabalhadores rurais perceberam o Estado, o território e a esperança de superação da seca. Nesse contexto, o Caldeirão representou o encontro entre o sonho e a imposição: a tentativa de conciliar a racionalidade técnica do Estado com as

aspirações e modos de vida dos trabalhadores rurais. Para muitos, o projeto simbolizava o futuro; para outros, significava a perda de práticas tradicionais e o início de um novo tipo de dependência. Entre o ideal e o vivido, construiu-se um espaço de disputas simbólicas e materiais: um “projeto sonhado”, mas nunca plenamente realizado.

Em 1969 o Ministério do Interior (recém-criado durante o auge do regime militar), na sua tentativa intensificar a sua presença no semiárido nordestino, juntamente com o DNOCS, realizou uma pesquisa na cidade de Piripiri/ PI, com o objetivo de caracterizar a população residente na área de influência do Açude Caldeirão²⁰. Os dados coletados forneceram subsídios para produção de um relatório intitulado *"Pesquisa Socioeconômica da Área de Influência do Açude Caldeirão"*, onde o seu enfoque metodológico é predominantemente quantitativo e descritivo, com coleta de dados sobre condições de moradia, estrutura fundiária, níveis de renda, educação, saúde, produção agrícola e criação de animais.

O estudo revelou uma população majoritariamente rural na cidade de Piripiri, com alta dependência da agricultura de subsistência. A maioria dos agricultores cultivava milho, feijão e mandioca, em pequenas áreas, com baixos níveis de produtividade. A criação de animais, especialmente caprinos e bovinos, era praticada de forma extensiva e em pequena escala. A estrutura fundiária era marcada pela concentração da terra e pela presença significativa de posseiros e trabalhadores rurais sem acesso formal à terra. As condições de moradia eram precárias, com casas de taipa, sem acesso a água encanada e saneamento. O nível de escolaridade era baixo, e os serviços de saúde e educação eram escassos ou inexistentes (DNOCS, 1970, p.89-90).

No relatório, o Açude Caldeirão aparecia como uma solução em potencial para transformar a região de Piripiri e da Bacia Hidrográfica do Baixo Parnaíba/ Sub-bacia do Rio Longá, a partir disso passando a ser visto não apenas como um reservatório de água, mas sim como um potencial instrumento de planejamento territorial, com a função de viabilizar projetos de irrigação, aumentar a produtividade agrícola e inserir a região nos circuitos da economia nacional. O uso estratégico das águas do açude revelou a intenção do Estado de reordenar não apenas a produção agrícola, mas também a organização social e econômica local, pois tratava-se de um planejamento de cima para baixo, tecnocrático, que ignorou as formas tradicionais de produção e reprodução camponesa, onde foi notado a ausência de participação popular, o

²⁰ Os estudos para a construção do açude Caldeirão começaram em 1933 e só permitiram o início das obras após novas pesquisas, concluídas em 1935. O projeto foi elaborado em 1936, e a construção teve início em 1º de abril de 1937, sendo finalizada em 1945. Localizado a 9 km da então cidade de Peripery (Piripiri), o açude foi projetado com capacidade para 54 milhões de metros cúbicos de água (DNOCS, 2022).

silenciamento dos saberes camponeses e a redução da questão agrária a um problema de eficiência produtiva.

Com base no diagnóstico anterior, em 1971, o Ministério do Interior em conjunto com o DNOCS elaborou o "*Projeto de Planejamento Integral – Assentamento Agrícola Caldeirão*", com apoio da "Missão de Israel", que teve como finalidade estruturar um projeto de colonização rural irrigada na região do Açude Caldeirão, articulando infraestrutura, produção agrícola e transformação social. O projeto visava, entre alguns objetivos: aproveitar integralmente a área irrigável da região; assentar 120 famílias de agricultores locais em lotes familiares irrigados; integrar atividades de agricultura, pecuária e cooperativismo; elevar a renda do colono; e substituir a agricultura de subsistência por um modelo tecnificado e orientado ao mercado, sendo altamente detalhado, incluindo a divisão de cerca de 376 hectares irrigáveis entre hortaliças, pomares e pastagens forrageiras; construção de uma vila residencial e infraestrutura de canais, drenagens, estradas e energia; previsão de investimentos escalonados entre 1970 e 1975, e treinamento dos colonos (DNOCS, 1971, p.09-12).

Como a população local foi descrita como carente e "primitiva", vivendo em condições precárias, com baixa escolaridade, alta dependência da agricultura de sequeiro e dificuldades de acesso a serviços básicos (DNOCS, 1970, p.89-90), o planejamento de 1971 propôs um processo civilizacional via educação técnica, integração cooperativa e mecanização, prevendo um aumento substancial da renda dos colonos ao longo dos anos, onde as projeções sugeriam que, com a assistência técnica adequada, o pequeno produtor podia se transformar num agente integrado ao mercado regional, através da implantação de um assentamento irrigado, com estrutura cooperativa, padronização dos lotes, produção de frutas e hortaliças para mercados consumidores e centros urbanos como Teresina, Fortaleza e São Luís, buscando transformar camponeses de subsistência em pequenos produtores empresariais. Contudo, tais projeções desconsideram fatores fundamentais, como a instabilidade de preços, a precariedade logística e a concorrência com regiões mais estruturadas naquele período.

Ao ignorar as formas de resistência e organização autônomas, o Projeto de Planejamento Integral – Assentamento Agrícola Caldeirão (DNOCS, 1971), acabou por reproduzir uma visão de mundo que legitima a dominação estatal sob o pretexto do desenvolvimento. Embora este relatório tenha apresentado dados detalhados sobre as condições de vida da população, o relatório adotou uma visão limitada e funcionalista, que reduzia os sujeitos a indicadores econômicos e sociais. Não houve análise crítica sobre as causas estruturais da pobreza (como a concentração fundiária, a exploração do trabalho rural ou a histórica negligência estatal), e o

desenvolvimento foi entendido como algo que devia ser trazido de fora, por meio da técnica e da infraestrutura.

O documento expressou uma visão de planejamento tecnocrático: os problemas sociais foram tratados como falhas técnicas e resolvidos através de infraestrutura e racionalização, onde a população local foi vista mais como obstáculo do que como protagonista. No projeto, o conhecimento empírico dos agricultores sobre solos, água e culturas não foi levado em consideração, onde a uniformização da produção e a imposição de culturas comerciais (melão, uva, tomate, etc.) refletiam a intenção de submeter o modo de vida local à lógica mercantil. Embora o discurso dos projetos tinha como objetivo a autonomia e desenvolvimento sustentável dos agricultores/ irrigantes, o modelo proposto impôs dependência técnica (equipamentos, insumos, irrigação) e mercantil (crédito bancário, integração aos mercados regionais). Além disso, o sistema cooperativo proposto concentrou decisões cruciais, reduzindo a autonomia efetiva dos agricultores.

A análise do Perímetro Irrigado Caldeirão pode ser enriquecida a partir das categorias propostas por Reinhart Koselleck (2006). Para o autor, a história se constrói no entrecruzamento entre o *espaço de experiências* e o *horizonte de expectativas* como categorias históricas fundamentais para compreender a relação entre passado e futuro na constituição do tempo histórico. O *espaço de experiências* (relacionado ao passado histórico de secas, migrações, fome e exclusão que marcou a vida dos trabalhadores rurais do semiárido), refere-se às vivências incorporadas pelos indivíduos e coletividades, correspondendo ao passado vivido e transmitido, acumulado tanto pela memória individual quanto pela tradição coletiva (memórias, práticas, valores e saberes).

Já o *horizonte de expectativas* (que corresponde às promessas e projeções de futuro que os perímetros irrigados traziam: acesso à terra, à água e à técnica moderna; possibilidade de estabilidade alimentar; e inserção no discurso desenvolvimentista do Estado), diz respeito ao futuro: entendido como um campo aberto de possibilidades, desejos, projetos e temores. Trata-se de uma linha que se desloca constantemente à medida que se avança, permanecendo inatingível, mas orientando a ação dos sujeitos históricos, e as projeções sobre o que é possível ou provável, envolvendo planos, sonhos e esperanças.

O espaço de experiências dos camponeses, marcado pela precariedade, confrontava-se com o horizonte de expectativas construído pelo discurso modernizador do Estado. Essa tensão pode ser vista como motor das contradições dos perímetros irrigados: enquanto o passado de miséria justificava o projeto, o futuro projetado (muitas vezes idealizado) nem sempre se

concretizava, gerando novas frustrações, mas também novas formas de resistência. A promessa de água contínua, assentamentos planejados, cooperativas e acesso ao mercado regional alimentava a esperança de uma transformação social e econômica. Nesse contexto, a expectativa dos colonos não surgia de forma abstrata: ela era construída a partir do confronto entre a experiência histórica de vulnerabilidade e as promessas técnicas e institucionais do Estado, conforme *Jorge*, 56 anos, que atualmente mora no Assentamento Caldeirão, filho de um dos primeiros colonos, ao ser perguntado como era a expectativa geral das pessoas sobre trabalhar no perímetro irrigado, como relata na sua fala:

Jorge: Porque *tava de...fundar* o projeto, né? E tinha essa expectativa. Todo mundo das encostas tinha a vontade de, de...de entrar, de ser colono [...] É *porquê*, é, primeiro porque trabalhar aqui você trabalha *de vez em seca*, né? Você trabalhando fora, você só...vamos supor, no trabalho de roça, você só trabalha, quer dizer, você trabalha um ano inteiro, para esperar até no inverno, se tiver inverno. E aqui não, é diferente, né? E aí as pessoas tinham isso em mente, é porque você trabalhava *inverno e verão*. Inverno tinha o inverno e verão tinha água para você fazer a irrigação. E aí isso empolgava muito as pessoas (*Jorge*, 2025).

No semiárido nordestino, o espaço de experiência dos camponeses de Piripiri foi moldado pela memória da seca, da fome e das exclusões estruturais, compondo um repertório coletivo de vulnerabilidade e resistência. Esse histórico configurava não apenas limitações, mas também formas de lidar com adversidades e de sobreviver em condições de extrema precariedade. O horizonte de expectativas, por sua vez, foi alimentado pelo discurso modernizador do Estado e pelo DNOCS, que prometiam a superação definitiva do “flagelo da seca” através da técnica e da irrigação.

Durante os anos 1970, os projetos irrigados passaram a ser vistos como instrumentos de transformação desses camponeses em produtores voltados ao mercado, por meio da criação de assentamentos com estrutura cooperativa, lotes padronizados e assistência técnica permanente. A crença de que centros urbanos como Teresina, Fortaleza e São Luís absorveriam a produção, justificava o investimento em uma agricultura voltada ao lucro. No entanto, a realidade mostrou-se diferente: instabilidade de preços, dificuldades de transporte, ausência de canais consistentes de comercialização e forte concorrência com regiões mais organizadas, como o Vale do São Francisco, colocaram em xeque a viabilidade do modelo.

A compreensão das contradições que emergem com a implantação dos projetos de irrigação no semiárido piauiense exige um olhar histórico sobre a formação das desigualdades estruturais no campo nordestino. Nesse sentido, as análises de Frederico de Castro Neves (2001)

contribuem ao demonstrar que a “modernização” agrícola e territorial no Nordeste não constitui uma ruptura com o passado, mas uma nova expressão prática das antigas formas de dominação. Em seu estudo sobre as transformações do mundo rural cearense no século XIX, o autor identifica que a promulgação da Lei de Terras de 1850 e a grande seca de 1877–1879 marcaram o início de um novo regime fundiário e social, no qual a terra se converteu em mercadoria e os trabalhadores pobres foram progressivamente excluídos dos meios de reprodução de sua própria existência. Essa exclusão, segundo Neves, foi mascarada por um discurso de “civilização” e de “ordem”, que associava a propriedade à moral e à modernidade.

Ao contrapor as noções de “Lei da Terra” (a lógica da propriedade, do lucro, do mercado, da técnica e do Estado); e “Lei da Vida” (a lógica da sobrevivência, da solidariedade, das práticas tradicionais, da reciprocidade e da experiência popular), Neves demonstra que as políticas estatais, desde o século XIX, vêm impondo aos camponeses uma racionalidade econômica que os desloca de seus modos tradicionais de existência, subordinando-os à lógica da propriedade, do lucro e do mercado, permitindo compreender que os projetos de irrigação implantados pelo DNOCS, nas décadas de 1970 e 1980, representam uma nova expressão dessa mesma “Lei da Terra”: uma modernização tecnocrática que se apresentou como instrumento de emancipação, mas que, na prática, reproduziu a dependência e a desigualdade.

O projeto tecnocrático de desenvolvimento rural no Piauí não considerou as especificidades socioeconômicas e culturais do território, o que resultou na desestruturação de práticas tradicionais, no endividamento de muitos irrigantes e na dependência contínua do Estado. Ao invés de promover inclusão produtiva, o projeto acabou reproduzindo exclusão, ao empurrar os agricultores para uma posição ambígua: sem autonomia plena sobre seus modos de vida, mas também sem garantias reais de inserção no mercado. Os projetos de irrigação dos anos 1970 são, na prática, uma nova expressão da Lei da Terra (tecnocrática e excludente), que tenta disciplinar e “modernizar” a Lei da Vida dos camponeses, impondo-lhes novos modos de trabalho, tempo e valor.

Para os trabalhadores, restaram condições de precariedade, marcadas por longas jornadas, ausência de infraestrutura mínima, vigilância rígida, repressão violenta em situações de conflito, e marginalização dos seus saberes locais e dinâmicas sociais tradicionais de convivência com a seca. A lentidão das ações do Estado, por sua vez, ampliou as dificuldades enfrentadas pelos camponeses, aprofundando sua vulnerabilidade social e econômica, contribuindo para a manutenção de estruturas desiguais de poder e revelar os limites da racionalidade técnico-burocrática diante desses problemas já historicamente enraizados.

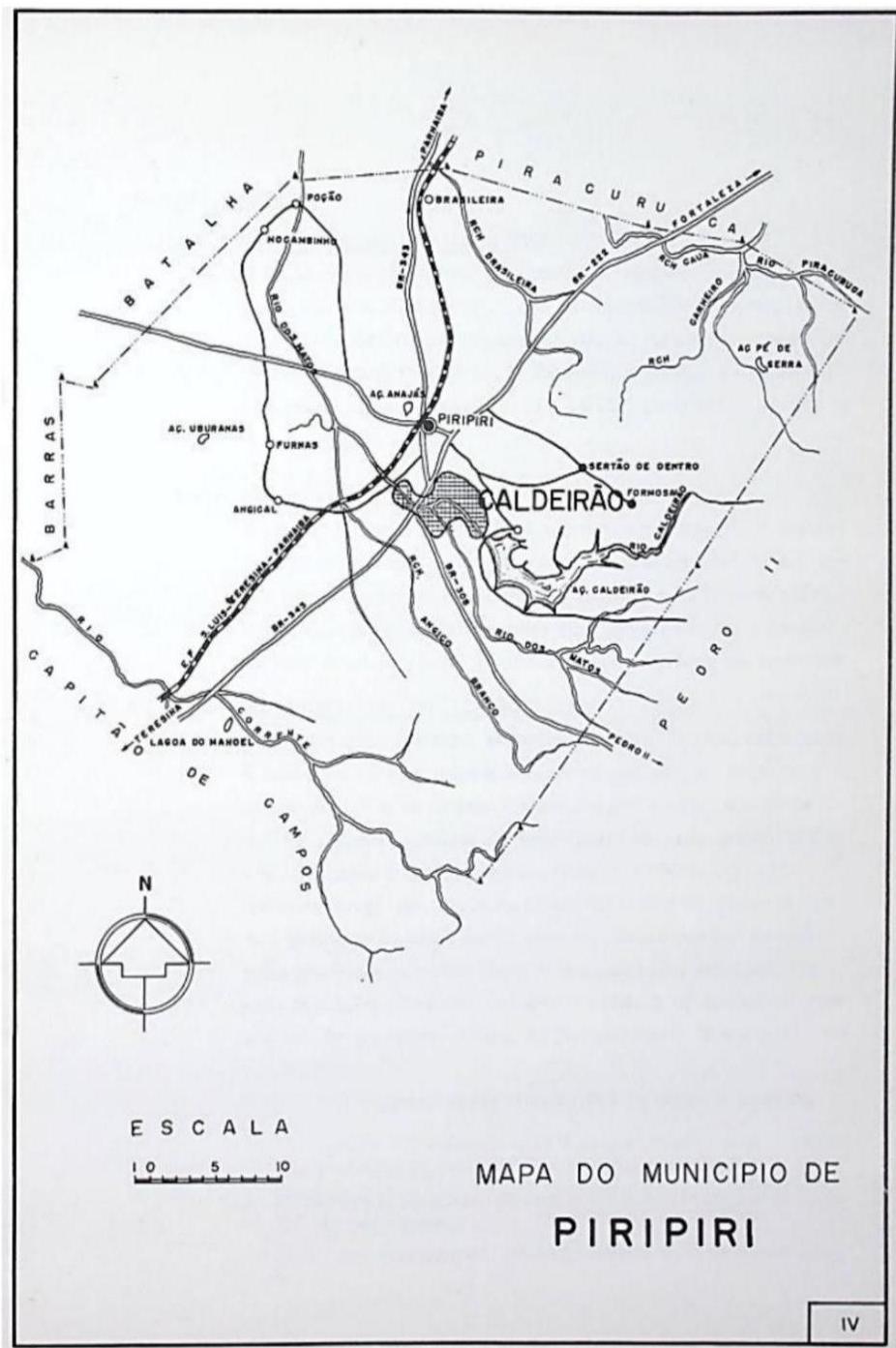
Enfim, o discurso do projeto era nitidamente modernizador: buscava substituir o modo de vida tradicional dos camponeses e das populações locais por uma lógica produtivista, mecanizada e racional. A presença da Missão de Israel e as referências a modelos internacionais, como o *kibutz*, demonstravam a tentativa de importar soluções externas para problemas locais, porém, essa reordenação forçada não considerou as especificidades socioeconômicas e culturais do território, sendo considerado um fracasso que foi atribuído ao projeto não como falha do modelo, mas como “má adaptação” dos colonos justamente por desconsiderar as limitações estruturais e culturais do contexto e o local em que esses projetos foram implementados.

2.2 O projeto implementado

Segundo dados do IBGE (2022), o município de Piripiri (Figura 3) originou-se das terras de Botica, em área concedida a Antônio Fernandes Macedo, em 20 de janeiro de 1777. A sua fundação remonta-se a 1844, quando o seu proprietário, Padre Domingos de Freitas e Silva, vindo buscar refúgio após ter lutado pela independência do Piauí, construiu uma casa e ao lado, uma capela dedicada à Nossa Senhora dos Remédios (que é a atual padroeira da cidade), em um local denominado Anajás, onde o padre, através da agricultura e da criação de gado, passou a viver com sua família.

Padre Freitas resolveu dividir as terras de sua propriedade em pequenos lotes, oferecendo-as a quem quisesse morar ali. Pouco tempo depois começaram a chegar muitas famílias. Em 1870, Piripiri foi elevada à categoria de freguesia, e em seguida, à categoria de município e distrito pela Resolução Provincial n.º 849, de 16 de junho de 1874, sendo desmembrado dos municípios de Piracuruca, Pedro II e Campo Maior. E em 1910, foi elevada à condição de cidade, com a denominação de Piripiri, pela Lei Estadual n.º 570, de 04 de julho de 1910. A grafia primitiva era *Peripery*. Em 1944, uma resolução do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a chamar a cidade de Piripiri (IBGE, 2022). Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – CEPRO, do Governo do Estado do Piauí (2019), o município de Piripiri está localizado na macrorregião Meio-Norte, no Território de Desenvolvimento (TD) dos Cocais, possui uma área total de 1.407,192 km² e população residente de 65.538 pessoas, que segundo dados do IBGE (2022), possui o quarto município mais populoso do estado (com densidade demográfica de 46,57 habitantes/ km²).

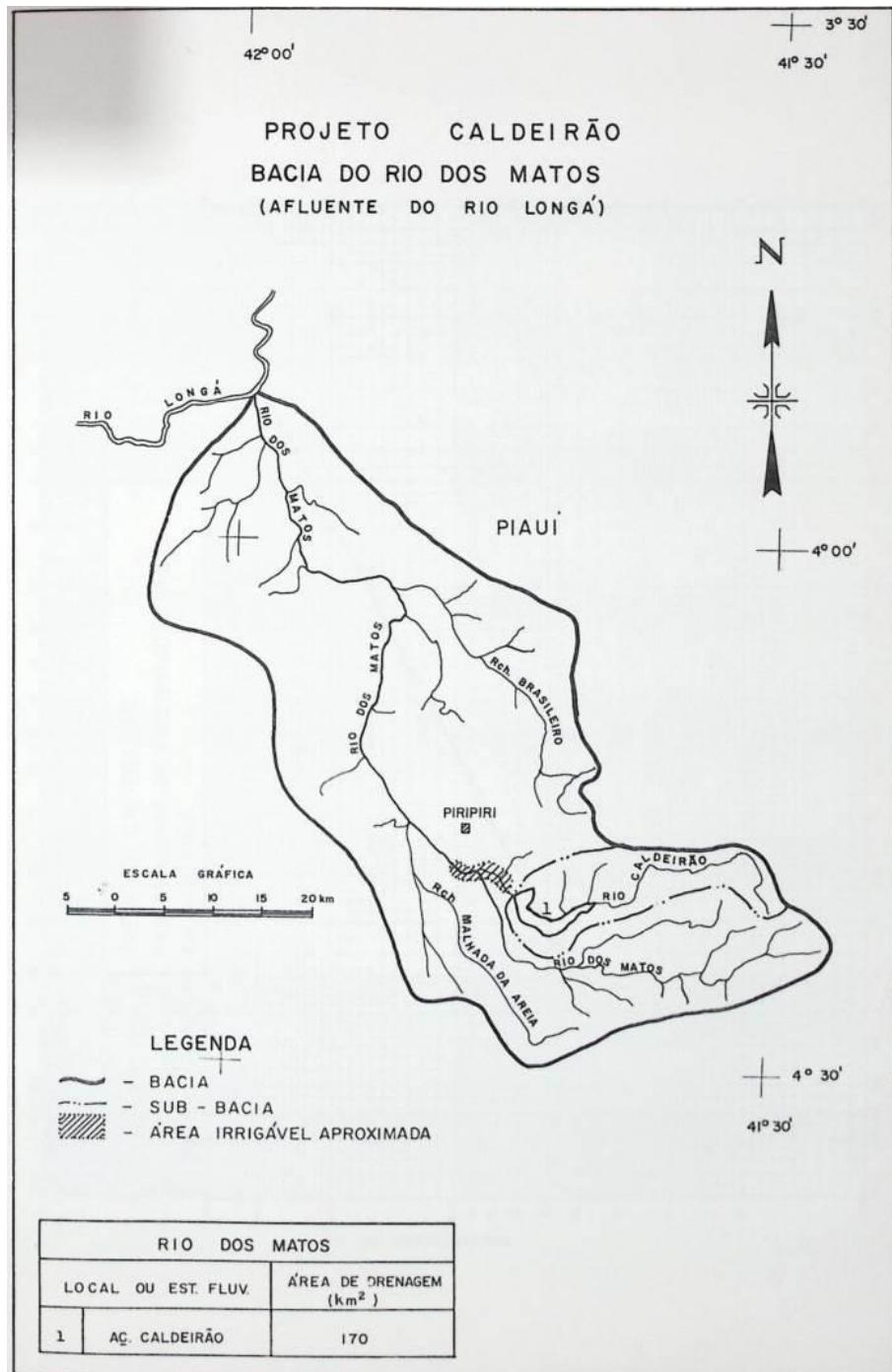
Figura 3. Mapa do município de Piripiri e localização do Perímetro Irrigado Caldeirão, 1971.



Fonte: DNOCS (1971).

O Açude Caldeirão, alimentado pelo Rio Caldeirão (que por sua vez é um afluente do rio dos Matos), fica situado na bacia hidrográfica de mesmo nome (conforme Figura 4) engloba o sistema hidrográfico do rio Longá, foi planejado com a finalidade de fornecer água para os moradores da região e regularizar o rio de mesmo nome, garantindo a irrigação das várzeas férteis da região, que se tornavam despovoadas nos períodos das secas.

Figura 4. Bacia hidrográfica do Rio dos Matos e seus rios afluentes, localização, 1971.



Fonte: DNOCS (1971)

Segundo o DNOCS (2022), os primeiros estudos do açude se iniciaram em 1933 e finalizaram em 1934. Conforme relatórios técnicos, esses estudos não foram suficientes para o início das obras, sendo solicitadas novas pesquisas. Após essas exigências, passou-se, então, a escolha das soluções mais convenientes para a obra. O resultado dos estudos foi enviado ao inspetor por meio de telegrama em 9 de outubro de 1935, solicitando o “reconhecimento

cuidado da bacia de irrigação com assistência agrônomo-reflorestamento". Em solução ao telegrama, a Inspetoria resolveu projetar o açude Caldeirão, construído numa região chamada "Lagôa" a 9km da cidade, denominada na época de *Perypery*, segundo seu relatório.

Lagôa está ligada por estrada carroçável a *Perypery*, que é, *actualmente*, estação terminal da estrada de ferro de Amarração. Essa região próspera e fértil nas épocas em que as chuvas se distribuem com regularidade, tornou-se inabitável nos períodos de *séccca* - tal como se verificou em 1900, 1908, 1915, 1919, 1927 e 1932 - em que a população teve que emigrar. Daí a ideia de se construir um reservatório para, de um lado, atender às necessidades dos habitantes e criação regionais, e de outro garantir a irrigação das férteis várzeas do rio Caldeirão, bem como a exploração de ótimas vazantes em sua bacia *hydraulica* (DNOCS, 2022).

Em 1936, findados os estudos iniciais, começaram a ser elaborados os desenhos do projeto executivo, iniciando a sua construção em 01 de abril de 1937 (conforme Figura 5) e concluída em 1945, com capacidade estimada de 54 milhões de metros cúbicos de água.

Figura 5. Construção do Açude Caldeirão (sem data).



Fonte: DNOCS (2022).

Hoje, o Açude Caldeirão, por sua vez, é o mais famoso açude do norte do Piauí, sendo a principal atração turística de Piripiri (Figura 6). O Perímetro Irrigado Caldeirão (Figuras 7 e 8), localizado a dez quilômetros da Sede municipal, foi implantado em 1971 com o objetivo de aproveitar e valorizar 1.200 hectares de terras, sendo 700 deles destinados à pastagem natural, 376 com irrigação e o restante (74 ha) sem irrigação (conforme Figura 9), com áreas de

irrigação, por gravidade²¹ (conforme Figuras 10 e 11), e de aspersão²² (Figura 12), a jusante do açude nas margens do rio Caldeirão, segundo dados do DNOCS (1971, p.07).

Figura 6. Vista aérea do Açude Caldeirão no período de “sangria”, 2019.



Fonte: Ministério Público do Estado do Piauí (2019).

Figuras 7 e 8 Vista aérea de parte do Açude Caldeirão e de parte dos lotes do Perímetro Irrigado do Caldeirão, 1973.

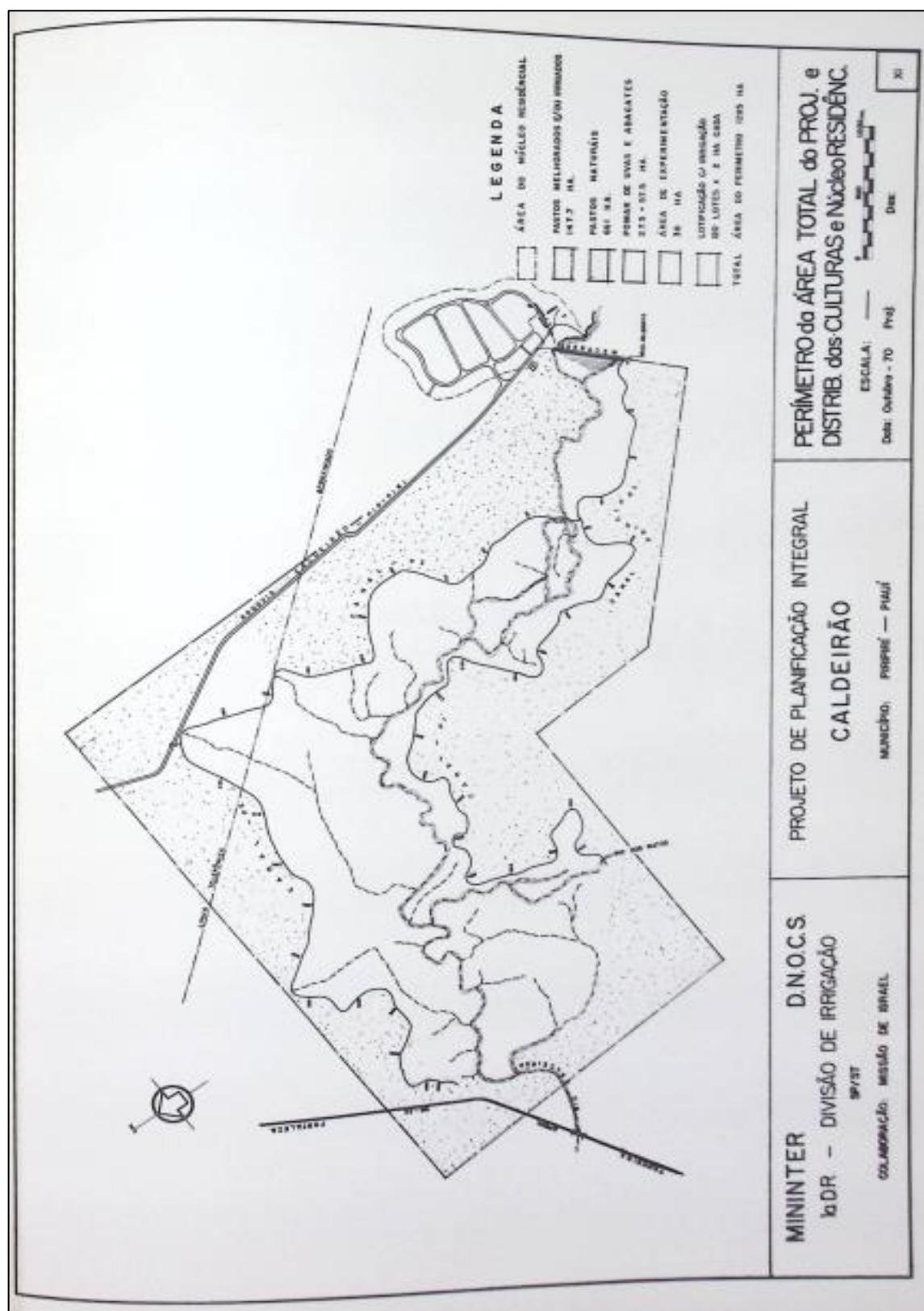


Fonte: Centro Técnico Audiovisual (1973).

²¹ A irrigação por gravidade é um dos métodos mais antigos e simples de irrigação utilizados na agricultura. Baseia-se em aproveitar a força da gravidade para levar a água de uma fonte elevada até os campos de cultivo. Neste sistema, a água é transportada por canais, valas ou canalizações de uma fonte natural, como um rio ou reservatório, até os campos de cultivo que estão em um nível mais baixo.

²² A irrigação por aspersão é um método de irrigação que simula o efeito da chuva sobre o solo e sobre as plantas por meio de pulverização da água. A técnica é versátil e adaptável a qualquer tipo de geografia de solo, sendo amplamente utilizada na agricultura de precisão, irrigando pastagens e lavouras diversas.

Figura 9. Planta do Perímetro da área total do Projeto com distribuição das culturas e o Núcleo Residencial do Perímetro Irrigado Caldeirão, 1971.



Fonte: DNOCS (1971).

Figuras 10 e 11. Irrigação por gravidade, com a utilização de canais, transportando a água, e valas no Perímetro Irrigado do Caldeirão, 1973.



Fonte: Centro Técnico Audiovisual (1973).

Figura 12. Irrigação por aspersão no Perímetro Irrigado do Caldeirão, 1973.



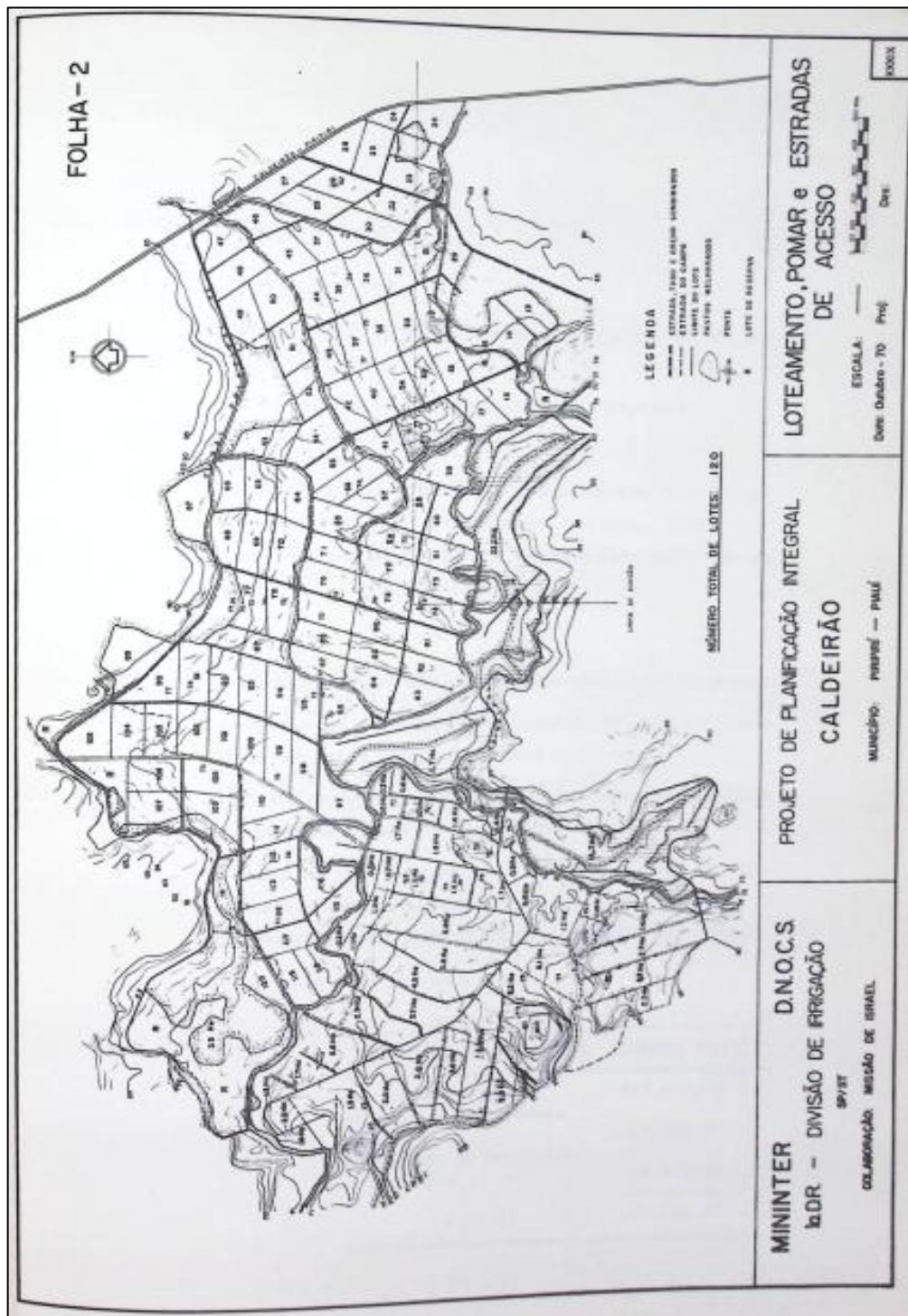
Fonte: Centro Técnico Audiovisual (1973).

Os lotes agrícolas individuais (Figura 13), possuíam um tamanho médio de 3,4 hectares de Superfície Agrícola Útil (área agricultável e irrigável dos Setores Agrícolas, efetivamente disponível para a utilização com cultivos agrícolas, sob condições de irrigação ou de agricultura mista), e estão localizadas a uma distância de quatro quilômetros do núcleo habitacional. Há também um pomar de 22 hectares com *citrus* explorados em regime coletivo.

Os lotes residenciais (conforme Figura 14), dispunham de uma superfície de 4 quilômetros quadrados, onde se encontra instalada a casa de moradia com 105 metros quadrados de área coberta (Figura 15). O sistema de agricultura previa a exploração agrícola e pecuária. As culturas aleitas estavam na dependência de opção dos colonos, mediante preenchimento de

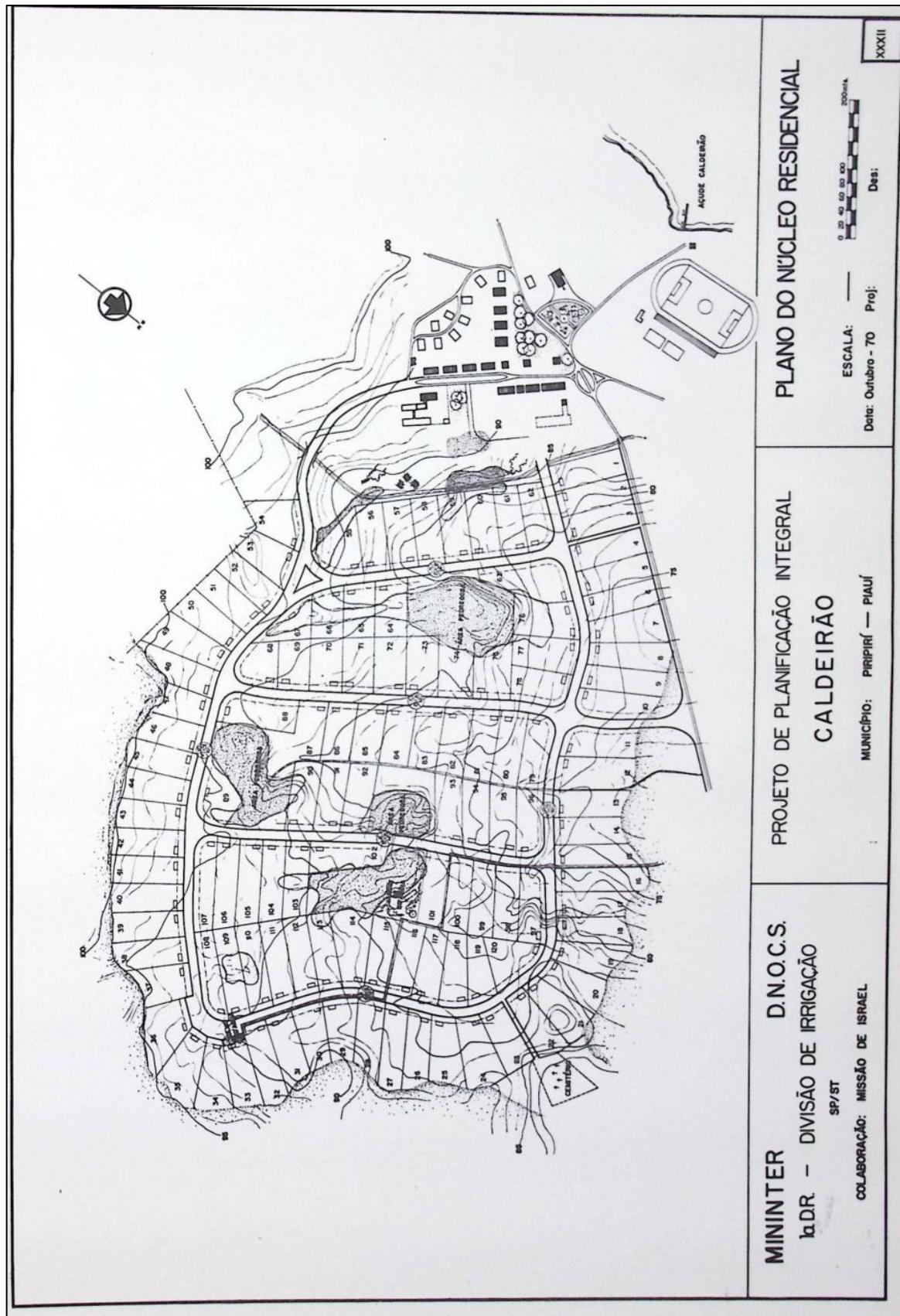
questionário, elaborado polo Serviço de Exploração antes da elaboração do plano, e também levando em consideração, vocação do solo, produtividade e comercialização. Quanto ao sistema de urbanização do núcleo habitacional e centro gerencial, procura-se manter o mais habitável possível, através da limpeza e arborização (DNOCS, s.d., p. 2).

Figura 13. Planta do Loteamento, pomar e estradas de acesso, 1971.



Fonte: DNOCS (1970).

Figura 14. Planta do Plano do Núcleo residencial do Perímetro Irrigado Caldeirão, 1971.



Fonte: DNOCS (1971).

Figuras 15. Moradias dos colonos do Perímetro Irrigado do Caldeirão, 1973.



Fonte: Centro Técnico Audiovisual (1973).

No Projeto encontravam-se o centro gerencial (Figura 16), com vinte e duas moradias para técnicos e funcionários, três armazéns de produtos, armazéns de insumos, grupo escolar, cooperativa, escritório, almoxarifado, oficina, carpintaria, casa de hóspedes, igreja, quadra de esportes, uma caixa para abastecimento d'água, um posto médico, prédio com secador de arroz, U.B.S. (Unidade de Beneficiamento de Sementes), um estábulo com capacidade para 120 animais, núcleo habitacional com 105 casas para as famílias de irrigantes e 22 moradias para técnicos e funcionários administrativos do DNOCS clube de jovens/ clube de mães, e clube social para colonos e funcionários (DNOCS, s.d., p. 2).

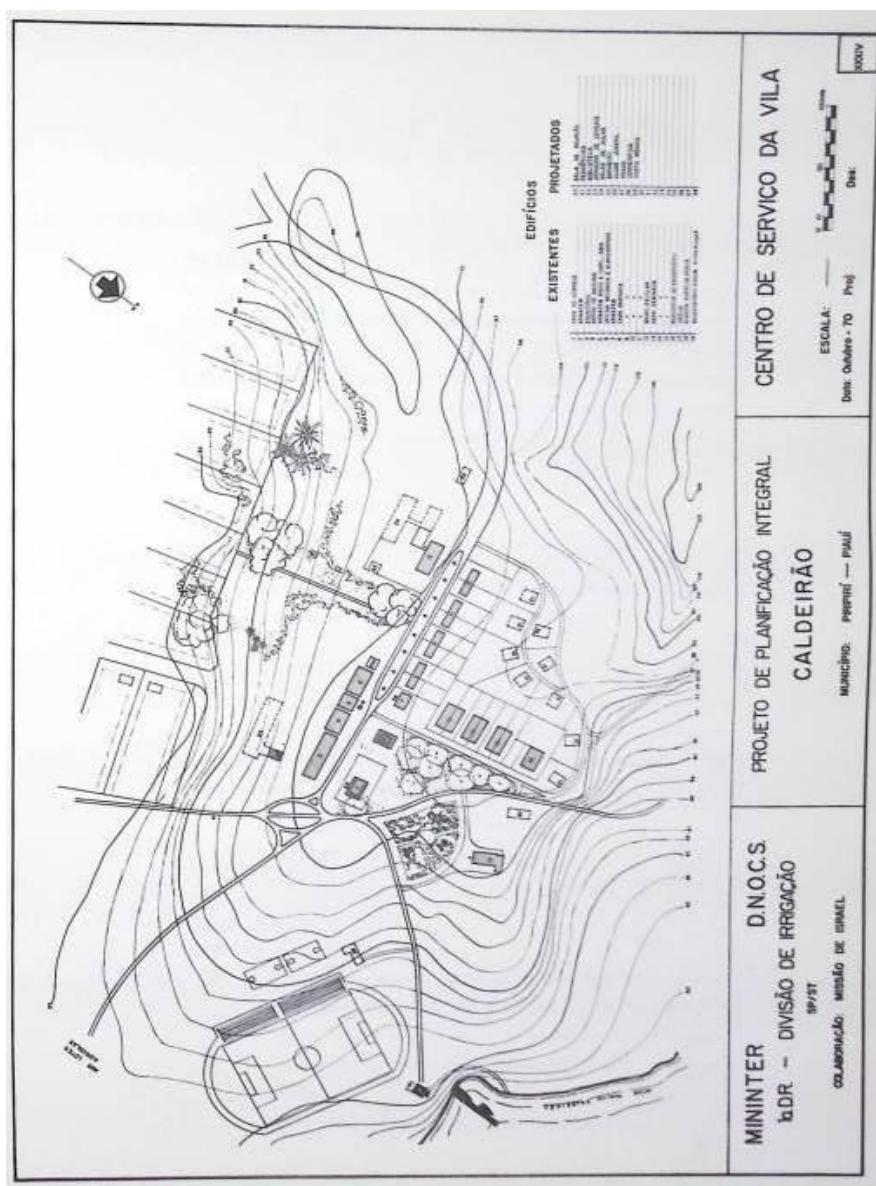
Determinado por sua localização, visando o aproveitamento de suas águas, o Projeto do perímetro irrigado contava com 90 colonos, que se dedicavam principalmente ao cultivo de arroz, algodão, feijão, melancia, milho, *citrus*, abacaxi e forrageiras, e a programação final previa a instalação de 120 colonos e suas famílias. A Cooperativa Agropecuária do Caldeirão Ltda – CAIC, realizava o repasse do crédito bancário e a comercialização de sua produção, que era absorvida pelos municípios de Piripiri, Campo Maior, Teresina e Parnaíba, no Piauí; Sobral e Fortaleza, no Ceará; e Caxias e São Luís, no Maranhão (DNOCS, 1976, p. 220).

No perímetro irrigado do Caldeirão e nos demais mencionados anteriormente, foram implementados sistemas de cooperativas²³ com o objetivo de combater o subdesenvolvimento

²³ O cooperativismo teve origem na Inglaterra durante a Revolução Industrial. Em 21 de dezembro de 1844, 28 tecelões fundaram a Associação dos Prolos Pioneiros de Rochdale como resposta ao desemprego e aos baixos salários. O objetivo inicial era comprar produtos essenciais de forma coletiva, reunindo capital para aumentar o poder de compra dos trabalhadores, conforme aponta Univaldo Coelho Cardoso (2014). As cooperativas são associações voluntárias que visam atender necessidades econômicas, sociais e culturais comuns por meio de empresas de propriedade coletiva e gestão democrática. No setor rural, elas se adaptam à realidade local e buscam solucionar problemas específicos de cada região.

e fomentar o progresso socioeconômico no meio rural. Essas cooperativas ofereciam serviços essenciais, como acesso a crédito, suporte administrativo e comercialização de produtos, visando melhorar a produtividade agrícola e promover uma distribuição mais equitativa da renda entre os produtores. As organizações de produtores nesses perímetros foram estabelecidas predominantemente por iniciativas estatais, com o apoio de instituições como o DNOCS e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) que, criadas de forma centralizada ("de cima para baixo"), buscavam se adequar às condições existentes no meio rural e atender à meta de impulsionar o desenvolvimento econômico e social da agricultura irrigada.

Figura 16. Planta do Centro de Serviço da Vila do Perímetro Irrigado Caldeirão, 1971.



Fonte: DNOCS (1971).

2.3 Processo de seleção dos trabalhadores do Perímetro Caldeirão

Com a consolidação dos projetos de irrigação no semiárido nordestino, o DNOCS passou a adotar mecanismos cada vez mais rigorosos de seleção de famílias, visando uma nova base social compatível com a agricultura tecnificada. Segundo Burstyn (2008), o passo seguinte, e talvez o mais complicado, era o da escolha das famílias que deveriam ocupar os lotes irrigados. Segundo a nomenclatura oficial, os produtores dos perímetros são chamados “colonos” ou “irrigantes”, fato que permitia, desde o início, a diferenciação entre esta categoria e os produtores tradicionais.

Uma série de critérios era utilizada para efetuar a seleção dos colonos para um “perímetro”. Alguns são objetivos; outros, bastante subjetivos: seguia uma sequência rigorosa de etapas, articulando critérios técnicos, sociais e comportamentais que refletiam as complexas relações entre Estado, território e sociedade rural no semiárido nordestino. Inicialmente, realizava-se um levantamento da população potencialmente interessada nas áreas próximas ao perímetro irrigado, apoiado por instituições regionais de desenvolvimento rural, que buscava mapear o perfil socioeconômico, a experiência agrícola e a disposição para adaptação a novas formas produtivas.

O processo de seleção dos colonos evidencia que o acesso à terra irrigada não dependia apenas de critérios técnicos, mas também de um *modelo de sujeição política e moral*. Ser irrigante não significava apenas saber plantar, mas sobretudo *demonstrar lealdade ao projeto estatal* e à hierarquia tecnocrática que o sustentava. Assim, o DNOCS não apenas distribuía lotes: *selecionava sujeitos*, dessa forma tornando-se uma ferramenta de classificação social, na qual os camponeses eram julgados por sua capacidade de se encaixar num ideal de trabalhador moderno, produtivo e obediente.

Mais do que um procedimento administrativo, a seleção operava como *um ritual de legitimação do poder estatal sobre o território e sobre as pessoas*. Cada ficha de inscrição, cada exame médico ou entrevista pessoal traduzia uma tentativa de medir e regular o corpo e a conduta do trabalhador. A imposição de requisitos como “boa conduta”, “saúde mental” e “espírito cooperativo” revelava que o perímetro não era apenas um espaço de produção agrícola, mas também de *produção de subjetividades*, conforme a racionalidade desenvolvimentista do Estado.

Jorge: Aqui na verdade, é...eles faziam seleção, né? Chamavam, e era muito difícil até de entrar na época. Porque era muita exigência, né? Você não é...não era qualquer pessoa que entrava. E aí ele se enquadrou, foi um dos que se enquadrou no...no regime. E aí ele veio, e desde então viveu a vida toda até o resto da vida.

O testemunho de Jorge ilustra de forma vívida o caráter seletivo e excludente do processo, que, embora apresentado como técnico e racional, reproduzia mecanismos sociais de hierarquização e controle. Nessa fala, Jorge ao relatar parte do processo de seleção dos colonos do Perímetro Irrigado do Caldeirão, já que vive desde criança vivia no Perímetro do Caldeirão, Jorge conhece parte do processo de seleção dos colonos, e provavelmente as exigências que o DNOCS para ingressar no projeto.

A equipe responsável pelo o processo de seleção era constituída uma equipe formada por profissionais de diferentes áreas: um agrônomo, responsável por avaliar a experiência produtiva; um extensionista rural, que analisava o potencial de adaptação às novas práticas agrícolas; e um especialista social (sociólogo, psicólogo ou assistente social), que era encarregado de avaliar aspectos comportamentais, familiares e de integração comunitária dos candidatos. Esse tripé técnico-social revelava a intenção do DNOCS em não apenas promover uma política de desenvolvimento agrícola, mas também moldar perfis humanos e sociais compatíveis com a lógica tecnocrática e disciplinar dos perímetros.

Com a abertura oficial do processo, os interessados deveriam preencher uma ficha de inscrição, fornecendo informações pessoais, histórico de trabalho no campo, situação familiar e condições de saúde. Após essa etapa documental, os candidatos eram submetidos a exames médicos e, quando possível, a testes de aptidão ou inteligência (como o teste de QI), exigindo-se nota mínima para aprovação (MINTER, 1971b, Anexo 25, Apêndices 1-2, p. 12-14).

Para prosseguir na seleção, o candidato precisava atender obrigatoriamente a oito requisitos eliminatórios ao preencher diversos itens classificatórios: ter idade entre 19 e 45 anos; ser casado; possuir filhos dependentes; comprovar saúde física e mental adequadas; assegurar que nenhum dependente sofresse de doenças contagiosas; não possuir antecedentes criminais; declarar aceitação em participar do curso de capacitação oferecido; e aceitar a mudança definitiva, junto com a família, para o perímetro irrigado (MINTER, 1971b, Anexo 25, Apêndices 3-4, p. 15-18).

Ao exigir aptidão física, capacidade técnica e adesão a normas de convivência, o processo de seleção reforçava uma visão hierárquica e excludente do espaço rural. Os que não se encaixavam eram deixados às margens — literal e simbolicamente — dos canais e das terras

irrigadas. Criava-se, assim, uma fronteira entre os “aptos” e os “inaptos”, os “modernos” e os “tradicionalis”. Essa fronteira social definia quem poderia participar do futuro prometido pela irrigação e quem seria condenado à obsolescência rural.

Entrevistador: O senhor sabia mais ou menos como é que era o processo de seleção, como funcionava?

Jorge: Era bem rígido. Você não podia ter um antecedente...você tinha que ser *totalmente limpo*. Era muito rígido aqui para entrar.

Entrevistador: Tinha alguma documentação, alguma ficha de inscrição?

Jorge: Tinha a ficha de inscrição.

Entrevistador: O senhor nunca chegou a ver nessa ficha?

Jorge: Não. Mas das histórias, tinha ficha de inscrição.

Entrevistador: O senhor sabia dizer como é que eram feitas as entrevistas, ou o pai do senhor chegou a relatar de que forma eram todas as entrevistas?

Jorge: É, na verdade, eles chamavam...nê, as pessoas *e aí chamavam*, que aqui tinha um escritório...tinha não, ainda tem um escritório de DNOCS, e aí a equipe do DNOCS chamava as pessoas para fazer a entrevista, né? E aí a partir de que a pessoa se enquadrasse, *aí eles se inscrevia* e esperava ser chamado para integrar o quadro de sócio (Jorge, 2025).

Aqueles que cumprissem todas essas exigências eram então convocados para um curso de treinamento técnico e social, com duração pré-estabelecida, onde o aproveitamento no curso era avaliado e constituía critério adicional de seleção, e os colonos aprovados na fase de seleção eram obrigatoriamente submetidos a um curso de treinamento técnico e social.

O treinamento era considerado etapa decisiva para a adaptação do colono às exigências do sistema de irrigação, visando não apenas à transmissão de conhecimentos agrícolas, mas também à formação de atitudes adequadas à vida comunitária e cooperativa no perímetro. O curso abordava aspectos técnicos relacionados ao manejo da irrigação, ao uso correto de insumos, ao cultivo de culturas indicadas para o projeto e à operação de máquinas agrícolas quando aplicável. Além disso, incluía noções de administração rural, comercialização de produtos, cooperativismo e convivência em comunidade, preparando o colono para os desafios organizacionais e sociais do novo modo de vida no perímetro irrigado.

Além disso, o curso de treinamento e o acompanhamento contínuo dos irrigantes revelam uma tentativa de formar um novo tipo humano, ou aquele que trabalharia não apenas por necessidade, mas por convicção no progresso. A pedagogia da irrigação exigia que o colono incorporasse o *Ethos* da eficiência e da obediência, substituindo a autonomia camponesa por uma racionalidade técnica, na qual a subordinação era apresentada como retórica de progresso. Essa lógica, contudo, aprofundava desigualdades, pois não criava condições reais de emancipação, mas perpetuava a dependência dos irrigantes em relação ao Estado e às suas instituições.

Conforme Thompson (1998), a transição do trabalho camponês tradicional para o trabalho disciplinado do capitalismo industrial implicou uma profunda mudança na percepção do tempo e da moralidade produtiva. O ritmo das colheitas e das necessidades comunitárias cedeu lugar à lógica do relógio e da produtividade, impondo uma nova forma de controle social sobre o corpo e o cotidiano dos trabalhadores. No Perímetro Irrigado Caldeirão, esse processo manifestou-se na tentativa de enquadrar os colonos aos calendários agrícolas e às metas técnicas impostas pelo DNOCS, transformando o tempo natural do trabalho camponês em tempo técnico e burocrático. A irrigação, nesse sentido, não apenas distribuiu água, mas também impôs uma nova temporalidade: a do trabalho cronometrado, planejado e fiscalizado, onde a obediência era apresentada como virtude e o progresso como disciplina.

A participação no treinamento era obrigatoriedade e seu aproveitamento influenciava a decisão final de incorporação do candidato ao projeto. Dessa forma, o DNOCS buscava garantir que apenas aqueles que demonstrassem disposição, capacidade de aprendizagem e comportamento compatível com os objetivos coletivos do projeto fossem efetivados como irrigantes. Por fim, os candidatos aprovados eram formalmente contratados como irrigantes do projeto, recebendo a concessão de um lote agrícola familiar. A organização do trabalho previa que esses irrigantes se associassem em cooperativas, responsáveis pela gestão coletiva de máquinas, insumos e comercialização da produção, sob supervisão inicial do órgão gestor.

Para poder alcançar os objetivos econômicos e sociais dos projetos, e encurtar, na medida do possível, o prazo entre o início da operação e a plena produção, a implantação dos projetos deve ser acompanhada de programas de treinamento de pessoal, visando: *Adestrar* pessoal dos serviços públicos de assistência técnica (extensão e crédito, estações experimentais, etc.) para seu melhor desempenho no desenvolvimento da agricultura irrigada [...] Treinamento de nível superior: para *adestramento* de engenheiros agrônomos e civis, administradores, economistas, etc., nas diversas atividades e especialidades requeridas pela agricultura irrigada [...] Treinamento de nível elementar: para *adestramento* de irrigantes, canaleiros, tratoristas, mecânicos, etc., necessários ao funcionamento dos projetos. Deve Ser feito diretamente nos projetos (quando oferecerem condições), em centros de treinamento de irrigantes, etc. (MINTER, 1971b, p. 87-88). (Grifos nossos)

Os candidatos que atendiam aos requisitos tornavam-se colonos e eram instalados em lotes pertencentes ao DNOCS, devendo produzir conforme as orientações técnicas do órgão. O contrato era renovado anualmente, sem vínculo empregatício, o que excluía os colonos dos

direitos garantidos pelo Estatuto da Terra²⁴, onde eles deveriam manter comportamento exemplar, sob risco de expulsão por má conduta, vícios ou problemas de saúde.

Desde sua chegada, os colonos eram submetidos a regras rígidas de conduta social, econômica e tecnológica, sendo monitorados por assistentes sociais do DNOCS. Esses profissionais acompanhavam o dia a dia das famílias, buscando transformar seus hábitos domésticos e sociais (como higiene, gestão do orçamento doméstico, estrutura de consumo, ou lazer, entre outros), com o objetivo de “apagar” características do modo de vida “camponês”, voltado à subsistência, e adaptá-los a uma nova lógica de produtividade, voltada à acumulação (Bursztyn, 2008, p.114-115).

Tais critérios e práticas evidenciam que o DNOCS não buscava apenas agricultores produtivos, mas sujeitos adaptáveis ao controle institucional. Como observa a CPT (1988), os programas de irrigação criaram uma nova forma de dependência camponesa, marcada pela vigilância constante e pela substituição dos vínculos comunitários por laços burocráticos e contratuais. Em suma, o processo de seleção dos colonos nos Perímetros Irrigados do semiárido nordestino não se restringia à escolha técnica de trabalhadores aptos à agricultura irrigada. Ele expressava, uma tentativa do Estado de criar uma nova subjetividade rural, alinhada à lógica da produtividade, do controle disciplinar e da obediência institucional.

Ao buscar moldar um “colono ideal” (saudável, obediente, produtivo e desvinculado de vínculos comunitários tradicionais), o DNOCS antecipava os contornos de um projeto tecnocrático vertical, na qual o acesso à terra e à infraestrutura estava condicionado à submissão a um projeto tecnocrático e centralizador. No nível das relações sociais internas aos perímetros, Bursztyn (2008), observou que o individualismo foi implantado de forma deliberada:

No nível do seu relacionamento com o resto da sociedade, o individualismo é uma consequência tanto da concorrência pelo mercado como do fato de que eles se beneficiam das situações que trazem dificuldades aos outros produtores: dado que a produção dos “perímetros” não é vulnerável às secas, esta se torna um fator de valorização de sua produção, sendo, portanto, desejável pelos colonos. No segundo nível, a prática *stakhanovista*²⁵ se

²⁴ O Estatuto da Terra, instituído pela Lei nº 4.504 em 30 de novembro de 1964, é uma legislação brasileira que regula a posse, o uso e a distribuição das terras no país. Criado inicialmente para conter os movimentos camponeses durante o governo de João Goulart, seu principal objetivo foi promover a reforma agrária, garantindo o acesso à terra, o uso produtivo das propriedades e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. A lei também regula os contratos agrários, organiza o espaço rural e combate a concentração fundiária, buscando desenvolver a agricultura por meio do capitalismo empresarial. Contudo, apesar da relevância da lei, sua implementação encontrou diversos obstáculos políticos, econômicos e sociais, que limitaram a efetivação da reforma agrária. Quase seis décadas depois, percebe-se que a organização fundiária e a reforma agrária permanecem largamente não realizadas, enquanto o desenvolvimento capitalista da agricultura recebeu maior atenção por parte do governo.

²⁵ A prática *stakhanovista*, surgida na União Soviética nos anos 1930, incentivava a produtividade extrema dos trabalhadores, promovendo figuras como Aleksei Stakhanov como exemplos de dedicação ao trabalho socialista.

encarrega de disseminar a concorrência no interior dos “perímetros”. Finalmente, no nível da própria estrutura familiar o individualismo é implantado, seja pela proibição aos colonos de dividirem seus lotes com seus parentes, seja pela restrição que impede a divisão por herança (Bursztyn, 2008, p.116).

Essa experiência evidencia a complexidade dos projetos técnicos-políticos de irrigação no Brasil: longe de representar um progresso linear, combinou expansão das capacidades produtivas com restrições à autonomia dos trabalhadores. No entanto, os colonos não foram sujeitos passivos desse processo. Por meio de resistências discretas, negociações cotidianas e reinvenções práticas, eles buscaram preservar formas de vida, valores e estratégias próprias dentro de um modelo que pretendia apagá-los. Entretanto, os colonos não foram sujeitos passivos desse processo. Como lembra E. P. Thompson (1998), mesmo em contextos de coerção, os trabalhadores constroem formas de *agência histórica*, reinventando práticas e significados que escapam à racionalidade do poder. Por meio de resistências discretas, negociações cotidianas e reinvenções práticas, os irrigantes buscaram preservar valores e estratégias próprias dentro de um modelo que pretendia apagá-los.

É essa tensão entre dominação e agência, controle e resistência, que marca os desdobramentos sociais, econômicos e políticos dos perímetros irrigados e que será explorada no próximo capítulo. Nesse contexto, compreender os perímetros irrigados como espaços de disputa entre o poder técnico-burocrático do Estado e as estratégias de sobrevivência camponesa exige situar a experiência do Caldeirão em um quadro mais amplo de reconfiguração agrária excludente. O projeto de irrigação, concebido pelo DNOCS sob a lógica do desenvolvimento produtivista, reproduziu as contradições históricas da política de combate à seca no Nordeste: ao mesmo tempo em que prometia progresso e estabilidade, impôs novas formas de dependência, controle e desigualdade. É a partir dessa contradição estrutural que se pode analisar, no capítulo a seguir, os impactos concretos desse modelo técnico e institucional sobre a vida e o trabalho dos agricultores locais.

Essa lógica de superação de metas foi usada como ferramenta de propaganda e controle ideológico. No contexto dos perímetros irrigados do DNOCS, algo semelhante ocorreu: os colonos foram inseridos em um sistema de produção agrícola intensiva, com exigência de disciplina, produtividade e obediência a normas técnicas. Havia vigilância constante e tentativa de reeducar os colonos, apagando práticas camponesas tradicionais e impondo um modelo produtivista e capitalista, reforçando o caráter seletivo e controlador do projeto — com forte semelhança ao ideal stakhanovista, adaptado ao contexto brasileiro.

3. MODERNIZAÇÃO EXCLUIDENTE: RESISTÊNCIAS E PERMANÊNCIAS

3.1 Modernização e exclusão social no Caldeirão

A implantação da irrigação no semiárido nordestino causou impactos profundos, como o deslocamento de populações rurais, alterações nos cursos dos rios, destruição de matas nativas e prejuízos à fauna, assim como práticas tradicionais foram substituídas por técnicas voltadas ao lucro, como o uso de adubos químicos, que causaram contaminação e degradação dos solos. Atividades culturais e econômicas locais foram desintegradas, e as necessidades humanas baseadas nos costumes foram desvalorizadas em favor das exigências do mercado capitalista.

A implantação do Perímetro Irrigado Caldeirão, em Piripiri (PI), inseriu-se em um contexto mais amplo de políticas de combate à seca e de reconfiguração agrária conduzidas pelo Estado brasileiro durante as décadas de 1970 e 1980. Essas políticas, orientadas pelo DNOCS e pelo Ministério do Interior, foram apresentadas como instrumentos de superação do “atraso” e de integração das populações rurais ao mercado nacional. No entanto, ao serem implementadas, reproduziram velhas estruturas excludentes, resultando em contradições. E embora Piripiri estivesse localizada em uma área sujeita a estiagens periódicas, oficialmente ainda não fazia parte do Polígono das Secas, que até então incluía apenas áreas mais áridas do norte do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e algumas regiões do Piauí.

Isso não significa que, tecnicamente, a cidade não era considerada prioridade pelo governo para políticas de “emergência” de combate à seca, segundo os critérios do Polígono. Piripiri estava em uma espécie de “faixa de transição” entre o Semiárido (região tradicionalmente incluída no Polígono, e a região de Meio-Norte, que apresentava um clima relativamente mais favorável e regular de chuvas. Ao implantar o perímetro irrigado, o DNOCS expande o discurso de combate às secas: passa a dizer que atua não apenas em áreas de seca extrema, mas também em regiões de fronteira climática, aumentando a sua visibilidade política, mostrando que a instituição estava ampliando o seu alcance, reforçando a sua imagem de agente de desenvolvimento e progresso.

Tecnicamente, ao criar perímetros nessas áreas de fronteira climática, o DNOCS podia produzir alimentos em áreas mais seguras (climaticamente), e gerando modelos replicáveis para regiões mais áridas. Porém, o critério de escolha dessas áreas de irrigação não era puramente técnico, mas também político e estratégico. Ao evidenciar o modelo técnico de exclusão social, o investimento beneficiou grupos selecionados (seja médios e grandes agricultores em determinadas ocasiões, enquanto camponeses continuavam marginalizados). Embora os

projetos de irrigação tenham sido anunciados como promessas de progresso, a ausência de participação popular, a imposição de técnicas alheias à realidade camponesa e a concentração de benefícios em mãos de poucos revelam que, em grande medida, o Estado atuou como mediador dos interesses das elites regionais e de agentes externos.

O projeto intervencionista do DNOCS trouxe consequências profundas para os trabalhadores do Caldeirão. Muitos foram deslocados de suas áreas de uso tradicional e obrigados a adotar práticas agrícolas que não dialogavam com seus saberes. Enquanto a técnica e o capital avançavam sobre a terra, os colonos eram excluídos de suas próprias formas de reprodução social, desconsiderando as condições históricas e culturais das populações locais, levando à ruptura dos vínculos comunitários e os sistemas simbólicos que davam sentido ao trabalho e à vida no campo. No caso do Caldeirão, o discurso do “progresso” e da “eficiência produtiva” encobriu a expropriação de famílias que cultivavam a terra de maneira tradicional, substituindo saberes locais por pacotes tecnológicos e políticas de irrigação controladas pelo Estado e por técnicos do DNOCS. O Senhor Sebastião, de 86 anos, e Dona Francisca, de 72 anos, que moram no Caldeirão há mais de 50 anos, relatam sobre um episódio no perímetro irrigado, quando recebeu instruções sobre novas técnicas e práticas agrícolas:

Entrevistador: E esses gringo que o senhor fala, havia diferença do jeito deles trabalhar com o jeito de vocês trabalhar?

Sebastião: Sim, porque no campo e nas coisas eles eram muito rápido, né? Porque já tinha o costume, *nós não tinha*, né? Olha, não tinha quem mudasse uma rede de duzentos metros mais ligeiro do que *as* mulher (engenheiras agrônomas que trabalhavam para o DNOCS na ocasião).

Entrevistador: E o que vocês achavam dessa presença desse povo por aqui?

Sebastião: Não, o que eu achava é que eu dizia para eles "Caba, isso daqui não é boa coisa, daqui não vai ser bom para nós, porque esse daqui é uma sujeição medonha. Nós temos que trabalhar do nosso jeito, o jeito que *nós sabe* trabalhar. (Sebastião e Francisca, 2025).

O relato de Sebastião revela a tensão entre os saberes tradicionais e a imposição de técnicas externas, que desconsideravam as práticas locais e reduziam os agricultores a meros executores de um modelo produtivo planejado de fora para dentro. Essa experiência traduz o que José de Souza Martins chamou de “modernização dolorosa”: em nome do progresso, os camponeses eram obrigados a abandonar modos de vida herdados historicamente, passando a depender de insumos, crédito e orientações técnicas que os subordinavam ainda mais ao Estado e ao mercado. Ao identificar o processo como uma “sujeição medonha”, Sebastião evidencia a consciência de que essa “*sujeição medonha*” não significava emancipação, mas sim uma nova forma de controle. Esse contraste entre a rapidez e a eficiência dos técnicos e o “jeito de

trabalhar” dos colonos não é apenas uma questão de ritmo ou de habilidade, mas de visão de mundo: enquanto os primeiros operavam sob a lógica da produtividade e da disciplina, os segundos buscavam preservar valores comunitários, vínculos com a terra e práticas de sobrevivência adaptadas ao semiárido.

Nesse choque de rationalidades, o projeto técnico-político de irrigação voltado à integração produtiva no Perímetro do Caldeirão expôs suas contradições: enquanto prometia dignidade, produzia dependência; enquanto prometia autonomia, ao mesmo tempo instaura sujeição; prometia futuro, mas também fragilizava experiências de vida profundamente enraizadas na história camponesa. José de Souza Martins (1997) acrescenta que essa modernização seletiva mantinha o trabalhador em uma condição ambígua: nem plenamente integrado ao mercado, nem autônomo em sua reprodução social. Essa condição de “homem incompleto”, suspenso entre tradição e modernidade, marcou os irrigantes do Caldeirão, transformando-os em sujeitos subordinados a um modelo exógeno.

Essa dinâmica permite compreender que essa reordenação forçada do território não levou em consideração as condições históricas e culturais das populações locais, causando ruptura com os vínculos comunitários e os sistemas simbólicos que davam sentido ao trabalho e à vida no campo. No caso do Caldeirão, o discurso do “progresso” e da “eficiência produtiva” encobriu a expropriação de famílias que cultivavam a terra de maneira tradicional, substituindo saberes locais por pacotes tecnológicos e políticas de irrigação controladas pelo Estado e por técnicos do DNOCS, significando reorganização do espaço e do trabalho sob critérios alheios às necessidades camponesas, subordinando os agricultores a um modelo dependente e frágil, como relata o Senhor Sebastião novamente em outra ocasião vivida no Caldeirão, com relação ao tipo de plantio cultivado nos perímetros irrigados:

Entrevistador: Sebastião, me tire uma dúvida. Aí quando o senhor chegou aqui no perímetro para começar a trabalhar, explicaram para o senhor o que é que o senhor ia fazer, o tipo de legume que o senhor ia fazer.

Sebastião: Os técnico tudinho explicava, né? Que aqui o plantio era feijão, melancia e algodão. Aí eles explicavam. Mas era democracia muito dura, a gente podia trazer nada para casa, lá da área. Aí só recebia uma percentagem que dava para pegar depois que deixava lá em cima.

Dona Francisca: Ah, as sementes e os insumos, que é o adubo...né, tudo era dado de acordo tanto da terra, do plantio...era muito que eles davam.

Entrevistador: Mas se de repente, se vocês quisessem tentar plantar outra coisa, vocês não podiam?

Sebastião: Ele fazia o plano de explicação ali. O plano de explicação era a gente dizer o que a gente tinha plantado, e os técnicos anotavam, né?

Dona Francisca: Até o pé de milho que eles viam nascer, a pessoa tinha que arrancar (Sebastião e Francisca, 2025).

Os depoimentos de Sebastião e Dona Francisca ilustram de forma contundente a ausência de autonomia produtiva dos colonos do Caldeirão. O controle rígido exercido pelo DNOCS, desde a escolha das culturas até a proibição de levar parte da produção para casa, revela a contradição de um projeto que se anunciava como emancipador, mas que, na prática, submetia os trabalhadores a uma “democracia dura”, marcada pela vigilância constante e pela negação de sua liberdade agrícola. O simples ato de plantar milho por iniciativa própria era visto como transgressão, o que evidencia o caráter disciplinador da irrigação planejada. Esse processo dialoga com a ideia de que a técnica, longe de ser neutra, carrega intencionalidades políticas e sociais: no caso, a de impor uma lógica mercantil e tecnocrática que desconsiderava o saber-fazer camponês e sua relação com a terra.

A uniformização da produção, apresentada como racionalização, acabou por invisibilizar práticas tradicionais de manejo, acentuando a dependência dos irrigantes em relação ao Estado e ao mercado. Assim, a fala dos entrevistados denuncia não apenas uma perda material, mas também simbólica: a erosão da autonomia camponesa e da identidade ligada ao cultivo livre, substituída por um regime de obediência que transformava o agricultor em peça de uma engrenagem produtiva planejada de cima para baixo.

O projeto do Caldeirão traduziu a concepção tecnocrática do Estado ditatorial, que via na irrigação um caminho para transformar camponeses em pequenos produtores empresariais. A lógica, entretanto, foi de exclusão: apenas uma parcela reduzida da população local foi selecionada para se tornar irrigante, deixando de fora trabalhadores pobres, posseiros e comunidades inteiras que historicamente dependiam das várzeas do açude. Como alerta Manoel Domingos Neto (1987), a chamada “solução hidráulica” não interferiu positivamente na pequena produção agrícola, mas reforçou os interesses da grande propriedade e das oligarquias, pois a água, transformada em recurso estratégico, foi distribuída de forma seletiva e politicamente controlada, tornando-se instrumento de poder e clientelismo.

O controle da água representou, nesse contexto, não apenas o domínio sobre um recurso natural, mas sobretudo uma forma de controle social. A Comissão Pastoral da Terra (1988), em suas denúncias sobre as secas de 1979 e 1983, mostrou que a fome e a miséria foram deliberadamente tolerados como mecanismos de governar os pobres. No Caldeirão, a gestão da água serviu para legitimar o projeto e, ao mesmo tempo, excluir aqueles não alinhados à lógica do DNOCS e das elites locais. No contexto do Caldeirão, a gestão da água representou mais do que o controle de um recurso natural: foi um instrumento de controle social e político. Dessa forma, o controle da água servia não apenas para irrigar terras, mas para manter os irrigantes

sob dependência institucional, construindo uma narrativa onde apenas os "produtivos" mereciam acesso aos recursos (apagando resistências, tradições e modos de vida não alinhados às condições impostas pelo DNOCS).

A lógica tecnocrática do DNOCS transformou a água em um recurso estratégico que legitimava o projeto de irrigação como símbolo de progresso, mas que, na prática, funcionava como critério de exclusão. Apenas os agricultores que se adequaram às normas do perímetro irrigado (como os tipos de cultivo e as técnicas específicas impostas pelos técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos, e as regras de comercialização impostas pela cooperativa), tinham acesso garantido à água: já os camponeses que resistiram ou não se enquadraram, eram marginalizados. Assim, a água passou a ser utilizada como ferramenta de disciplinamento e seleção, excluindo formas tradicionais de produção e reafirmando o poder do Estado e das elites locais sobre os territórios e os modos de vida camponeses.

Esse processo se aproxima das análises de Bronislaw Geremek (1986), demonstrando que a figura do "trabalhador beneficiário" do projeto irrigado do Caldeirão substituiu, no discurso oficial, a do "flagelado" da seca, mas ambas operaram sob a mesma lógica de manipulação da pobreza como categoria de poder. Se antes o pobre era tratado como vítima da estiagem, merecedor de esmolas e frentes de trabalho, no novo modelo ele passa a ser apresentado como sujeito produtivo e autônomo. No entanto, essa nova "roupagem" atribuída aos trabalhadores rurais é ilusória: o trabalhador continua dependente do Estado, agora não mais pela assistência emergencial, mas pelo controle técnico e produtivo. O acesso à água, à terra e aos benefícios do projeto está condicionado à obediência às regras do DNOCS, à produtividade e à adequação ao modelo imposto. Assim, o Estado mantém o enquadramento e o controle dos pobres pela caridade e pela técnica, reafirmando seu poder sobre os territórios e os corpos.

3.2 Resistências camponesas: infrapolítica e a organização coletiva

Apesar das imposições do Estado, as populações rurais não se mostraram passivas. Inspirados por E. P. Thompson, podemos compreender que a experiência camponesa é marcada por conflitos, valores e práticas que não desaparecem diante da expansão técnico-institucional do Estado, mas se reconfiguram. No Caldeirão, trabalhadores preservaram modos de cultivo tradicionais, mantiveram hortas familiares e articularam redes de solidariedade. James Scott (2013) ajuda a interpretar essas práticas como parte de uma *infrapolítica*: o conjunto de ações cotidianas, silenciosas e disfarçadas por meio das quais grupos dominados expressam resistência e contestação ao poder, mesmo sem recorrer a confrontamentos diretos ou

mobilizações públicas. Trata-se de uma “política por baixo”, marcada por gestos sutis, ironias, atrasos propositais, boatos, desvios e outras práticas que corroem, de maneira invisível, os mecanismos de dominação e resistências silenciosas, quase invisíveis, mas significativas.

Essas pequenas resistências revelam que os irrigantes não foram “vitimados” pela modernização, mas sujeitos ativos na construção de alternativas, conforme *Dona Fátima*, de 66 anos, moradora do Caldeirão desde o ano de 1982, quando a sua mãe faleceu, e o seu pai passou a morar em Piripiri. Casada com o Senhor Jorge desde 1988, é mãe de duas filhas, já trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Piripiri, e atualmente é presidente da *Associação das Mulheres Artesãs e Agroecologistas do Perímetro Irrigado do Caldeirão – ASMAAC*. Dona Fátima, ao relatar sobre o seu sogro (já falecido), um dos primeiros colonos a habitar o Projeto, conta uma pequena história das muitas sobre ele no Caldeirão:

Apesar de no tempo *eu não tá aqui*, mas as histórias que o próprio *Seo João* mesmo dizia. O *Seo João*, ele era uma pessoa acho que, além do tempo dele. Ele trabalhava, ele tinha um lote que o que produzia, ele mesmo contava, não podia trazer uma *bagem* (vagem) de feijão para comer em casa.

Ali era produzido para levar *pra cima* do morro, *pra* mostrar *pra* o DNOCS que o colono *tava* produzindo. Aí *Seo João* plantava ao redor do rio, que é o lote dele aqui, que é no setor 5 (apontando à direita de onde estávamos conversando), tem o lote aqui (à esquerda de onde estávamos), e esse lado aqui (apontando para trás), passa o braço do rio (Caldeirão) (Fátima, 2025).

O relato de Fátima sobre as memórias de seu sogro, *Seo João*, reforça a percepção de que a produção no Perímetro Caldeirão estava orientada menos para atender às necessidades concretas das famílias e mais para demonstrar resultados ao DNOCS. A exigência de que nem mesmo uma “vagem de feijão” pudesse ser consumida em casa simboliza a transformação do trabalho camponês em mera vitrine estatística, em que a produtividade era medida pela obediência ao planejamento oficial e não pelo bem-estar dos irrigantes. Essa lógica evidencia o caráter performático agrícola, que priorizava a produção, o registro e a comprovação burocrática em detrimento da subsistência e da autonomia alimentar. Mais do que um sistema técnico, tratava-se de uma pedagogia de sujeição: os colonos aprendiam, na prática, que sua produção não lhes pertencia plenamente, mas era apropriada pelo Estado.

Ainda que submetido a um sistema rígido de fiscalização por parte do DNOCS (que controlava não apenas o que se produzia, mas também como e para quem a produção era destinada), *Seo João* desenvolveu estratégias para afirmar sua autonomia e reivindicar o direito de produzir para o próprio sustento. A exigência institucional de que tudo o que era produzido deveria ser destinado à demonstração de produtividade (“mostrar *pra* o DNOCS que o colono

tava produzindo"), revela uma lógica de dominação que desconsiderava as necessidades básicas e a cultura material dos trabalhadores. Ao plantar pequenas roças para consumo próprio, ocultar parte da produção ou reinterpretar as ordens técnicas, *Seo João* engajou-se numa política silenciosa, porém significativa: uma espécie de resistência que não se apresenta como confronto direto, mas como recusa simbólica às práticas de dominação, expressa na tentativa de preservar a autonomia, o trabalho e os vínculos comunitários frente à racionalidade técnica do DNOCS.

A experiência dos colonos no perímetro irrigado do Caldeirão, pode mostrar que, apesar da imposição de modelos técnicos e mercantilizados, os irrigantes mantiveram formas de resistência ao adotar práticas de resistência silenciosa (os "discursos ocultos"), por meio da adaptação das normas às suas próprias lógicas e da construção de redes de solidariedade.

Apesar de variar de acordo com as necessidades dos grupos subordinados, a pressão que influencia as formas de resistência quotidiana dificilmente desaparece por completo. Qualquer debilidade na vigilância ou na repressão tende a ser imediatamente explorada; qualquer terreno que não seja defendido é provavelmente perdido. Este processo é especialmente evidente no caso das exacções repetidas, como as rendas ou os impostos. (Scott, 2013, p. 268).

Essa infrapolítica revela que a agência camponesa também se manifesta em ações cotidianas e discretas, permitindo que, mesmo sob dominação, os agricultores continuassem a afirmar seus modos de vida e sua condição de sujeitos históricos, desde pequenos gestos (como plantar em áreas marginalmente fiscalizadas, reservar parte da colheita para consumo próprio ou organizar trocas informais entre vizinhos), até ações simbólicas de afirmação de direitos e dignidade, que comunicam aos agentes de poder a existência de limites que não podem ser plenamente controlados. Nesse sentido, a infrapolítica não é apenas uma estratégia de sobrevivência, mas também uma afirmação de subjetividade histórica.

E lá ele plantava, e trazia para comer...denunciavam ele. Um dia ele (*Seo João*) pegou o gerente do DNOCS, e levou lá na beira do rio, onde ele plantava pra comer...e levaram, e foi gente...a Dona Francisca que conta. Ele encheu uma carroça de melancia, deu para esse gerente: “Você está pensando que eu sou é homem de andar é mendigando nada a ninguém? Eu planto é para mim comer, eu não estou plantando para roubar não. O que é da...de vocês tá aqui, o que é meu tá aqui!” (Fátima, 2025).

A atitude de *Seo João*, como plantar nas margens do rio, longe da supervisão direta, e posteriormente confrontar o gerente do DNOCS com firmeza, ao entregar a carroça de melancias como gesto simbólico de dignidade e citar o seguinte trecho “*Eu planto é para mim comer, eu não estou plantando para roubar não. O que é da...de vocês tá aqui, o que é meu tá aqui!*” (como dito por Dona Fátima), é exemplo de uma forma de resistência que, embora não

seja uma revolta explícita, expressa um discurso oculto e uma ação concreta de enfrentamento às regras impostas, afirmando seus valores de justiça, trabalho e direito de existir e produzir segundo seus próprios critérios, mesmo sob um regime de vigilância e dependência, em oposição às lógicas de dominação impostas.

Além de James Scott (2013), a conduta de *Seo João* diante das exigências impostas pelo DNOCS revela aquilo que Thompson (1987a; 1987b) denomina de “Agência histórica” das classes subalternas, expressando a ideia de que os sujeitos (os trabalhadores) não são produtos das estruturas econômicas ou sociais, mas atores históricos capazes de agir, pensar e transformar a realidade em que vivem. Para Thompson, a história deve ser compreendida a partir da experiência “vivida” dos homens e mulheres comuns, pois é na prática cotidiana que se forjam as formas de consciência, resistência e organização social. Assim, mesmo sob condições de dominação, os indivíduos exercem sua agência ao interpretar, negociar e resistir às imposições estruturais, construindo sentidos para suas ações e para a história.

Longe de ser um sujeito passivo frente ao controle imposto pelo Estado, João articula ações concretas e discursos morais que reafirmam sua autonomia, seu direito à terra e sua visão sobre o uso legítimo da produção agrícola. Nesse sentido, ao plantar alimentos para si nas margens do rio, ao confrontar a autoridade local e ao recusar a condição de dependente, afirmou a sua posição de sujeito histórico, dotado de agência e inserido em uma luta cotidiana por dignidade e sobrevivência, em meio a estruturas de dominação técnico-institucional, demonstrando protagonismo social na construção de alternativas coletivas, reafirmando identidades e produzindo novas formas de pertencimento em contextos de exclusão.

Como explica Thompson (1998), a frustração e a resistência desses trabalhadores diante das regras e controles impostos pelos perímetros irrigados revelam um embate entre essa economia moral camponesa (o conjunto de valores, regras de justiça e expectativas compartilhadas pelas comunidades rurais sobre o que é considerado um acesso justo aos meios de subsistência), e a racionalidade econômica liberal imposta pelo Estado, marcada pela desvalorização dos saberes locais e pela negação das formas tradicionais de vida. No contexto do Caldeirão, os colonos esperavam o apoio estatal contínuo, garantindo acesso garantido à água, terra e assistência técnica como direitos, e não como um favor ou uma concessão condicionada à produtividade nos perímetros irrigados.

Nas falas dos colonos, é relatado que anteriormente o DNOCS oferecia mais suporte/assistência aos colonos. Nos dias atuais ainda é destacado o declínio da produção e comercialização após a emancipação dos colonos com relação ao DNOCS e o fechamento da

cooperativa, a falta de incentivo governamental para a agricultura familiar, dificuldade de acesso a financiamento, além de outros desafios.

E aqui é...é um lugar *bacana*. Tem um lugar bom onde se viver. Quando o DNOCS *tava* na ativa, era bem melhor. Porque hoje o DNOCS *não tá* mais...*não tá* na ativa. Porque o DNOCS *de primeiro é quem mantia* (mantinha), né? Hoje aqui a gente trabalha por conta, não tem mais sentido o DNOCS. O DNOCS praticamente se afastou (Jorge, 2025).

Mas falar do projeto em si hoje, eu acho que o governo deixou muito a desejar na parte quando foi a parte *de emancipação*. Quando o governo era quem coordenava, na verdade, que tinha a cooperativa, tinha o presidente, tinha todo um corpo que trabalhava para os irrigantes. Os irrigantes trabalhavam no lote, *trazia* a produção e aqui em cima era administrado. Aí quando veio a emancipação, que cada um foi trabalhar por si, ficou ainda a cooperativa, mas aí ficou um corpo que não deu certo na administração, e a tendência da cooperativa foi cair a produção, foi caindo a parte de comercialização. Aí um já começou plantar e vender por conta. Aí foi se dispersando, aí até que hoje *tá* finalizando, a cooperativa fechou. (Fátima, 2025).

Diante da escassa assistência estatal ao longo dos anos, situação que se agravou após a emancipação dos colonos pelo DNOCS, quando o controle institucional foi substituído pela negligência, Dona Fátima mobilizou outras mulheres da comunidade e funda a *Associação das Mulheres Artesãs e Agroecologistas do Perímetro Irrigado do Caldeirão* – ASMAAC (Figura 17), não fortalecendo apenas as redes de solidariedade e cooperação, mas também simbolizando a continuidade das formas de resistência infrapolítica, agora transpostas para o campo organizativo e associativo, onde as mulheres assumem papel central na defesa da autonomia e da dignidade camponesa.

Aí eu só sei que que na primeira reunião que a gente fez, *foi* oito mulheres, na outra *foi* doze (mulheres). Ainda tenho tudo agendado. Na outra *foi* vinte e oito (mulheres). *Aí dessa que foi* vinte e oito, *feito tipo...não* foi uma eleição para *escolher tipo* uma pessoa que ia ficar na coordenação. Aí dessas vinte e oito, só duas (mulheres) *não votou em mim* [...] Hoje é graças a Deus é tudo legalizado, mas tem *muita* dificuldade de se trabalhar com gente, porque você sabe que não é fácil. Aí os cursos de computação, de capacitação *quando veio*, *muitas que a gente conseguiu* do início, o objetivo da associação era a *gente ter* um...máquina de costura, era todo mundo (Fátima, 2025).

Na ASMAAC, são oferecidos cursos de artesanato, de corte e costura, de culinária e outros cursos de capacitação, além de cursos voltados à agricultura familiar. Dona Fátima e outras mulheres no Perímetro Irrigado do Caldeirão, desempenham um papel importante na transformação de si mesma e de outras mulheres por meio da criação e consolidação de uma Associação feminina, onde a sua atuação ampliou as oportunidades de trabalho e participação

social das associadas. Ao promover a organização coletiva e o fortalecimento da autonomia feminina, Fátima se tornou uma referência local e uma agente multiplicadora de iniciativas voltadas ao protagonismo das mulheres no campo.

Figura 17. Fachada da Associação das Mulheres Artesãs e Agroecologistas do Caldeirão (ASMAAC), 2025



Fonte: Acervo Pessoal.

Então a Associação hoje das mulheres aqui tem, ainda tem esse legado exatamente. Para a gente falar como foi o início, o que foi que mudou na vida da das mulheres desde o início, como é que elas se verem hoje. Hoje através da Associação faz cursos de capacitação de artesanato, *a gente* fez uma agora pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) da palha da bananeira, as meninas...duas *das que foi participar* no lá em Piripiri com outra Associação, que a gente faz esse intercâmbio, né? Com da palha do Buriti. Então é assim, *vai se ajudando*. Quando *as de lá precisa* das máquinas daqui, *a gente ajuda*, porque o prédio é bom, as máquinas também são boas, e aí a gente vem fazendo esse trabalho até então (Fátima, 2025).

Ainda que essas mulheres estivessem inseridas em um modelo agrícola e institucional fortemente estruturado pelo Estado, com práticas tecnocráticas e uma lógica produtivista pouco sensível às suas necessidades sociais e culturais, elas não se limitaram a ocupar posições passivas. O relato de Dona Fátima evidencia de forma concreta, o exercício da Agência camponesa por parte das mulheres trabalhadoras inseridas nos projetos de irrigação do DNOCS especialmente no Perímetro Irrigado do Caldeirão, no Piauí. Como destaca Thompson (1987a; 1987b; 1987c), mesmo os grupos subalternos fazem sua própria história, embora em condições que não escolheram. Nesse sentido, a fundação e consolidação da Associação de mulheres liderada por Fátima deve ser compreendida como expressão de uma ação coletiva que visava não apenas melhorar a vida material das associadas, mas também ampliar sua participação política, autonomia e reconhecimento social.

Um dia nós estávamos numa casa, um dia nós estávamos na outra. [...] Só ganhava a máquina, se tivesse onde botar, mas todo tem lógica, né? Não tinha *como nós conseguir um projeto sem ter uma sede*. Aí, eu só sei que deu certo. O DNOCS deu o prédio *pra nós*. Aí a gente conseguiu a máquina. [...] na verdade, foi quem assinou o projeto foi a Rejane (Rejane Dias, Ex-Secretária de Assistência Social do Estado do Piauí). Aí ela deu, aí foi uma festa aqui no dia que esse *caminhão de máquina* chegou ali na Associação. Então, *aí daí para cá, aí veio* as capacitações (Fátima, 2025).

Dessa forma, Fátima, ao articular parcerias com lideranças políticas, enfrentou obstáculos e conseguiu estruturar uma organização que, mesmo com poucos recursos, promoveu capacitação, trocas entre grupos, acesso ao trabalho e valorização do protagonismo feminino. Sua atuação reflete uma forma de agência baseada na experiência e solidariedade camponesa, que, embora não tenha mudado profundamente a economia local, ampliou as possibilidades de ação e reconhecimento social das mulheres.

Essa agência, construída no cotidiano, representa uma resposta criativa e coletiva à negligência do Estado e à rigidez institucional que historicamente moldou as relações entre o DNOCS e os irrigantes. Tal como aponta Thompson (1981), é nas experiências concretas de luta e de convivência que as classes populares produzem consciência e identidade. No caso das mulheres do Caldeirão, o associativismo feminino não surge como uma extensão das políticas públicas, mas como uma reapropriação camponesa do espaço institucional, em que o saber prático, a memória do trabalho e os vínculos comunitários foram reorganizados como instrumentos de resistência e de afirmação social.

3.3 Permanências, desdobramentos e o legado do Caldeirão

Fátima: Então é um projeto que eu acho que ainda falta muita coisa para ser executado, apesar da idade.

Entrevistador: A senhora acha que valeu a pena ter participado desse projeto, dessa colonização?

Fátima: Com certeza...com certeza. Aqui *por mais de dificuldade* que a gente tenha e veja que acha que tem (e que tem), mas é melhor do que certos lugares, certas comunidades *que aonde* a dificuldade é muito maior. É como eu já disse, aqui o que falta aqui, é as *pessoas olharem* e ver a capacidade que tem aqui dentro, o potencial que tem aqui. Mas não vê. (Fátima, 2025).

A seguinte fala reflete a avaliação da Dona Cristina sobre o Perímetro Irrigado do Caldeirão, onde ela reside desde 1982. Apesar de reconhecer que o projeto, já antigo ("ainda falta muita coisa para ser executado") e enfrenta diversas dificuldades, como a falta de incentivo governamental, problemas com a cooperativa, métodos de irrigação desatualizados e desafios na comercialização, ela afirma que valeu a pena ter participado.

Sua justificativa para essa visão positiva é que, mesmo com os obstáculos e imposições, as suas vivências como presidente da Associação das Mulheres Artesãs e Agroecologistas do Caldeirão lhe possibilitaram observar que as vivências e experiências no Perímetro Irrigado do Caldeirão, ocorreram em situações mais favoráveis do que a mesma deve ter observado em outras comunidades. Embora ela lamenta que atualmente, o principal problema seja a falta de reconhecimento do potencial local ("o que falta aqui, é *pessoas* olharem e ver a capacidade que tem aqui dentro, o potencial que tem aqui. Mas não vê"), pontuando que embora o Perímetro Irrigado do Caldeirão *apresente* abundância de terra, água, e pessoas dispostas a trabalhar, sem o devido apoio e incentivo para desenvolver plenamente a agricultura e outras atividades, o potencial produtivo e social do Perímetro acaba sendo subaproveitado.

Essa percepção evidencia a consciência crítica de Dona Cristina sobre a contradição existente entre a presença de recursos naturais e humanos e a ausência de políticas públicas eficazes de fortalecimento da agricultura familiar. Sua fala expressa não apenas um sentimento de pertencimento e resistência, mas também uma leitura aguçada das desigualdades estruturais que marcam os projetos de irrigação no Nordeste. Assim, a trajetória de Dona Cristina traduz a experiência de uma liderança que, mesmo diante das limitações impostas por um modelo de desenvolvimento desigual, encontrou nas práticas associativas e na agroecologia caminhos de autonomia e reinterpretação da vida no campo, reafirmando que o Caldeirão é, ao mesmo tempo, espaço de luta, de permanência e de esperança.

A memória dos antigos irrigantes constitui hoje o principal legado do Caldeirão. Nelas permanecem as marcas da exclusão e da esperança, mas também a consciência crítica sobre o papel do Estado na reestruturação controlada do campo. Essas lembranças, longe de serem apenas recordações individuais, formam um patrimônio coletivo de resistência e de identidade camponesa. Conforme Alessandro Portelli (2010), às histórias orais expressam uma “verdade do significado”, que não busca apenas reproduzir fatos, mas interpretar o mundo vivido. Assim, ao recordar suas experiências, os irrigantes do Caldeirão reconstruem o sentido de sua trajetória e reivindicam o direito à memória como forma de justiça histórica.

A experiência do Perímetro Irrigado Caldeirão deixou marcas profundas na história social de Piripiri e do semiárido piauiense. Concebido como uma vitrine para essas políticas de reordenação produtiva no campo, o projeto expressou um modelo de desenvolvimento rural marcado por promessas de transformação que não se cumpriram plenamente. Mesmo com planejamento detalhado, aparato técnico e discurso oficial de superação do “flagelo da seca”, o

percurso do projeto revelou contradições que permanecem na memória dos irrigantes e nos desdobramentos das políticas públicas subsequentes.

Entre as permanências mais evidentes está a dependência estrutural em relação ao Estado e às elites locais: o acesso à terra e à água nunca foi plenamente autônomo, mas condicionado por normas técnicas, crédito rural e clientelismo político. Esse padrão se reproduziu em outros projetos implantados no Piauí, confirmando a análise de José de Souza Martins (1994) sobre modernização seletiva. Do mesmo modo, os elementos físicos do perímetro (como canais, loteamentos, vilas e estruturas de irrigação), ainda permanecem, embora desgastados pelo tempo, representando tanto um testemunho material da política de irrigação quanto o símbolo de um projeto de reestruturação incompleto do campo (Figura 18).

Figura 18. Fachada do antigo auditório “Luís Paulo do Nascimento”, do DNOCS, no Perímetro Irrigado Caldeirão, 2025.



Fonte: Acervo Pessoal.

Outra dimensão do legado é a ambiguidade da técnica. Se, por um lado, a irrigação ampliou a produção de determinados cultivos, por outro reafirmou a crítica de Milton Santos (2006), segundo a qual a técnica nunca é neutra, mas carrega intencionalidades e interesses. No Caldeirão, os canais, bombas e lotes irrigados reorganizaram o espaço e redefiniram as relações de poder, impondo disciplina e controle sobre os colonos. A técnica, assim, operou como instrumento político: mediou a dominação e a dependência, mas também abriu frestas de resistência e de reinterpretação do território.

Do ponto de vista social, o Caldeirão produziu memórias ambivalentes. Para alguns irrigantes, significou oportunidade de acesso à terra, à moradia e a uma nova perspectiva de trabalho; para outros, simbolizou frustração diante de dívidas, endividamento e promessas não cumpridas. Como lembra E. P. Thompson (1987), é na experiência concreta que se formam as identidades coletivas. O Caldeirão, portanto, forjou uma identidade camponesa atravessada

simultaneamente pela submissão às regras institucionais e pela resistência, seja ela silenciosa, simbólica ou organizada, onde os desdobramentos se manifestam na agência política dos trabalhadores. A mobilização em sindicatos, associações consolidaram uma consciência crítica sobre a “indústria da seca” e inspirou práticas de solidariedade e reivindicação que ultrapassaram os limites do perímetro. Nesse sentido, o Caldeirão não foi apenas um espaço técnico, mas um território social e político em disputa, onde se confrontou o progresso técnico imposto pelo Estado de sobrevivência camponesa.

O projeto, entretanto, inseriu-se em um processo mais amplo de expansão técnico-institucional do Estado no campo durante o regime militar. Essa política privilegiou grandes obras e pacotes tecnológicos, mas manteve os trabalhadores em posição de dependência em relação ao Estado e ao mercado. Muitos colonos enfrentaram dívidas, instabilidade de preços e dificuldades de comercialização, o que levou à fragilidade, e ao encerramento das atividades da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão. Atualmente, o espaço que um dia simbolizou o “progresso”, carrega as marcas do tempo e do abandono: galpões vazios, casas deterioradas e canais cobertos pelo mato. As ruínas da antiga cooperativa e das estruturas do perímetro irrigado, visíveis na paisagem (Figura 19), evocam tanto a memória das promessas não cumpridas quanto a resistência silenciosa dos que permaneceram. Essas imagens não são apenas registros materiais, mas documentos visuais da história social do semiárido, revelando o contraste entre o sonho tecnocrático do DNOCS e a realidade vivida pelos trabalhadores.

Figura 19. Antiga sede da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Caldeirão, 2025



Fonte: Acervo Pessoal

Ao longo de mais de cinco décadas, o Caldeirão transformou-se em lugar de memória, disputa e reinvenção. A permanência das famílias (conforme Figura 20), das redes de solidariedade e dos usos sociais da terra demonstra que o projeto tecnocrático de

desenvolvimento rural não eliminou a cultura camponesa, mas a reconfigurou em novas formas de resistência e de reivindicação de direitos. Compreender o legado do Caldeirão significa também reconhecer que o futuro do Semiárido continua sendo construído pelos seus trabalhadores, que seguem afirmando sua dignidade e sua presença na história. Essa reflexão abre caminho para nossas considerações finais, nas quais o caso do Caldeirão é retomado como expressão concreta dos limites e contradições da política de irrigação no Nordeste.

Figura 20. Casa de colono, preservando traços originais da ocupação, 2025.



Fonte: Acervo Pessoal

Por fim, o Caldeirão permanece como referência simbólica na memória coletiva de Piripiri. Mesmo diante das adversidades, o projeto inscreveu na história local a experiência de um modelo de desenvolvimento contraditório e ao mesmo tempo, promotora de esperança e produtora de exclusão. Como destacou Reinhart Koselleck (2006), o horizonte de expectativas dos trabalhadores foi tensionado pela distância entre o futuro prometido pelo Estado e a realidade vivida no território.

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre o Perímetro Irrigado Caldeirão, em Piripiri (PI), revelou que as políticas de reordenação produtiva do campo agrícola promovidas pelo Estado no semiárido nordestino, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, não representaram uma ruptura com a estrutura histórica de desigualdades, mas a reformulação técnica e discursiva de antigas formas de dominação. Apresentado como símbolo de progresso e superação do “flagelo da seca”, o Caldeirão expressou o projeto desenvolvimentista do Estado autoritário brasileiro, que, sob o

pretexto de integrar o sertão à economia nacional, reorganizou o território e o trabalho rural segundo as exigências do capital e da técnica.

Esse modelo técnico de exclusão social, orientada por uma racionalidade tecnocrática, reforçou a dependência dos irrigantes e das comunidades rurais em relação às elites locais e aos órgãos federais, sobretudo ao DNOCS e ao Estado. O discurso da “eficiência produtiva” substituiu o da “caridade emergencial”, mas o resultado foi semelhante: a reprodução da pobreza e da subordinação, agora revestidas de linguagem técnica. Como observam Josué de Castro (1984) e Bronislaw Geremek (1986), tanto a fome quanto a pobreza não são fatalidades naturais, mas categorias políticas e históricas, produzidas por relações de poder que definem quem tem direito à terra, à água e ao alimento.

Ao denunciar a “solução hidráulica”, Manoel Domingos Neto (1987) mostrou que a engenharia estatal (com seus açudes, barragens e perímetros irrigados) foi mobilizada não apenas para combater a seca, mas para controlar corpos e territórios. O Caldeirão confirma essa crítica: a técnica de irrigação, que prometia emancipação e produtividade, tornou-se instrumento de vigilância e dependência. Milton Santos (2006) ajuda a compreender esse paradoxo ao afirmar que a técnica é sempre socialmente situada, pois carrega intenções, hierarquias e escolhas políticas. No Caldeirão, os canais de irrigação e os planos de cultivo materializaram o poder do Estado, que, em nome do desenvolvimento, impôs aos trabalhadores uma nova forma de sujeição.

Contudo, a pesquisa também evidencia que a história do Caldeirão não é apenas a história da dominação: é, sobretudo, a história das resistências e permanências. Inspirados em Edward Palmer Thompson (1987a; 1987b; 1987c; 1998) e James Campbell Scott (1985; 2013), comprehende-se que os colonos do Caldeirão não foram meros receptores das ordens técnicas, mas sujeitos históricos que reinterpretaram, resistiram e ressignificaram as imposições do DNOCS. Nas entrelinhas da vida cotidiana (seja no cultivo de pequenas roças, nas trocas entre vizinhos e nas adaptações silenciosas às normas), floresceu aquilo que Scott denominou *infrapolítica*, uma forma de resistência discreta, mas constante, por meio da qual os trabalhadores afirmavam autonomia, honra e dignidade.

Essa resistência cotidiana, expressa nas narrativas orais recolhidas durante a pesquisa, reflete o que Thompson chama de agência histórica: a capacidade dos sujeitos subalternos de “fazer sua própria história, ainda que em condições que não escolheram”. Os relatos de antigos irrigantes, como Dona Francisca, *Seo* Sebastião e Dona Francisca, e Dona Fátima (além dos fatos presenciados e relatados sobre *Seo* João, seu sogro), revelam a dimensão humana dessa

expansão técnico-institucional do Estado no campo: por trás das estatísticas e relatórios oficiais, há trajetórias de luta, esperança e frustração, que transformaram um tecido de experiências e vivências que ocorreram no Perímetro Irrigado do Caldeirão em microcosmo da história social do semiárido piauiense.

Outro resultado relevante foi a constatação de que a técnica também produziu gênero e poder. A atuação das mulheres no Caldeirão, especialmente a formação da Associação das Mulheres Artesãs e Agroecologistas do Caldeirão, demonstrou que, mesmo em um contexto de negligência estatal e precariedade, elas souberam criar espaços de solidariedade e protagonismo. Por meio da Associação, cursos e atividades coletivas, construíram novas formas de pertencimento e reconhecimento, ampliando a noção de resistência para além da esfera produtiva, inserindo-a também no campo da identidade, da autonomia e da memória.

Do ponto de vista historiográfico, este trabalho oferece quatro contribuições principais: 1) Reinterpretação da irrigação no semiárido como tecnologia política: não apenas instrumento de combate à seca, mas mecanismo de poder e disciplinamento social; 2) Revalorização da memória camponesa como fonte histórica e como espaço de resistência simbólica, na qual o passado é reinterpretado e disputado; 3) Integração interdisciplinar entre História Social, Geografia Crítica e Sociologia Rural, demonstrando que técnica, espaço e trabalho formam um mesmo campo de tensões; e 4) Enfatização da agência popular, mostrando que, mesmo diante da dominação técnica e política, os camponeses construíram estratégias de sobrevivência, solidariedade e dignidade.

Reconhecem-se, contudo, limites metodológicos e desafios interpretativos. A documentação oficial do DNOCS tende a invisibilizar conflitos e valorizar resultados técnicos, enquanto as entrevistas, por sua natureza memorial, são atravessadas por lacunas, afetos e reconstruções narrativas. Tais limites, longe de desqualificar as fontes, reafirmam o valor da História Oral como espaço de disputa de significados, pois, como lembra Alessandro Portelli (2010), a verdade da memória não está apenas nos fatos, mas nos sentidos que os sujeitos atribuem à experiência vivida. Diante disso, os caminhos futuros de pesquisa apontam para a necessidade de ampliar o escopo de análise, incorporando comparações com outros perímetros irrigados do Piauí e do Nordeste, explorando as dimensões ambientais, de gênero e de pós-emancipação dos colonos, e investigando como as políticas de irrigação se articulam às novas agendas de desenvolvimento sustentável e de soberania alimentar. Tais estudos podem contribuir para a construção de políticas públicas que reconheçam os camponeses não como beneficiários, mas como coprodutores de conhecimento e protagonistas do território.

Em síntese, o Perímetro Irrigado Caldeirão constitui um símbolo das contradições do projeto modernizador brasileiro: entre técnica e natureza, progresso e exclusão, promessa e desencanto. Ao mesmo tempo, revela a vitalidade dos sujeitos que, mesmo diante da dominação, reinventaram o seu cotidiano, resistiram e reafirmaram sua humanidade. Como observou Koselleck (2006), a história é sempre escrita entre o “espaço da experiência” e o “horizonte de expectativas”. O Caldeirão, nesse sentido, situa-se nesse intervalo: é a memória de um passado marcado por desigualdades, mas também o anúncio de um futuro possível, sustentado na solidariedade, na justiça social e na dignidade do trabalho rural.

Mais do que um projeto agrícola, o Perímetro Irrigado do Caldeirão é um lugar de memória e de luta, onde as marcas do tempo dialogam com as esperanças do presente. Sua história mostrou que a verdadeira política de transformação rural no semiárido não virá apenas da técnica, mas da reconstrução das relações sociais e políticas que estruturam a vida no sertão: um projeto de reestruturação rural que reconheça o valor do saber camponês, da coletividade e da experiência como fundamentos de um outro desenvolvimento possível. Assim, o legado do Caldeirão é também o legado da resistência: uma história feita de permanências, contradições e recomeços e, sobretudo, de homens e mulheres que transformaram a terra irrigada em espaço de luta, memória e esperança.

FONTES

Fontes Documentais

DNOCS – Departamento Nacional de Obras conta as Secas. **Dados sobre o perímetro irrigado Caldeirão.** Teresina/ PI: 1ª Diretoria Regional, s.d.

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Pesquisa sócio-econômica da área de influência do Açude Caldeirão – Estudo preliminar.** Diretoria de Irrigação/Administração Central, 1970.

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra As Secas. **Projeto de Planejamento Integral - Assentamento Agrícola Caldeirão,** 1971.

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra As Secas. **Relatórios Anuais 1974 a 1989.**

DNOCS - Departamento Nacional De Obras Contra As Secas. **Relatório de Gestão do ano de 2023.** Fortaleza, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/dnocs/pt-br/acesso-a-informacao/t-pc/copy_of_Relatorio_de_Gestao_DNOCS_2023___Versao_Final.pdf (Acesso em 05 abr. 2025).

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra As Secas. **Perímetro Irrigado Tabuleiros Litorâneos/PI é grande produtor de acerola orgânica.** Publicado em 22 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/perimetro-irrigado-tabuleiros-litoraneos-pi-e-grande-produtor-de-acerola-organica> (Acesso em 15 abr. 2025).

DNOCS - Departamento Nacional De Obras Contra As Secas. **DNOCS no Piauí:** audiência pública discute concessão do Projeto de Irrigação Platôs de Guadalupe. Publicado em 22 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/dnocs-no-piaui-audiencia-publica-discute-concessao-do-projeto-de-irrigacao-platos-de-guadalupe> (Acesso em 15 abr. 2025).

DNOCS - Departamento Nacional De Obras Contra As Secas. **Açude Caldeirão faz do município de Piripiri um verdadeiro tesouro no norte do Piauí.** Publicado em 13 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/acude-caldeirao-faz-do-municipio-de-piripiri-um-verdadeiro-tesouro-no-norte-do-piaui> (Acesso em 15 abr. 2025).

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Reunião discutirá início dos estudos para PPP nos Tabuleiros Litorâneos e Platôs de Guadalupe. Superintendência de Parcerias e Concessões – SUPAC. Publicado em 21 nov. 2014. Disponível em: <https://suparc.sead.pi.gov.br/reuniao-discutira-inicio-dos-estudos-para-ppp-nos-tabuleiros-litoraneos-e-platos-de-guadalupe/> (Acesso em 05 nov. 2024).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: **Piripiri – Panorama.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/piripiri/panorama> (Acesso em 10 abr. 2025).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: **Piripiri – História e fotos.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/piripiri/historico> (Acesso em 10 abr. 2025).

MINTER – Ministério Do Interior. **Programa Plurianual de Irrigação:** Volume 1 – Relatório de Síntese, 1971a.

MINTER – Ministério Do Interior. **Programa Plurianual de Irrigação:** Volume 4 – Aspectos Institucionais, Legais e de Recursos Humanos, 1971b.

MINTER – Ministério Do Interior. **Programa Plurianual de Irrigação:** Volume 6 – Fichas-resumo dos projetos da Região A (da bacia do Parnaíba até a bacia do Pacoti), 1971c.

PIAUÍ. Governo do Estado. **Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí (PIAUÍ 2050):** Macrotendências de investimento produtivo e em infraestrutura nos segmentos estratégicos – Produto 2. [Teresina], 2013. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201608/CEPRO02_9b568b361f.pdf (Acesso em 17 mai 2025).

Fontes Hemerográfica

JORNAL DA MANHÃ. Andreazza diz que o NE não sofrerá mais seca. **Jornal da Manhã.** Teresina/ PI, 30 de maio de 1980. Ano I, nº42.

Entrevistas

FÁTIMA. **Entrevista concedida a Deusimar Batista da Silva e Lucas Ramyro Gomes de Brito.** Piripiri-PI, 22 ago. 2025.

SEBASTIÃO E FRANCISCA. **Entrevista concedida a Deusimar Batista da Silva e Lucas Ramyro Gomes de Brito.** Piripiri-PI, 23 ago. 2025.

JORGE. **Entrevista concedida a Deusimar Batista da Silva e Lucas Ramyro Gomes de Brito.** Piripiri-PI, 22 ago. 2025.

Imagens

CENTRO TÉCNICO AUDIOVISUAL. **Projeto Caldeirão:** a solução vinda do homem (1973, Dir. Luiz Fernando Goulart). Youtube, 28 fev. 2024. Duração 10:19. Disponível em: <https://youtu.be/dqrz5BDSqWQ?si=JTJaXiiJET7AsopE>. Acesso em 01 set. 2025.

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra As Secas. **Projeto de Planejamento Integral - Assentamento Agrícola Caldeirão,** 1971.

DNOCS - Departamento Nacional De Obras Contra As Secas. **Açude Caldeirão faz do município de Piripiri um verdadeiro tesouro no norte do Piauí.** Publicado em 13 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/acude-caldeirao-faz-do-municipio-de-piripiri-um-verdadeiro-tesouro-no-norte-do-piaui> (Acesso em 15 abr. 2025)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ. **Ministério Público obtém medida liminar para obras na parede da barragem do Açude Caldeirão.** Publicado em 08 fev. 2019. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/2019/02/ministerio-publico-obtem-medida-liminar-para-obras-na-parede-da-barragem-do-acude-caldeirao/>. Acesso em 01 set. 2025.

IMSA – Instituto Nacional Do Semiárido. **Delimitação do Semiárido (2024).** Atualizado em 24/10/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/centrais-de-conteudo/mapas/mapas-em-pdf/delimitacao-do-semiarido-brasileiro-2024.pdf/@@download/file>. Acesso em 15 jul.2025

Bibliografia

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Atlas irrigação:** uso da água na agricultura irrigada/ Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2017.

BANDEIRA, William Jorge. A nova dinâmica do setor rural piauiense. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Carta CEPRO.** Teresina, v. 15, n. 1, p. 46-55, jan./jun. 1994.

BRASIL. Lei nº 1348, de 10 de fevereiro de 1951. Dispõe sobre a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). **Diário Oficial da União:** seção 1, p. 115, Brasília, DF, 10 fev. 1951.

BRITO, Lucas Ramyro Gomes de; ROCHA, Cristiana Costa da. **Os camponeses e as frentes de serviços emergenciais de combate aos efeitos da seca no Meio-Norte (Décadas 1970-1990).** Contraponto. Teresina, v. 13, n. 1, jan./jun. 2024.

BRITO, Lucas Ramyro Gomes de. **Camponeses-operários e frentes de emergência de combate aos efeitos das secas no Meio-Norte (décadas 1970-1990).** Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura). Universidade Estadual do Piauí, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura, Teresina/ PI, 2024

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos:** planejamento, e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CASTRO, Josué de. **Sete Palmos de Terra e um Caixão.** Ensaio sobre o Nordeste uma Área Explosiva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome.** 10^a ed., Rio de Janeiro: Ed. Antares, 1984.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo. Pontes. O sertão na Geografia da Fome entre outras narrativas [livro eletrônico]. In: Karla Patrícia Holanda Martins; Álvaro Madeiro Leite; Beatriz Sernache de Castro Neves; Fabiano Chagas Rabelo. (Org.). **A experiência da fome na clínica e na cultura.** 1ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2023, v., p. 114-122.

CARVALHO, José Otamar de. Natureza das ações de governo em relação ao nordeste. In: **Desenvolvimento regional:** um problema político [online]. 2^a ed. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 179-204.

DOMINGOS NETO, Manoel. **Seca seculorum:** flagelo e mito na economia rural piauiense. 2º ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

DOURADO, José Aparecido Lima. **Das terras do sem-fim aos territórios do agrohidronegócio:** conflitos por terra e água no Vale do São Francisco (BA). Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2015.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força:** história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1986.

MAGALHÃES, Antonio Rocha. Vida e seca no Brasil. In: DE NYS, Erwin; ENGLE, Nathan Lee; MAGALHÃES, Antonio Rocha. **Secas no Brasil:** política e gestão proativas. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; Banco Mundial, 2016.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MENDONÇA, José Ricardo Nunes. **Do oásis à miragem:** uma análise da trajetória do perímetro irrigado de Sumé – PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande, 2010.

NEVES, Frederico de Castro. A lei de terras e a lei da vida: transformações do mundo rural no Ceará do século XIX. **Estudos de História**, Franca, v. 8, n. 1, p. 7–60, 2001.

PONTES, Andrezza Graziella. Veríssimo *et al.* Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 11, p. 3213–3222, nov. 2013.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** Organização e seleção de textos de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. **Mnemosine**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2010.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. **Água na região Nordeste:** desperdício e escassez. Estudos Avançados. v. 11, n. 29, p. 127–154, jan. 1997.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará:** isolamento e poder na seca de 1932. 2ª ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder:** Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014

RODRIGUES, Rodrigo Amaral. **Desenvolvimento sustentável no perímetro irrigado tabuleiros litorâneos do Piauí:** análise das contribuições das parcerias público-privadas. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) Universidade de Fortaleza, Fortaleza. 2012. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9575/acervo/detalhe/99399>. Acesso em: 28 dez. 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SCOTT, James Campbell. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985

SCOTT, James Campbell. *Seeing Like a State. Why Certain Schemes to Improve Human Condition Have Failed*. New Haven/ Londres: Yale University Press, 1998.

SCOTT, James Campbell. **A dominação e a arte da resistência:** discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra livre, 2013.

SILVA, Adenilde Evangelista. Agricultura e Ecologia. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Carta CEPRO**. Teresina, V.15 – n.1, p. 22-32, jan.-jun. 1994.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 3, p. 466–485, 2017. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/539>. Acesso em: 15 out. 2024.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. v. 1.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa:** a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. v. 2.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa:** a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c. v. 3.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELLOSO, Tatiana Ribeiro. **A gestão dos recursos hídricos em um contexto regional:** a trajetória do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2000.

VIAJA JÚNIOR, Mário Martins. A Irrigação No Brasil Na Mira Do Capital Internacional (1964-1975). **Revista De História**, nº 180, 2021, p.1-33, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.169914>.